

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NA
REALIDADE BRASILEIRA, DOS ANOS 70 AOS 90: UMA
ANÁLISE GRAMSCIANA.**

Cezar Luiz de Mari

Florianópolis, outubro de 1998

CEZAR LUIZ DE MARI

**AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NA
REALIDADE BRASILEIRA, DOS ANOS 70 AOS 90: UMA
ANÁLISE GRAMSCIANA.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a
obtenção do grau de mestre em educação. Área de
Concentração: Educação e Movimentos sociais.

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Catarina

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria da Graça Bollmann

Florianópolis, outubro de 1998.



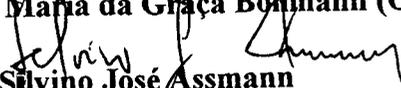
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

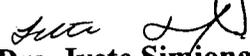
**“AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NA REALIDADE
BRASILEIRA, DOS ANOS 70 AOS 90: UMA ANÁLISE GRAMSCIANA”**

Dissertação submetida ao Colegiado do
Curso de Mestrado em Educação do Centro
de Ciências da Educação em cumprimento
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 23/10/98


Dra. Maria da Graça Bollmann (Orientadora)


Dr. Silvano José Assmann


Dra. Ivete Simionatto

Dra. Maristela Fantin (Suplente)

Cezar Luiz de Mari

Florianópolis, Santa Catarina, outubro de 1998.

AGRADECIMENTOS

À Maria da Graça Bollmann, pela orientação, estímulo e confiança, e pelo acompanhamento desta dissertação.

À Ivete Simionatto, pela orientação na leitura de Gramsci e pela forma humilde e respeitosa no trabalho intelectual.

Ao professor Silvino Assmann, pela amizade e incentivo no estudo de Gramsci.

À Maria Célia Marcondes de Moraes, Coordenadora da Pós-Graduação em Educação, sempre prestativa, motivadora e preocupada com as produções dos mestrandos.

À Marlene, minha amada companheira de vida e esperança.

Ao Pe. Wilson Groh, companheiro de luta, por ter me ensinado a jamais ceder nos princípios que nos marcam como trabalhadores.

À Gabriela, pelas correções iniciais da dissertação e por compartilhar de ideais nobres de uma sociedade mais justa.

Ao Gustavo, pela amizade humilde e dignidade, valores especiais nos dias atuais.

Aos companheiros do Curso de Mestrado em Educação, pela possibilidade de troca de conhecimento e pelo florescimento da amizade.

Aos professores do Mestrado, pelo incentivo no decorrer do Curso.

A Comunidade do Mont Serrat, pela acolhida em Florianópolis e pela aprendizagem na organização popular.

Ao CEDEP (Centro de Educação e Evangelização Popular), que me possibilitou a aprendizagem e a evolução com os simples.

À minha família, berço em que aprendi o valor do estudo e da disciplina.

Ao Luiz e ao Marcelo, pela revisão final da dissertação.

Ao CNPq e à CAPES, pelo auxílio financeiro tão importante para o aprofundamento dos meus estudos.

E a todos aqueles que compartilham comigo da esperança de superação do senso comum (capitalismo) que empobrece a nossa civilização.

Ofereço este trabalho à Marlene,
minha amada companheira de
vida e esperança, ao Wilson pelo
incentivo e à Zulmir e Elza pelo
vigor na luta pela vida.

RESUMO

Este estudo é um resgate histórico das relações constituídas entre o Estado e a sociedade civil brasileira, na perspectiva gramsciana. No período abordado, entre a década de 70 e os anos 90, procuramos traçar uma linha condutora no intuito de demonstrar que o processo de desenvolvimento da hegemonia capitalista no Brasil desenvolveu-se por meio de revoluções passivas e decisões "pelo alto", tendo como aliado principal o Estado, que na década de 60 é assumido pelos militares, cujo golpe se prestou ao solapamento da crescente força das classes subalternas. A sociedade civil, enquanto representação dos aparelhos privados de hegemonia das classes subalternas, une-se na tentativa de superação do domínio sem consenso, na construção de saídas democráticas, que envolvem órgãos como CUT, OAB, ABI, CNBB, PT e os Movimentos Sociais e Populares. O crescimento do dissenso da sociedade civil ocasiona a queda do regime, constituindo a abertura democrática, cujo processo teve como maior expressão as movimentações pela democratização "Diretas Já", a constituinte e, o dado mais significativo, o florescimento da sociedade civil enquanto representante das classes subalternas, recriando as relações com o Estado na busca do Estado regulado. Porém, a organização e o poder econômico das classes dominantes se impõem na Nova República de tal modo que o Estado permaneceu sob o seu comando e suas decisões "pelo alto", especialmente no processo constituinte e no encaminhamento do país para o neoliberalismo, concretizado na eleição de Fernando Collor de Mello. Ocorre uma crise de hegemonia durante esse Governo, que é logo reordenada pelo grupo dominante. A década de 90 será

marcada pela crise das organizações civis tradicionais, de força nas décadas anteriores, e pelo franco desenvolvimento das idéias neoliberais através do governo Fernando Henrique Cardoso, que imprime as reformas do Estado solicitadas pelos órgãos econômicos internacionais. Desenvolve-se um consenso ativo ao redor do projeto neoliberal, amalgamado pelo bloco dominante que une a elite de São Paulo e as oligarquias do norte do Brasil. Usamos as categorias de Gramsci para ler esta realidade, por compreender que sejam as mais adequadas para penetrar nas sínteses das múltiplas determinações e como abertura de caminhos que apontem para saídas democráticas.

RIASSUNTO

Questo studio è un riscatto storico delle relazioni costituite tra lo Stato e la società civile brasiliana nella prospettiva gramsciana. Il periodo affrontato si localizza tra la decade di '70 e gli anni '90, cercando di tracciare un filo conduttore con lo scopo di dimostrare che il processo di evoluzione dell'egemonia capitalista nel Brasile si è sviluppato attraverso rivoluzioni passive e decisioni "dall'alto", avendo come alleato principale lo Stato, che nella decade di '60 viene assunto dai militari, il cui colpo di stato servì a minare la crescente forza delle classi subalterne. La società civile, inquanto rappresentanza degli apparati privati di egemonia delle classi, si unisce nel tentativo di superare il dominio senza consenso, nella costruzione di vie d'uscita democratiche, che coinvolgono organi quali CUT, OAB, ABI, CNBB, PT, movimenti sociali e popolari. L'amplificazione del dissenso della società civile provoca la caduta del regime, costituendo l'apertura democratica, il cui processo ebbe come maggior espressione le movimentazioni per la democratizzazione, "Dirette Già", il processo costituente e il dato più significativo: la fioritura della società civile inquanto rappresentante delle classi subalterne, che ricrea le relazioni con lo Stato nella ricerca dello Stato regolato. Tuttavia l'organizzazione e il potere economico delle classi dominanti impongono un tracciato alla Nuova Repubblica di tale forma che lo Stato rimase sotto il suo comando e le sue decisioni "dall'alto", specialmente nel processo costituente e nell'avviamento del paese verso il neoliberalismo, concretizzato con l'elezione di Fernando Collor. Durante questo

governo avviene una crisi di egemonia che è subito riordinata dal gruppo dominante. La decade di '90 sarà segnata dalla crisi delle organizzazioni civili tradizionali di forza nelle decadi anteriori e dal libero sviluppo delle idee neoliberali, attraverso il governo Fernando Henrique Cardoso che imprime le riforme allo Stato, sollecitate dagli organi economici internazionali. Si sviluppa un consenso attivo intorno al progetto neoliberale, amalgamato dal blocco dominante che unisce l'élite di São Paulo e le oligarchie del Nord del Brasile. Usa si le categorie di Gramsci per leggere questa realtà comprendendo che queste siano le più adeguate per penetrare nelle sintesi delle multiple determinazioni e come apertura di cammini che indichino vie d'uscita democratiche.

"Existe necessidade quando existe uma premissa eficiente e ativa, cujo conhecimento nos homens se tenha tornado operante, ao colocar fins concretos à consciência coletiva e ao constituir um complexo de convicções e de crenças que atua poderosamente como as 'crenças populares'. Na premissa devem estar contidas, já desenvolvidas, as condições materiais necessárias e suficientes para a realização do impulso de vontade coletiva; mas é evidente que desta premissa 'material', quantitativamente calculável, não pode ser afastado um certo nível de cultura, isto é, um conjunto de atos intelectuais, e destes (como seu produto e consequência), um certo complexo de paixões e de sentimentos imperiosos, isto é, que tenham a força de induzir à ação 'a todo custo'".

(Gramsci - Conceção Dialética da História).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
-----------------	----

CAPÍTULO I

1.0- BRASIL: DO GOLPE MILITAR À "ABERTURA DEMOCRÁTICA"	27
1.1- A "REVOLUÇÃO PASSIVA" NO PROCESSO DA RESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL.....	27
1.2- A SOCIEDADE CIVIL BUSCA A HEGEMONIA: DA GUERRA DE MOVIMENTO À GUERRA DE POSIÇÃO.....	41
1.3- CERCEAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL DURANTE O REGIME MILITAR.....	48
1.4- O ESTADO EM FUNÇÃO DOS INTERESSES DA CLASSE DOMINANTE.....	62

CAPÍTULO II

2.0- O BRASIL NA DÉCADA DE 80: DA "ABERTURA DEMOCRÁTICA" AO NEOLIBERALISMO.....	70
2.1 - A SOCIEDADE CIVIL NA TRANSIÇÃO: AVANÇOS E LIMITES	70
2.2- O ACORDO "PELO ALTO" DA NOVA REPÚBLICA COMO NEGAÇÃO DO ESTADO AMPLIADO.....	79
2.3- O PROCESSO DA CONSTITUINTE E A DISPUTA ENTRE A CONCEPÇÃO DE ESTADO MÍNIMO E ESTADO AMPLIADO.....	85
2.4- A LÓGICA ECONÔMICA DO CAPITAL E A LÓGICA DOS TRABALHADORES.....	92

2.5- O ESTADO COM FERNANDO COLLOR DE MELLO: ABERTURA AO NEOLIBERALISMO E A CRISE DA HEGEMONIA BURGUESA	100
---	-----

CAPÍTULO III

3.0- O EMBATE ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NOS ANOS 90	112
---	------------

3.1- ESTADO, SOCIEDADE E MERCADO NA TRILHA DO CONSENSO NEOLIBERAL.....	112
--	-----

3.1.1- AS REFORMAS EDUCACIONAIS E A ESCOLA COMO APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA	124
--	-----

3.2- O MODO DE PRODUÇÃO FLEXÍVEL E O MUNDO DO TRABALHO.....	136
---	-----

3.3- A "CULTURA DA CRISE" COMO MEIO DE FORTALECIMENTO DA HEGEMONIA BURGUESA.....	149
---	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ATUALIDADE DE GRAMSCI NO FINAL DO SÉCULO XX	155
--	------------

BIBLIOGRAFIA	162
---------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta uma abordagem das relações entre Estado e Sociedade civil¹ dos anos 70 aos 90, à luz do pensamento gramsciano. Procura identificar as formas de organização e o papel do Estado no período que compreende a ditadura militar e a abertura à democracia da Nova República, analisando os processos de revolução passiva e seus desdobramentos na década de 90, apontando às novas formas de relação entre Estado e sociedade civil a partir das tendências neoliberais.

O motivo que nos leva ao empreendimento deste estudo está vinculado à tentativa de compreender as relações de continuidades e discontinuidades entre o Estado dos militares e o Estado da Nova República, bem como seus desdobramentos. Houve continuidade, enquanto o Estado do capital passou pelo regime militar de uma forma estatizante e centralizada, através de uma ditadura sem hegemonia, para o "Estado democrático", com decisões "pelo alto", vindo a assumir a forma neoliberal com Fernando Collor de Mello de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Há discontinuidade na medida em que o processo da abertura democrática rompe com a visão de intervenção estatal, partindo ao Estado mínimo, na tentativa de

¹ Essa terminologia gramsciana é utilizada para referir-se às organizações da sociedade civil que se constituem em um contraponto ao Estado do capital, na medida que apontam para uma nova cultura, compreendida como maior participação nas decisões e na construção de um Estado democrático. São espaços organizativos, enquanto base material da sociedade civil, que exercem um papel fundamental na produção e reprodução social como aparelhos privados de hegemonia. É formada pelos sindicatos, associações, partidos de esquerda, escola, Igreja e outros.

reduzir a influência do Estado junto ao mercado. O mercado, por sua vez, é entendido nessa concepção como uma espécie de termômetro auto-regulável, capaz de gerir os seus empreendimentos sem a necessidade da baliza estatal. Trata-se de um movimento lógico, onde as políticas de relações entre Estado e sociedade civil sofrem alterações de acordo com os desdobramentos das conjunturas, num processo de embate entre ambos, expressando a defesa de dois modelos de Estado: o Estado do Capital e o Estado democrático, resgatando a sociedade civil como uma dimensão decisória no Estado.

A sociedade civil exerceu um papel fundamental na contraposição a essa forma de Estado, numa perspectiva de construção de um novo modelo que não possuía uma compreensão única do projeto de sociedade, mas envolvia propostas que oscilavam entre o socialismo e a social-democracia. Na luta pela construção de hegemonia da sociedade civil, enfrentou-se uma série de dificuldades, ressaltando-se o embate com o Estado do capital, que escondia os interesses da classe dominante, motor do desenvolvimento do capitalismo, em detrimento dos interesses das classes subalternas. Os modelos de Estado sob os quais o Brasil foi estruturado, neste período, inicia-se pela ditadura dos militares (64 até 84) até a forma neoliberal (década de 90), onde as decisões dos rumos da nação passam pelo crivo da classe dominante, adiantando-se à sociedade civil em decisões "pelo alto"². Nessas decisões, o uso do consenso ativo e da coerção estão presentes, sobretudo no modelo neoliberal, onde a promessa da modernidade e da entrada do Brasil para o primeiro mundo constituiu-se como chave ideológica que justificou o projeto do Estado mínimo. A complexidade da sociedade civil, entrecortada por interesses de classe, favorece as investidas das classes dominantes para a concretização de um consenso ativo ao redor do seu projeto. Esse Estado ataca, com estratégias coercitivas, as organizações resistentes, como sindicatos, movimentos sociais e partidos de esquerda³.

²Observa-se que até mesmo a passagem para a Nova República deu-se de forma negociada, ao melhor estilo mineiro, de modo que a sociedade civil organizada é até solicitada, mas como instância de movimentação de massa para o rompimento com o autoritarismo. A própria condução do Governo Sarney, que inicialmente tinha amplos objetivos, rende-se às pressões dos defensores da reorganização do Estado nos moldes neoliberais, embora com a retórica da "Nova República".

³ Para exemplificar, no Governo dos militares o *slogan* mais conhecido que falava sobre o Brasil dizia: "ame-o ou deixe-o". Estar contra os militares significava odiar o país. Hoje o refrão mais repetido em toda a imprensa como forma de ataque à oposição da sociedade civil é: "a oposição é atrasada", e por isso justifica-se até o uso da coerção violenta.

Maquiavel (1973) já dizia que a função do Príncipe era manter o poder dos Estados acima de tudo, e as elites brasileiras compreenderam e compreendem muito bem o que isso quer dizer: o poder em função da classe dominante. Às classes subalternas resta a organização como estratégia para um embate mais eficaz. Essa lógica, altamente antidemocrática, exige sua superação por uma outra lógica que prescindir de uma reestruturação intelectual e moral, a ser construída na sociedade civil. Significa fundamentar a necessidade da construção de uma vontade coletiva que una o nacional ao popular, possibilitando que a escola exerça papel decisivo na difusão de uma cultura de participação ativa e democrática junto aos demais aparelhos privados de hegemonia. Este é o desafio lançado à sociedade civil: construir uma hegemonia que una o micro e o macro, o nacional e o popular, na concretização da democracia.

Para entender melhor essas relações, usamos algumas categorias de Gramsci⁴, como a de aparelhos privados de hegemonia, sociedade civil, Estado, Estado ampliado, partido político, hegemonia, crise, guerra de movimento, guerra de posição, revolução passiva, democracia, escola e classe social.

A utilização dessas categorias será feita sem privilégio de alguma em especial, mas considerando-as, na medida de sua importância, como instrumentos de análise, como chaves de desvelamento do real, tomando-se em conta o significado histórico dessas categorias e as peculiaridades vividas pela nação brasileira, como, por exemplo, a demora em conhecer a obra gramsciana. Apesar das poucas referências de Gramsci ao continente americano, é de fundamental importância a contribuição da sua teoria para a compreensão das relações entre Estado e sociedade civil⁵ e para a continuidade de um marxismo renovado.

A metodologia deste estudo consiste numa pesquisa documental, em fontes

⁴ As obras de Gramsci entram no Brasil na década de 60 e influenciam sobretudo as ciências sociais, sendo um instrumento decisivo na rejeição do marxismo. Constitui-se leitura fundamental para os que sustentavam uma abordagem de corte marxista em épocas de expansão das teorias neoliberais.

⁵ A concentração dos esforços de Gramsci se detiveram no âmbito da sociedade civil e do Estado, sem minimizar a infra-estrutura que compreende os fatores econômicos da sociedade, até porque Gramsci a entende dentro de uma relação dialética com a superestrutura. Marx já havia demonstrado muito bem o significado histórico da base econômica, e Gramsci enfocou com maior determinação a sociedade política e civil.

bibliográficas consagradas, teses, artigos de revistas e jornais, enfatizando-se as questões delimitadas no objeto de estudo. Com esta metodologia de trabalho, pretendemos interpretar a realidade, uma vez que é nela e a partir dela que se pode diagnosticar o movimento real das classes subalternas em vistas da hegemonia. Gramsci, nesse sentido, foi um intelectual que, apesar de bem situado em sua época, não se restringiu apenas a seu tempo. O resultado de sua genialidade foi a abertura dos horizontes para a compreensão do que viria. O seu esforço mais intenso concentrou-se no real enquanto síntese das múltiplas determinações. A metodologia quer significar o esforço de inflexão sobre o período de 70 a 90, em análise histórico-crítica, a partir das categorias gramscianas.

As questões norteadoras deste estudo são as seguintes: a configuração do Estado neste período, os projetos políticos defendidos pela sociedade civil das classes subalternas, as formas de organização da sociedade civil no embate com o Estado, a correlação de forças no processo de hegemonia, as formas de expressão da sociedade civil na conjuntura atual e os processos de reordenamento do Estado.

Quanto aos temas que permeiam o trabalho e a divisão dos capítulos, falamos sobre o embate entre a sociedade civil e o Estado e a permanente correlação de forças, necessária para a configuração do processo hegemônico, assegurador de poder do direção e de consenso. Na tentativa de identificar essas relações, dividimos a dissertação em três capítulos. O primeiro consiste no recorte a partir dos anos 70, década em que se viveu as conseqüências do endurecimento militar iniciado em 64 com a ditadura, as perseguições, mortes, e o "milagre econômico" no estilo mais intenso de uma ditadura sem hegemonia, instaurada por intermédio de uma revolução passiva, enquanto a passagem do domínio foi feita pela classe dominante unida aos militares, em detrimento da participação da sociedade civil. A virada militar foi acompanhada por uma grave crise econômica, com alta da inflação, recuo das exportações, baixa produção e, conseqüentemente, um baixo investimento de capital estrangeiro, ao lado de fortes movimentações sociais, fortalecimento dos sindicatos, organizações populares urbanas e rurais, motivadas ideologicamente por um pano de fundo socialista que emergia no país. No nível macro, havia a Revolução Cubana, desafiando a hegemonia norte-americana, e a guerra fria entre os blocos comunista e capitalista. Essa conjuntura propiciava um clima de mudança no país. A classe

dominante estava preocupada com o veloz desenvolvimento das esquerdas e com a ameaça de uma revolução comunista. Os sindicatos, por serem a categoria mais ativa, constituíram-se os alvos centrais do ataque da classe dominante.

A ditadura (1964-1984) foi uma forma de capitalismo estatizado que destruiu toda iniciativa popular e as relações participativas entre governantes e governados no interior das superestruturas e das instituições, o que caracterizou um distanciamento entre sociedade civil e sociedade política. Quando essa espécie de dominação prevalece sobre a direção, quando a classe dirigente perde a própria base de massa expansiva, quando o Estado substitui a classe como motor de desenvolvimento econômico social, chega-se a uma ditadura sem hegemonia.

Esta ditadura proporciona a continuidade da revolução "pelo alto" no Brasil, caracterizada pelo objetivo da modernização capitalista, substituindo a "revolução democrática burguesa", cujos exemplares estão na social-democracia europeia. Esta passagem determina muitas configurações do Estado no nível político, econômico, social e cultural das décadas posteriores, na medida em que o projeto capitalista é aprofundado. A intervenção militar, do ponto de vista econômico, caracterizou uma nova relação do Estado com o capital internacional, baseada no aumento das taxas de exploração da força de trabalho para investimento e crescimento da economia. Internamente os militares resolveram o impasse das resistências por meio da pressão, impondo à sociedade civil o silêncio. A questão era estabilizar o país a fim de ter o aval dos países controladores do capital, atraindo novos investimentos e isso só ocorreria com o sufocamento da resistência civil.

Até 1973, as estratégias da sociedade civil se resumem a protestos de massa reprimidos com violência, um partido de oposição cerceado pelo AI5 e a organização das guerrilhas. A sociedade não podia contar com um partido que aglutinasse extensivamente uma discussão sobre a democracia, abrindo possibilidade para uma guerra de posição. As esquerdas encontravam-se divididas e prejudicadas em larga escala por uma falsa análise da realidade brasileira, enquadrada dentro dos limites da leitura semi-feudal trazida pelo Partido Comunista Brasileiro - PCB. Somente em 1979, quando o sistema sindical passa por um processo de amadurecimento, emerge o Partido dos Trabalhadores - PT, um dos partidos mais representativos das relações orgânicas com a base nesta fase brasileira. Em seguida, em 1981, é criada a Central

Única dos Trabalhadores - CUT, com o intuito de aglutinar as forças trabalhadoras do país.

A década de 70 foi profundamente marcada por uma série de movimentações civis no nível de massa, passando à década de 80 com uma perspectiva de maior organização coletiva. O final dos anos 70 e início dos anos 80 é marcado por uma forma de organização da sociedade civil mais politizada, enquanto aglutinava movimentos sociais, políticos, sindicais, através de avanços na democracia. O objetivo era interferir na condução da abertura política e na garantia dos direitos das classes subalternas. Destacaram-se muitos movimentos, entre os quais, o novo sindicalismo, as instituições como a Associação Brasileira de Imprensa - ABI, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros - CNBB, na sua ala progressista e a União Nacional dos Estudantes - UNE. Essas instituições pretendiam, em primeira instância, o rompimento com o Governo autoritário em busca da democracia.

A partir de 1973 vive-se o Estado da "distensão", que caminha para a abertura, de modo lento e gradual. Não foi apenas lenta, mas logicamente pensada pela elite militar, na medida que acerta um acordo "pelo alto", para a devolução do governo aos civis. Em contrapartida, os crimes praticados durante a ditadura não seriam julgados e alguns setores do Estado continuariam ligados às forças armadas, com a garantia de certos privilégios, como altos investimentos em forças bélicas, aposentadorias de "marajá" e outros. Os Governos dos generais Ernesto Geisel e João Battista de Oliveira Figueiredo levam a cabo esta aliança.

O segundo capítulo compreende o período da Nova República (1984) até o "*impeachment*" de Fernando Collor de Mello (1991). Em 1984, o Partido da Frente Liberal - PFL, dissidência conservadora da antiga União Democrática Nacional - UDN, articula-se com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, reunindo facções de centro esquerda e centro direita e intitulando-se como oposição na disputa contra o Partido Democrático Social - PDS, representando a direita ligada aos militares. A oposição vence com a maioria dos votos do congresso, numa demonstração nítida da abertura democrática e da continuidade do processo político conservador, com uma nova configuração, arregimentada agora pelos civis.

Por caracterizar apenas reformas, sem erradicar o processo autoritário incrustado no Estado, por realizar-se sem a democratização econômica às classes subalternas e por ter sido acordada na base de aliança com a elite política e intelectual, por isso chamamos a virada para a Nova República de conservadora. Constituiu-se uma passagem pacífica ao poder civil, sem perder o rumo da lógica capitalista iniciada pelos militares, desembocando nos Governos de Fernando Collor de Mello (1989) e Fernando Henrique Cardoso (1994). Essa continuidade refere-se à superação da ditadura numa construção mais hegemônica de consenso, onde o processo de condução do Estado não permitiu um rompimento com as estruturas de acumulação, apesar de todas as formas de resistência e de organização da sociedade civil pela configuração de novos espaços de controle e de desenvolvimento político capazes de colocar na pauta novas discussões que permeassem toda a classe subalterna, como as questões salariais, a necessidade de um Governo democrático e que considerasse a maioria expressa em movimentos pelas "Diretas Já", Constituinte, entre outras. Sob o prisma da organização política, a sociedade civil teve avanços, só não foi eficaz na mudança da estrutura econômica, que continuou favorecendo a concentração de capital.

A Nova República caracterizou uma transição conservadora e deixou pública a sua ineficiência, pois não conseguiu ultrapassar a gestão baseada na tecnocracia. Persistiu na ênfase do primado da racionalidade técnica, das políticas em franco descompasso com o alargamento da participação política pela revitalização do movimento sindical e pelo revigoramento da sociedade civil.

Estavam na pauta do Governo da Nova República questões como o redirecionamento da concentração de rendas, a democratização política e o cumprimento da temática sobre a justiça social. A unidade ao redor destes pontos não durou muito em vista das divergências entre os grupos que dominavam a Nova República. A Constituinte (1988) revela essas contradições na medida que incorpora à sua pauta direitos trabalhistas, civis e políticos, ao lado da agenda da modernidade em sua versão neoliberal. Aos poucos, o rumo da equipe governamental priorizará o combate à inflação, em detrimento das questões sociais, o nacionalismo vai cedendo espaço à globalização. O discurso da abertura ao mercado internacional procura tornar obsoleta a permanência numa visão de mercado nacional ou de mercado regulado. Esse embate vai estar nos bastidores da disputa entre Fernando Collor de

Mello e Luiz Inácio da Silva - LULA. Foi o embate de duas posições antagônicas, o neoliberalismo em defesa do Estado mínimo contra o Estado democrático e as reformas sociais. Com a vitória de Fernando Collor de Mello, consolida-se o pacto de Washington⁶ e inicia-se o império do plano racional, com o objetivo de compatibilizar a vida social à eficácia capitalista moderna. Para isso, foi estabelecida uma relação direta com as massas desorganizadas, imobilizando o congresso, os partidos e os sindicatos, no intuito da extração da vontade política da sociedade em favor do Estado mínimo. Fernando Collor de Mello, com o Plano de Estabilização, queria a consecução de uma hegemonia perfeita do capital, reduzindo a vida social à sua expressão econômica. Desse modo, escondia a face autoritária, antiliberal e antipopular de seu Governo.

Da Nova República ao Governo Fernando Collor de Mello, houve uma grande mudança de agenda, o que significa dizer uma reorientação da bússola de acordo com a reorganização exigida pelo capital mundial. Contraditoriamente aos avanços políticos da Nova República, conviviam-se com a paradoxal piora das condições de vida da maioria da população e com o atrelamento do país à ideologia neoliberal.

Ao contrário do que se pensava, o processo da transição não havia sido concluído. José Sarney não conseguiu levar ao fim as medidas de controle econômico dos Planos Cruzado I e II. A ineficiência de seu governo permitiu que a classe dominante pressionasse o país à entrada no ritmo mundial do neoliberalismo.

As expressões da sociedade civil nessa fase demonstram um alto amadurecimento. As organizações civis cumpriram um papel fundamental no movimento pelas "Diretas Já" (1984). Através de uma grande mobilização nacional, estiveram presente nas pressões pela nova Constituinte e conseguiram lançar em 1989 um candidato que catalisava as intenções de votos por meio de uma proposta de democracia. Nesse embate, o projeto neoliberal saiu vencedor, implementando o "projeto modernizador", que em outras palavras significou uma reestruturação do Estado em vista da crise hegemônica vivida nessa década pelo capitalismo mundial e sua exigência de manter os patamares de acumulação. O discurso empresarial do

⁶ Acordo firmado pelos Governos latino-americanos com os países credores, comprometendo-se a colocar os países no rumo do mercado internacional, abrindo as portas para as economias estrangeiras e proporcionando um controle de gastos internos por meio das reformas no Estado.

reordenamento do Estado, já no processo constituinte, tomou a forma de crítica ao Estado construído pelos militares, agora considerado como atraso e justificativa forte para as reformas neoliberais.

As novas medidas vêm acompanhadas do discurso da "crise", que tem o objetivo de criar a "cultura da crise" hegemônica para a incorporação das classes subalternas. Esse discurso tem o papel de unificar todos para "resolver" a crise da acumulação do capital. É uma forma sagaz da classe dominante tentar o consenso com as classes subalternas, uma vez que estas encontram dificuldades em criar uma visão de mundo capaz de interferir eficazmente no campo de lutas.

Sob a égide da crise, são tratadas questões como o solapamento do projeto socialista, o papel do Estado na regulação econômica e até mesmo questões como o pagamento da dívida externa, o aumento do *déficit* público, a fome, o desemprego e a corrupção. Neste sentido, o discurso da crise foi formador de cultura política, que procurou negar os referenciais teóricos políticos e ideológicos que permitiram, no caso brasileiro, até a metade da última década, identificar propostas e práticas diferenciadas por parte das classes trabalhadoras e capitalistas acerca da situação social e econômica do país.

Assim a visão liberal de Estado se concretiza no distanciamento entre Estado e Sociedade Civil. A "cultura da crise" tem servido como estratégia dos anos 80 aos 90 para o reforço das políticas do grande capital, favorecendo o consentimento ativo das classes subalternas e a estruturação dos campos de luta, frentes consensuais e construção de espaços de alianças da classe dominante.

O terceiro capítulo aborda a década de 90 que compreende a reestruturação neoliberal a partir da entrada de Fernando Henrique Cardoso (1994), um *Condottiere* perfeito das classes dominantes, permitindo que esta amplie o quadro de consenso na medida do aprofundamento do discurso da crise. O colapso do socialismo, que ajuda na desestruturação das ideologias anti-capitalistas e a parada cardíaca do *welfare State*, que quebra o paradigma das reformas sociais do sistema capitalista, conferem uma ofensiva maior da classe dominante fortalecida pelos Governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Este período mostra claramente a forte coesão entre Estado e classe dominante na sua função de

parceiro do capital. Assim o ideário neoliberal consiste em minar todas as formas de resistência dos setores da sociedade civil, com o objetivo de construir um projeto consensual pela persuasão à sua visão de mundo.

Apesar de considerarmos uma continuidade do processo econômico do capital, temos de admitir uma nova cena que envolve as classes políticas dominantes, na proporção da conquista hegemônica, onde o consenso ativo da população lhes permite ser não só classe dominante mas classe dirigente.

Dentro disso, a classe dominante quer construir um conformismo baseado na fragmentação da vontade coletiva, que assim inviabiliza uma ampla unidade anticapitalista, e na vontade corporativa, que desune a classe trabalhadora, principal instrumento de resistência ao capitalismo.

A sociedade civil tem sido resistente ao consenso ativo, tendo como pano de fundo uma ruptura com a lógica do mercado e com as representações societárias centradas no mercado. Assim, no lastro de uma transição sem rupturas, o delineamento de tais projetos caracteriza a existência das práticas de classes no Brasil dos anos 80 em direção aos 90. Essa é a razão pela qual o projeto das classes subalternas, mesmo cheio de contradições e crivado de impasses político-organizativos, transforma-se em alvo da ofensiva burguesa, que tem por meta a substituição das lutas coletivas pelas lutas corporativas.

Logo, a classe dominante, com o discurso da crise incentiva o corporativismo das classes trabalhadoras, o que pode se configurar como a renúncia a uma busca de hegemonia anticapitalista, pois os interesses particulares e imediatos tornam-se superiores aos projetos nacionais. De qualquer modo, a crise do capital está conseguindo praticar uma ofensiva contra a classe trabalhadora por meio da reestruturação do mundo do trabalho, com o desmonte dos mecanismos de proteção social no interior de uma estratégia política marcada pela historicização das conquistas sociais, impedindo-as de articularem-se em um plano coletivo. Isso tem gerado uma transmutação dos movimentos, que nos anos 80 estavam enfrontados em lutas coletivas, e que agora entram nos movimentos de solidariedade de corte classista. De outro lado, podemos considerar que a complexidade da sociedade civil inibe as classes dominantes de tentarem uma saída coercitiva e transformista,

favorecendo a apelação para o consenso nas decisões "pelo alto", sobretudo com as instâncias civis ligadas ao projeto capitalista, resistentes a um projeto de transformação e colaboradoras da reestruturação do Estado neoliberal.

Os anos 90 também são marcados pelas reformas do Estado, em acordo com os interesses do capital internacional. São reestruturações em função do Estado mínimo, comprometendo os ganhos sociais, os avanços das classes trabalhadoras e destruição dos espaços públicos. A expressão "alienação do Estado aos interesses da classe dominante" explica com muita justeza essa década.

Constitui-se um desafio para a sociedade civil administrar o momento em que se vive, sobretudo quando a ofensiva burguesa de ideário neoliberal é diária nas privatizações, no discurso da ordem, na violência contra os sem-terra, na diminuição de verbas para a educação e saúde, na morte de índios, nos massacres, no desemprego estrutural e na exclusão social. As saídas coletivas exigem maior esforço de recriação a partir do que está posto, sobretudo pela reorganização dos paradigmas políticos sociais, econômicos e culturais. Neste sentido, a década de 90 é também marcada como a fase do refluxo das organizações da sociedade civil de cunho combativo que hegemonizavam a cena na década de 80. O movimento neoliberal, ao lado do consenso ativo, reformula o Estado e dificulta a possibilidade de diálogo com as velhas expressões.

"Se é necessário, no perene fluir dos acontecimentos, fixar conceitos, sem os quais a realidade não poderia ser compreendida, deve-se também - aliás, é imprescindível - fixar e recordar que realidade em movimento e conceito da realidade, se podem ser logicamente distinguidos, devem ser concebidos historicamente como unidade inseparável".

(Gramsci - Concepção Dialética da História).

CAPÍTULO I

1.0- BRASIL: DO GOLPE MILITAR À "ABERTURA DEMOCRÁTICA"

1.1- A "revolução passiva" no processo da reestruturação do capitalismo no Brasil

Essa parte do estudo aborda o conceito de revolução passiva em Gramsci, o seu significado enquanto categoria utilizada na leitura da realidade italiana e sua aplicação para compreender o movimento do capitalismo no Brasil, a partir do golpe militar.

Na análise de Buci-Glucksmann (1977, p.120), o conceito de revolução passiva¹¹ foi usado por Gramsci em 1933, retomando os seus escritos do primeiro caderno, quando os elementos essenciais da revolução passiva já estavam desenvolvidos. Gramsci analisou o "Risorgimento" italiano¹² onde coloca a revolução passiva como o "corolário crítico necessário" à "Introdução à Crítica da Economia Política" de Marx. Como corolário devem ser entendidos os princípios teóricos políticos próprios de toda fase de transição:

"o conceito de revolução passiva deve ser deduzido dos dois princípios fundamentais da ciência política: 1) Que nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que se desenvolveram nela ainda dispõem de condições para um ulterior movimento progressivo; 2) Que a sociedade não se coloca tarefas

¹¹ A terminologia revolução passiva não foi cunhada por Gramsci mas por Cuoco: "Trata-se, como é sabido, de uma fórmula mutuada pelo juízo dado por Cuoco sobre os acontecimentos revolucionários italianos de 1799 e dos anos sucessivos, e com cuja exatidão fundamental Gramsci concorda" (Felice, 1978, p. 193).

¹² Terminologia utilizada para expressar o processo de Unificação do Estado italiano.

para cujas soluções ainda não se tenha criado as condições necessárias" (Gramsci, 1977, p. 1774).

Gramsci advertiu que esses princípios não poderiam ser usados de maneira fatalista-mecanicista. A advertência foi posta para afastar a interpretação mecanicista do prefácio à *"Introdução à Crítica da Economia Política"* de Marx, que não visava uma teoria geral da transição. Gramsci levou em conta o conceito de revolução passiva, como no "Risorgimento", e lhe deu uma característica e importância metodológica.

"O conceito de revolução passiva parece-me exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas e de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino" (Gramsci, 1977, p. 504).

Não se tratava de considerar o conceito como programa de intervenção política das classes trabalhadoras, pois era conservador sob o ponto de vista do rompimento com a dialética, por engendrar apenas reformismos "pelo alto".

Logo, a revolução passiva não só serviu à Gramsci ao entendimento histórico, como lhe deu elementos para compreender que as revoluções que passavam pelo Estado estavam baseadas na força da coerção e dominação e, portanto, sem consenso. Isso revelou também a forma de ser do capitalismo, que se adapta às crises de forma plástica, sem perder o seu domínio. O estudo dessa formulação, na Itália, teve como "pano de fundo" as transformações do capitalismo da década de 30, a falência das revoluções socialistas do Ocidente, o Estado Fascista, estabelecendo uma revolução "pelo alto" após a crise de 1929. A categoria da revolução passiva revelou como a burguesia construía as relações com a sociedade civil e o Estado no estabelecimento do seu poder. Portanto, consistiu no estudo das modalidades políticas da superação de um modo de produção. O conceito de revolução passiva foi usado inicialmente por Gramsci para estudar a formação do Estado unitário italiano e depois foi estendido ao fascismo. O sentido negativo de revolução passiva está na ausência do

jacobinismo no "Risorgimento", ou seja, a falta de aliança entre o campo e cidade, entre a classe dirigente do norte e os camponeses do sul¹³. No nível econômico, a revolução passiva italiana traduziu-se na incapacidade da burguesia em fazer uma economia democratizada, isto é, a revolução passiva concretizou-se no nível da superestrutura¹⁴, sem a participação da sociedade civil.

Os conteúdos e as estratégias políticas da transição italiana foram alvos do estudo na revolução passiva de Gramsci (1977, p. 2228). Ele não se limitou a analisar a oposição entre a "guerra de movimento", de enfrentamento direto à revolução passiva, mas aprofundou o significado de duas "guerras de posição"¹⁵: uma representada pelas classes dominantes e a outra pelas classes subalternas. A busca da hegemonia traduziu-se de forma diferente, com conteúdos próprios. Gramsci, ao referir-se às classes subalternas, previu estratégias para estas chegarem ao Estado, exigindo uma nova práxis política, porque a classe dominante já tinha a sua. Isso permite concluir que a importância do estudo sobre o Estado em Gramsci está também na capacidade de investigar as classes dominantes que nele se unificam.

"A construção desse Estado é de forma autônoma e dessimétrica que visa novas formas políticas (conselhos, sindicatos e partidos). A formação da hegemonia da classe operária, preocupação maior de Gramsci, é mais complexa, pois parte de 'baixo para cima', na formação de um bloco social ativo do qual o partido é o guia" (Buci-Glucksmann, 1977, p.126).

Para Buci-Glucksmann (1977, p.127-128), a autonomia que nascia a partir dos conselhos de fábrica foi continuamente ameaçada pelos grupos que criavam novos partidos quando percebiam a possibilidade de perda, a exemplo do que

¹³ Em "*A questão meridional*", Gramsci (1987) analisa as relações entre os operários do norte e os camponeses do sul, com o objetivo de estabelecer a hegemonia das classes subalternas na Itália. A superação do corporativismo e a criação de um projeto global impunha-se como saída, para a classe trabalhadora concretizar o poder de Estado democrático.

¹⁴ Gramsci diferencia a estrutura da superestrutura. A primeira está para as relações econômicas, enquanto a segunda diz respeito à sociedade civil e à sociedade política, na formação do Estado.

¹⁵ Guerra de movimento e guerra de posição são duas categorias que expressam estratégias de conquistas do Estado. Ambas serão retomadas adiante.

ocorreu com o partido fascista. Na Itália, outro aspecto notório em época de crise foi a coexistência de duas formas de violência punitiva: a do Estado burguês e a do Fascismo. Os efeitos da crise entre 1919 e 1920 também se refletiram na classe operária italiana, que demonstrou força insuficiente para unificar toda a classe, ao lado de um partido socialista dividido, cujas cosmovisões acabavam por dividir toda a classe. Um dos motivos do fracasso da luta revolucionária também devia-se a sua instabilidade hegemônica. Gramsci fez a análise da autonomização da classe operária que se expressou na sua organização (conselhos de fábrica e democracia de base), ao lado da análise das relações de forças econômicas, políticas e político-militares, retomados do "18 Brumário"¹⁶ de Marx. Como é conhecida, a análise de Marx foi mais apurada no que se refere à estrutura econômica, sem prejuízo para o aspecto político, porém, em Gramsci este último aspecto é mais enfatizado, tomando-se em conta que ele e Marx construíram suas análises de maneira dialética, isto é, numa visão de totalidade social. As análises dialéticas foram determinantes para compreender a revolução passiva que ocorria em dois estágios do modo de produção capitalista: "o *'Risorgimento'* que acentua o elemento da revolução passiva nas superestruturas e o *fascismo-americanismo*, que acentua a revolução passiva nas relações de trabalho e produção" (Buci-Glucksmann, 1977, p.128).

Essas análises ajudaram a rever a questão política no encaminhamento da transição, ao lado de uma nova visão do Estado no processo de revolução passiva. Na análise do "Risorgimento" italiano, Gramsci (1977, p. 937) observou um misto de revolução burguesa e compromissos com as velhas classes dominantes. Tratou-se de uma revolução conservadora, por não envolver as massas no processo da condução do Estado. Gramsci foi muito claro quanto a esse tipo de revolução:

"a revolução em que o Estado (coerção) é protagonista, e não as direções vindas da hegemonia como resultado do consenso, constitui-se uma revolução 'pelo alto', pois privilegia o elemento da

¹⁶ "Uma genial 'análise de conjuntura' escrita por Marx entre dezembro de 1851 e março de 1852" (Coutinho, 1988, p. 59).

dominação. A revolução realizada pela classe burguesa na concepção do direito e portanto na função do Estado, consiste especialmente na vontade de conformismo (logo, eticidade do direito e do Estado). As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras no sentido de que não tendiam a elaborar uma passagem orgânica das outras classes à sua, a ampliar a sua esfera de classe técnica e ideologicamente: a concepção de casta fechada” (Gramsci,1977, p. 937).

Ao definir sua visão de Estado, Gramsci colocou-a em termos de hegemonia, isto é, sociedade política (coerção) mais sociedade civil (consenso). Quanto mais o Estado incluía a sociedade civil e promovia o consenso, mais seria hegemônico e menos coercitivo, distanciando-se da visão de Estado stalinista da tradição economicista-maximalista da ditadura do proletariado. Posição esta diferente daquela expressa pela idéia de supremacia, conceito utilizado para explicar os casos onde havia o domínio e a direção de uma determinada classe sobre outra: domínio enquanto controle ideológico e coercitivo das classes inimigas e direção da sua própria classe¹⁷.

Como diz Buci-Glucksmann (1977, p.132), a visão de Estado ampliado gramsciano ajudou a romper com a tradição stalinista burocrática e vislumbrou na democracia de base, fundada na democracia das massas, o espaço de socialização política. A URSS, segundo a mesma autora, foi peculiar quando o Estado tornou-se partido, logo, não construiu hegemonia de classe, mas de um grupo social sobre o todo, o que levou a uma forma elitista de Governo e de “centralismo burocrático”, privilegiando o grupo dirigente e tendendo a sufocar as forças de base que o contrastavam¹⁸.

¹⁷ *“A Supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante sobre um grupo adversário que tende a liquidá-lo e submetê-lo com a força armada e dirigir o grupo afim. Um grupo social deve fazer-se dirigente antes de conquistar o poder (essa é uma condição principal para a conquista do poder). Depois, quando exercita o poder e também se o tem fortemente nas mãos, deve continuar sendo dirigente de seu grupo” (Gramsci, 1977, p. 2010).*

¹⁸ A autora refere-se ao Estado da URSS em poder de Stalin, que a partir de 1926 tomou-se enrijecido pelo centralismo burocrático.

O Estado Soviético *“realiza uma espécie de estatização da transição que destrói toda iniciativa popular na base e qualquer modificação nas relações governantes-governados no interior das superestruturas e das instituições. Quando a dominação prevalece sobre a direção, quando a classe dirigente perde a própria base de massa expansiva, quando o Estado substitui a classe como motor de desenvolvimento econômico social chega-se inevitavelmente a uma ditadura sem hegemonia”* (Buci-Glucksmann, 1977, p. 132).

Gramsci (1977, p. 866) concluiu, ao analisar as diferenças entre as sociedades Orientais e Ocidentais, que no Ocidente o processo da revolução deveria ser diferente, porque a sociedade civil era mais complexa. No Oriente, a sociedade civil era gelatinosa, e o Estado determinava as relações sociais. A partir desta análise Gramsci diferenciou as estratégias de guerra de movimento e de guerra de posição.

Para Gramsci (1977, p. 1767), na guerra de movimento, a coerção é um elemento de análise importante das revoluções passivas. Essa conclusão surgiu na análise do "Risorgimento", quando Mazzini e Garibaldi, líderes do Partido da Ação, encabeçavam a guerra de posição através do movimento popular e Cavour, líder dos moderados e representante da burguesia, também através de uma guerra de posição, subordinou o Partido da Ação por meio do Estado Piemontês. O processo de conquista de Cavour levou Gramsci a concluir que uma classe chega a ser dirigente antes de estar no poder, sem criar um estado de "terror", mas por meio da revolução passiva e de que a "função do Piemonte no 'Risorgimento' italiano foi a de uma classe dirigente (Gramsci, 1977, p. 1822). Nas revoluções passivas, o elemento da dominação foi predominante sobre o do consenso. A partir da experiência do "Risorgimento", dois elementos passaram a ser ressaltados, de acordo com Gramsci: a questão da consciência histórica¹⁹ e a relatividade na proporção entre guerra de movimento e guerra de posição. Esses passam a ser princípios da ciência política.

¹⁹ Cavour teve mais consciência do que Mazzini quanto a sua missão histórica, sendo elemento altamente eficaz no processo estratégico de transição.

“Eis porque a existência de uma justa relação entre sociedade civil e sociedade política no Ocidente pressupõe uma complexidade das formas da política, uma nova delimitação do espaço político para todas as classes da sociedade. Quero dizer com isso que as classes dominantes também podem travar uma guerra de posição. Neste sentido, a teoria da revolução passiva como complemento crítico da problemática marxista da transição não se limita às ‘transições passivas’: envolve os modos de reestruturações passivas do próprio capitalismo” (Buci-Glucksmann, 1977, p. 135).



Buci-Glucksmann (1977, p.79) apresentou alguns resultados sobre seu estudo da revolução passiva que foram fundamentais à compreensão da hegemonia: a revolução permanecia passiva quando não revolucionava as superestruturas, não instaurava um Estado, um aparelho de hegemonia novo no curso de um processo de longo fôlego. Assim ocorreu na realidade italiana, onde a burguesia predominou pela dominação sobre a direção. Há um processo de dominação quando a direção impede que a classe subalterna participe do Estado. Num processo hegemônico vitorioso, a classe dominante exerce uma atração ativa e não passiva. A hegemonia não depende da dominação enquanto coerção, ou da submissão ideológica. O conceito de hegemonia, enquanto desencadeamento dos mecanismos que asseguram o consenso das massas para uma politização de classes, apóia-se de resto no consenso, não pode ser reduzido à noção marxista de ideologia dominante. Gramsci observou que o processo hegemônico era contraditório, pois quanto mais uma classe fortalecia a hegemonia, mais ela permitia que as classes adversárias se organizassem e continuassem uma força autônoma. A revolução passiva decapitou as lideranças adversárias impedindo-as de chegarem ao Estado. A hegemonia para Gramsci teve uma perspectiva de avanço social, portanto universal, e a necessidade do uso de coerção, seja direta (violência das armas), ou dissimulada (violência simbólica ou ideológica), marcava uma crise de hegemonia.

esboçamos a análise da categoria da revolução passiva e buscamos sua compreensão a partir da Itália para podermos relacioná-la com o Brasil e entender melhor o processo do Golpe militar que se processou a partir de 1964.

Entendemos que não houve um processo hegemônico de controle do Estado por parte dos militares. Houve um domínio, na base da violência, contra as formas de participação da sociedade civil. Ocorreu a tentativa de extirpação de toda e qualquer manifestação democrática, passo fundamental para a instauração da ditadura sem hegemonia. Nem mesmo o domínio ideológico aconteceu. As medidas autoritárias, como os Atos Institucionais - AIs, precisamente o AI5, foram provas contundentes deste fato.

Conforme Coutinho (1989, p.120), os conceitos de revolução passiva e de Estado ampliado constituem-se em instrumento para compreender a "revolução burguesa" no processo do desenvolvimento capitalista no Brasil e também como elemento para a constituição democrática em busca do socialismo. Coutinho lamenta o atraso na difusão da obra gramsciana no Brasil, explicando que as razões para isso foram: a força repressiva do AI5 e a influência dos adeptos da Terceira Internacional, que liam a realidade brasileira a partir das características do Oriente Europeu.

Conforme o mesmo autor (Idem, p. 121), o Brasil passou pela modernização capitalista sem necessariamente passar pela "revolução democrática burguesa" ou de "libertação nacional", contrariando as projeções da tradição marxista-leninista. Ele observou que as estruturas pré-capitalistas não foram totalmente superadas, ao contrário, o latifúndio rural tornou-se a empresa capitalista agrária e a abertura ao capital internacional permitiu a entrada de divisas, reforçando a industrialização. Para Coutinho, o processo efetivou-se através da aliança entre frações dominantes com o Estado, mediante o uso da força, e em detrimento da participação das massas populares. A história se repete, desde a proclamação da república, passando pela revolução de 30 e chegando ao Golpe militar de 1964. Todas essas passagens caracterizaram-se pela revolução "pelo alto", neutralizando a explicação pela categoria da "via prussiana", (que) *pode ser sinteticamente resumida na questão da passagem para o capitalismo, na adequação das estruturas agrárias às necessidades do capital*" (Idem. p. 132). Em continuidade Coutinho fala que no caso do Brasil, a categoria de revolução passiva é mais eficaz ao abordar a superestrutura e

elementos políticos como fatores determinantes na socialização da transição, ultrapassando a visão economicista do Golpe de 1964, onde o Estado foi o protagonista.

A elite brasileira não perdeu o controle do poder em nenhum momento da história e diante na mais leve ameaça aliou-se rapidamente às forças coercitivas, como as forças armadas. Na compreensão de Ianni (1981, p.11), *"no Brasil as decisões sempre partiram da elite, julgando pelo alto e autoritariamente conforme os interesses da burguesia"* e, ao contrário do que se pensava, a modernização não acompanhou uma revolução democrática burguesa no Brasil.

Coutinho (1989, p. 123) analisando a realidade brasileira na perspectiva da revolução passiva faz um movimento de inflexão deste conteúdo e procura apontar os dois momentos básicos em que se estabeleceram as revoluções passivas no Piemonte: a "restauração", que impediu as transformações radicais, e a "renovação", que implementou algum tipo de reivindicação vinda das massas. Gramsci situou esses dois momentos e também as transformações moleculares, que modificaram as estruturas anteriores e tornaram-se matrizes de futuras modificações, quando analisou o "Risorgimento" italiano.

O Golpe de 1964 pressupunha como estratégia de revolução passiva a restauração - renovação, para impor o controle por parte dos militares. Isso se verificou quando a elite dominante sentiu que a classe subalterna lutava para conseguir a ampliação das conquistas trabalhistas, apontando para um novo modelo de sociedade. Nesse sentido, os militares, unidos às elites dominantes, tiveram duas funções: impedir o avanço dos movimentos sociais e romper com o esquema burguês vigente no populismo, para assim desenvolver o país de acordo com o movimento do capital internacional.

O centro de inteligência fundamental de sustentação ideológica das forças militares foi a Escola Superior de Guerra - ESG²⁰, na medida em que se tornou

²⁰ Escola Superior de Guerra, órgão de inteligência militar e espaço de elaboração de estratégias de atuação. Esse órgão teve papel determinante na elaboração do golpe de 1964, no estabelecimento das diretrizes básicas dos governos militares e na condução da doutrina de

um espaço estratégico na elaboração do golpe e sustentação dos Governos militares.

No entendimento militar, o Governo Castelo Branco (1964-1967) veio para "arrumar a casa" e se utilizou de todos os meios para atingir esse objetivo. O Departamento de Operação da Polícia Social - DOPS, ou a polícia política do Rio, São Paulo e Minas Gerais não hesitou em perseguir e torturar os opositores. Na área política, o Governo aprovou o art. 10 do Ato Constitucional que permitiu a cassação de direitos políticos e mandatos legislativos de quem se opusesse aos militares. Na época, elegeu-se um número de cinco mil inimigos e iniciou-se o período dos expurgos, ou de caça às "bruxas". Foram 441 cassados em seus direitos políticos, entre ex-presidentes, parlamentares, líderes trabalhistas, oficiais militares, intelectuais e funcionários públicos²¹.

No âmbito econômico, Roberto Campos e Bulhões assumiram o comando, aplicando um estilo conservador. Eles optaram por uma administração que privilegiou o controle dos gastos públicos, usando de política a indexação, aumento de impostos e controle da inflação.

O Golpe foi antecedido por uma conjuntura que, entre outras coisas, unia crise econômica com alta da inflação, recuo das exportações, baixa produção e conseqüente baixo investimento de capital estrangeiro no país, com fortes movimentações da sociedade civil, que levaram ao fortalecimento dos sindicatos, organizações de bairros, entre outros. A União Nacional dos Estudantes - UNE ofereceu resistência, entrando em defesa de uma estrutura universitária a serviço da transformação social. As Ligas Camponesas organizaram-se, colocando em cena a discussão sobre a reforma agrária e o projeto rural nos sindicatos rurais. O Movimento de Educação de Base - MEB, com perfil ideológico de esquerda, colocou-se claramente contrário ao conjunto do governo militar, inclusive com apoio político explícito a candidatos de oposição, configurando a tendência do

segurança nacional.

²¹ Cf. Willington (1993), Skidmore (1979) e Eliezer de Oliveira (1986).

governo João Goulart (1960) do crescimento da esquerda comunista e o atendimento às reivindicações vindas da sociedade civil organizada.

Na conjuntura internacional, havia a Revolução Cubana (1959) desafiando a hegemonia burguesa e a guerra fria entre o bloco comunista e o capitalista. A Revolução Cubana expressava-se como exemplo de mudança, o que motivou as classes subalternas latino-americanas a tentarem a mesma façanha. Esse movimento levou os EUA a organizar a “Aliança para o Progresso”, onde planejou junto aos países da América uma unidade contra esses avanços das classes subalternas. Essa aliança desencadeou a sucessão de golpes militares pela América Latina.

No Brasil, o grande desenvolvimento das esquerdas e a possibilidade do governo populista entregar o poder a eles, de acordo com o modelo cubano, deixava as classes dominantes temerosas. A saída ocorreu na unidade antidemocrática, amalgamando as classes conservadoras. Esse Golpe, de acordo com Oliveira (1978, p. 57), foi o resultado do medo nutrido pela classe dominante dos sindicatos e de uma possível revolta comunista (que significaria uma revolta a partir das bases). Vejamos o que o Coronel Peri Beviláqua escreve, em 31/03/1964 para Goulart, como forma de pressioná-lo a não ceder às reivindicações vindas das classes subalternas:

“o sistema comuno-sindical-grevista, na medida em que se fortalece e amplia, torna-se cada vez mais perigoso para a segurança do país (...). As forças armadas não podem dividir com nenhuma organização as suas atribuições constitucionais; a segurança do governo e das instituições só pode repousar nas forças armadas, na sua lealdade e em sua honra militar. Não é possível, nesse terreno, a coexistência pacífica do poder militar com o poder sindical subversivo e fora da lei (...). A facção sindicalista revolucionária que nos ameaça através de hierarquias, visa o enfraquecimento do princípio da autoridade e, mediante greves parciais e sucessivas, tais como engajamentos preliminares, pretende chegar à greve geral equivalente à batalha de aniquilamento com que conta tomar o

poder político (...). A ditadura comuno-sindical que nos ameaça, como ficou expresso anteriormente, poderá implantar-se sobre o cadáver moral das forças armadas e os destroços da democracia”.

A intervenção caracterizou uma nova relação do Estado com o capital internacional, baseada no aumento da exploração da força de trabalho para investimento e crescimento da economia, uma vez que o pacto populista não funcionava como aliado no processo de acumulação. Para a classe trabalhadora, o populismo era também ineficiente por não gerar uma base sólida de sustentação. Nas palavras de Francisco de Oliveira, citado por Oliveira (1978, p. 51) vemos que:

“a crise que a gesta (...) vai se dar ao nível das relações de produção da base urbano-industrial, tendo como causa a assimetria da distribuição dos ganhos da produtividade e da expansão da economia. Ela decorre da elevação à condição de contradição política principal da assimetria assinalada: serão as massas trabalhadoras urbanas que denunciarão o pacto populista, já sob ele, não somente não participavam dos ganhos, como viam deteriorar-se o próprio nível de participação na renda nacional que já haviam alcançado”.

As condições para a orquestração capitalista estavam dadas e a classe dominante, aliada ao exército, infligiu um regime ditatorial, com restrições à liberdade dos cidadãos e reorientação da economia dentro de uma perspectiva planificada: *“A revolução passiva se verificaria no fato de transformar a estrutura econômica 'reformisticamente' de individualista em economia segundo um plano (economia direta) (Gramsci, 1977, p. 1089). “E verificar-se-ia uma revolução passiva quando através da intervenção legislativa corporativa se introduzissem na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento 'plano de produção' (Idem, p. 1228). Ora, no Brasil este reformismo não se resumiu à política, mas também resultou em um plano econômico, expressando um novo mecanismo de acumulação e distribuição do capital financeiro, baseado na produção industrial e no latifúndio.*

Conforme Coutinho (1984, p. 124), apesar de ter sido um Golpe que solidificou um regime político na base da coerção,

"não pode ser caracterizado como regime fascista 'clássico'; mas seus objetivos de política econômica têm fortes semelhanças com as do fascismo italiano: as forças produtivas da indústria, através de uma intervenção maciça do Estado, desenvolveram-se intensamente, com objetivo de favorecer a solidificação e a expansão do capitalismo monopolista. A estrutura agrária, por seu turno, mesmo conservando o latifúndio como eixo central, foi profundamente transformada, sendo hoje predominantemente capitalista. A camada tecnocrática-militar, que se apoderou do aparelho estatal certamente controlou e limitou a ação do capital privado, na medida em que submeteu os interesses dos 'múltiplos capitais' ao 'capital em seu conjunto'; mas adotou essa posição 'cesarista' precisamente para manter e reforçar o princípio do lucro privado e para conservar o poder das classes dominantes tradicionais, quer da burguesia industrial ou financeira nacional e internacional, quer do setor latifundiário que ia tornando-se cada vez mais capitalista".

Na visão do mesmo autor (idem, 125), outro elemento importante a ser considerado na compreensão da revolução passiva enquanto instrumento de implantação do capitalismo foi a categoria do transformismo, como modo de desenvolvimento histórico, que implicou na exclusão das massas. A realidade italiana era diferente da brasileira: enquanto o Estado do Piemonte fazia a Unificação Italiana, o Brasil já era um Estado unificado. Porém, o que havia de comum nos dois países era a função do Estado como domínio, como "ditadura sem hegemonia". O domínio, tanto no Piemonte quanto no Brasil, foi de uma pequena fração sobre o grupo, mas não sobre todos os grupos que compunham o processo social. No caso brasileiro, as massas foram controladas pelas forças militares e tecnocráticas.

“Essa modalidade antijacobina de transição ao capitalismo não significa absolutamente que a burguesia brasileira não tenha levado a cabo sua ‘revolução’: fez isso, precisamente, através do modelo da revolução passiva, que tomou entre nós a forma, para utilizar a terminologia de Florestan Fernandes, de uma ‘contra-revolução’ prolongada, que de outro modo significa dizer ‘ditadura sem hegemonia’” (Coutinho, 1984, p. 126).

Esse tipo de revolução necessita de um mínimo de consenso. Gramsci (1977, p. 962-3) explicou este fenômeno na Itália através do conceito de “transformismo”, que implicou no entendimento da cooptação, ou absorção dos líderes rivais por parte do grupo dominante, inclusive líderes das classes subalternas. Segundo Gramsci, isso ocorreu em dois momentos: de 1860 a 1900, o transformismo molecular absorveu individualmente os líderes das classes políticas que tinham aversão a participação popular no Estado, e de 1900 em diante ocorreu a cooptação de grupos inteiros que passaram a campos moderados.

No caso brasileiro o transformismo molecular foi a prática mais utilizada por meio da cooptação, enquanto a absorção de grupos inteiros de oposição teve menor eficácia. Mesmo na época do populismo, a absorção de grupos ocorreu em virtude da permanência das velhas oligarquias agrárias no controle do Estado, que excluía os trabalhadores, camponeses e assalariados²².

O Golpe de 1964 confirmou o plano dos militares de conduzir o país travando uma relação de confiança com as classes dominantes, com decisões “pelo alto”, em rechaço a qualquer resistência civil. O domínio pela coerção foi a evidente comprovação da revolução passiva.

O autoritarismo militar não teve aceitação pacífica. Os grupos sociais, mesmo aqueles que haviam apoiado o Golpe, ao perceberem os métodos autoritários dos militares, começam a reagir. A sociedade civil, descontente com

²²Coutinho (1984) trabalha mais longamente sobre a absorção das classes intelectuais brasileiras pelas elites na obra “Democracia como valor universal”.

as imposições restritivas, iniciou um processo de resistência e de tentativa de superação do regime.

1.2- A sociedade civil busca a hegemonia: da guerra de movimento à guerra de posição

O Estado brasileiro firmou-se na coerção sem hegemonia, fundando-se no modo autoritário e centralizador em detrimento da sociedade civil, na reafirmação do Estado capitalista. Acima de tudo, os militares deveriam manter o poder e o controle do Estado.

A coerção foi o elemento dominante dessa fase no país, corroendo todas as tentativas oposicionistas, distanciando-se velozmente do que Buci-Glucksmann (1980, p. 396-399) chama de bipolaridade gramsciana: a hegemonia ao lado da crise hegemônica, ou seja, a integração das classes em paralelo ao processo de autonomização, permitindo passar de subordinada a hegemônica. Os acontecimentos do Brasil de 1964 ocorreram para consolidar o poder da classe dominante, receosos em perder o domínio.

Em março de 1967, assumiu o controle do país o General Costa e Silva, mostrando o caráter duramente autoritário com a decretação do AI5, que dava plenos poderes ao Executivo. A esta altura, foram abolidos os "escrúpulos de consciência" e entrou em ação a "linha-dura"²³. O AI5 foi lançado em 13 de dezembro de 1968 e trazia onze medidas que dariam mais concentração de força ao Poder Executivo:

"1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes legislativos e executivo nos níveis

²³ "Linha-dura" era a denominação usada pela ala militar mais radical que queria a imposição, de forma violenta, dos interesses da burguesia nacional. Costa e Silva (1967) e Garrastazul Médice (1970) foram os representantes maiores dessa ala. Segundo Skidmore (1989), Castelo Branco, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo pertenciam à ala moderada, que procurava estar sustentada em um mínimo de legalidade.

Federal/Estadual e municipal; 3) direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos e restituição do 'estatuto dos cassados'; 4) direito de demitir ou remover juizes e suspensão das garantias ao judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; 5) poder de decretar Estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na constituição de 1967; 6) direito de confiscar bens como punição por corrupção; 7) suspensão da garantia de 'Habeas corpus' em todos os casos de crimes contra a segurança nacional; 8) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 9) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; e finalmente; 10) proibição de apreciação pelo judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do AI5" (Skidmore, 1989, p. 133).

Uma outra maneira de centralizar o poder foi a redefinição do papel do Conselho de Segurança Nacional - CNI :

"o Estado de São Paulo de 23 de julho de 1967 expressa bem o que isso significou: 'as coisas foram previstas para que nada, absolutamente nada possa processar-se no país `a margem da vigilância estreita dos elementos da esdrúxula Secretaria do Conselho de Segurança. Assim, nas áreas indispensáveis à segurança nacional, caber-lhe-á tudo o que diga respeito à Segurança Nacional como concessão de terras a estrangeiros, abertura de vias de transporte...'" (Oliveira, 1978, p. 93).

O lançamento do AI5 constituiu-se na fase inicial da "linha dura" no exercício do poder no Estado de Segurança Nacional. A esquerda tentou reagir à virada autoritária através da tática de guerrilha. Foram tentativas frustradas e expressaram uma forma de luta inadequada para uma realidade ocidental, apesar de toda a importância que ela tenha tido no Continente americano.

Não nos parece viável a guerrilha, olhando a partir da realidade da época, como estratégia de enfrentamento da repressão em que vivia a sociedade civil. Porém, o tema da guerrilha nos remete a uma reflexão importante feita por Gramsci a respeito da guerra de movimento e da guerra de posição enquanto estratégias concebidas na busca da hegemonia. A guerrilha mostrou o anacronismo em que se envolveram os nossos jovens de classe média e nos ajuda a compreender o caminho da guerra de posição que os demais movimentos organizados da sociedade civil brasileira utilizaram como maneira de estabelecer a hegemonia. Nesse sentido, faremos uma análise daquilo que Gramsci compreendeu como guerra de movimento e de posição e como essa última ajuda a compreender as estratégias da sociedade civil nas próximas décadas.

De acordo com Buci-Glucksmann (1980, p. 244), a estadia de Gramsci na URSS, entre maio de 1922 a dezembro de 1923 deu-lhe condições de participar da Terceira Internacional, organizada por Lênin. Seus contatos com vários dirigentes da Rússia socialista fizeram-no entender a situação russa e amadurecer sobretudo as idéias de Lênin a respeito da passagem da guerra de movimento para a guerra de posição, considerada a questão mais importante no período do pós-guerra. Essa discussão estava intimamente vinculada à questão da Frente Única Italiana, levantada por Gramsci como necessária à guerra de posição. Na Terceira Internacional, essas idéias foram aprofundadas, porém encontraram uma resistência muito forte nos partidos de esquerda da Itália e da Rússia. Lênin e Gramsci tinham clareza de que a guerra de movimento não era a mais adequada para o Ocidente. O momento da Terceira Internacional já permitia uma avaliação melhor da estratégia revolucionária da URSS. A estratégia no Ocidente estava na busca, em primeiro plano, do operariado:

“Quem não compreender que na Europa, onde todos os operários estão organizados, nós temos de conquistar a maioria da classe operária, está perdido para o movimento comunista e jamais aprenderá coisa alguma” (Idem, p. 248).

Lênin, segundo Buci-Glucksmann (1980, p. 248), estava diante de duas facções: a dos socialistas reformistas e a dos socialistas de esquerda, que

optavam pela guerra de movimento organizada pelo grupo de vanguarda, onde o partido revolucionário teria a incumbência de conquistar as massas em função da revolução. Gramsci (1977, p. 866) procurava dar seguimento às idéias de uma nova estratégia na formulação da Frente Única e, ao abordá-las, compreendia a limitação da guerra de movimento, comentando: *"Parece-me que Ilitch havia compreendido que era necessário transformar a guerra de movimento aplicada vitoriosamente no Oriente em guerra de posição que era a única possível no Ocidente"*. A partir da realidade italiana, Gramsci se propunha a fazê-lo seguindo o estudo sobre a *"Questão Meridional"* e o *"Risorgimento"*, onde ocorreu a unificação Italiana. Envolvido nessas reflexões ele desenvolveu a noção da revolução passiva ou revolução "pelo alto".

Gramsci (1977, p. 866) adentra na realidade oriental e ocidental comparando as categorias de Estado e sociedade civil. No Ocidente, a sociedade civil é organizada e o Estado é um espaço organizativo que as representa; no Oriente, a sociedade é gelatinosa e o Estado forte. No Oriente, Gramsci avalia a teoria da Frente Única dos Russos, que deveria conter alguma coisa errada em virtude do não funcionamento no plano internacional. Ao voltar-se para o Ocidente, *"Gramsci evidencia que a estratégia marxista de transição ao socialismo não poderia mais ser pensada no rastro da ilusão de que um "Novo Outubro" se realizaria"* (Simionatto, 1995, p. 38).

A partir da experiência do fascismo, Gramsci levanta nos *Quaderni* a necessidade da superação pela passagem da guerra de movimento à guerra de posição .

"O conceito da guerra de posição será cunhado em 1930 e em 1931 será reformulado à luz do conceito de hegemonia" (Buci-Glucksmann, p. 314). *"Esta estratégia encerra em si um processo de luta para a conquista da direção político-ideológica e do consenso dos setores mais expressivos da população, como caminho para a conquista e conservação do poder"* (Simionatto, 1995, p. 39-40).

Ora, no entendimento gramsciano, a guerra de movimento correspondia à luta frontal pelo Estado, cuja maior representação estava na revolução de 1917 na

URSS. Como a Europa possuía uma outra configuração política e social, era necessário uma nova estratégia, a chamada guerra de posição, que correspondia a uma luta pela hegemonia através de uma estratégia de longo prazo, com pressão planejada e constante sobre o adversário.

Na Terceira Internacional, as idéias que privilegiavam a revolução popular, como é o caso de Togliatti, são atacadas através da tese do social-fascismo que, para Gramsci, era muito próximo de Bordiga, que nas suas análises de conciliação colocava a necessidade de aliança entre as forças populares e as forças capitalistas. Para Gramsci, a formação fascista representava uma guerra de posição no plano prático e ideológico da Europa. Isso o levou a concluir pela necessidade da organização do operariado como proposta de busca da hegemonia nos países desenvolvidos do Ocidente, que possuíam a sociedade civil mais organizada e resistente. Gramsci usou o termo guerra de posição para ambas as classes, tanto a burguesa quanto a operária, imprimindo à hegemonia um duplo caráter.

Quanto às classes subalternas e à guerra de posição, temos alguns elementos a considerar segundo Gramsci (1977, p. 852):

“a existência de grandes organizações populares modernas que representam como que trincheiras e fortificações de guerra de posição. Em outras palavras, a existência de partidos políticos de massa, de poderosos sindicatos econômicos na 'sociedade civil, correspondem, no que toca as forças antagônicas, ao tipo de articulação complexa das superestruturas nos Estados desenvolvidos”.

Logo, a guerra de posição está intimamente vinculada à estrutura das massas modernas. É pela capacidade de mobilização delas que se avalia a capacidade da guerra de posição na conquista da hegemonia. É importante observar que Gramsci, de acordo com Buci-Gluksmann (1980, p. 319), assinala não só o sincronismo entre Oriente e guerra de movimento e Ocidente e guerra de posição, mas o diacronismo, presente, por exemplo, em sociedades liberais que possuíam uma desorganização de massa que permitia a guerra de

movimento. Este fator foi comum onde a democracia não estava totalmente solidificada. Na relação entre as duas estratégias, Gramsci coloca o ponto de unidade na hegemonia ou na conquista da direção política ou consenso.

Gramsci (1977, p. 300) considera a passagem para a luta política pela guerra de posição como a mais importante categoria, acompanhada de críticas à visão trotskysta e à Rosa Luxemburg, que permaneciam na estratégia de guerra de movimento. Entre 1930 e 1932, escreveu contra a virada esquerdista da Internacional Comunista baseada na leitura histórica de Trotsky, que pretendia um movimento que derrubasse o capitalismo abruptamente, também apoiada por Stalin a partir de 1929. Percebendo a importância de uma estratégia mais cautelosa, como a leninista, o Congresso da Internacional de 1921 havia proposto a Frente Única, que levava em consideração a complexidade das sociedades ocidentais.

Na crítica a Rosa Luxemburg, Gramsci (1977, p. 300-311) avaliava que, nas sociedades ocidentais, o determinismo do fator econômico sobre o político não correspondia ao seu entendimento. Primeiro, porque não é tão fácil desestabilizar o bloco dominante baseado apenas na perspectiva da crise econômica. Além disso, o político tem fortes determinações nas sociedades ocidentais, o que não permite soluções rápidas, como queriam Rosa Luxemburg e os trotskystas, sendo necessário desenvolver uma estratégia a longo prazo. Para aprofundar esse passo, Gramsci criou a noção de crise orgânica, combatendo a noção de crise catastrófica. A crise orgânica, em seu aspecto econômico, apresenta-se como manifestação de contradições estruturais do modo de produção e aparece no aspecto superestrutural, político-ideológico, com a crise de hegemonia. Gramsci assim a define:

“se a classe dominante perdeu o consenso, ou seja, não é mais dirigente; porém unicamente 'dominante', detentora da pura força coercitiva, isso significa precisamente que as grandes massas se separam das ideologias tradicionais, que não crêem mais no que antes criam, etc. A crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer” (Idem, p. 311).

A crise de hegemonia que se expressou como crise orgânica era um tipo de crise avançada, que foi exigindo uma ampla tomada de espaços, englobando períodos históricos longos e exigindo paciência, não no sentido da comodidade, mas paciência histórica revolucionária, ativa.

Não se pode esperar espontaneamente o "dia da grande revolução", em que se chegará ao poder. A crise de hegemonia, numa guerra de posição, tem como alvo a direção e o consenso na sociedade civil por meio do partido que exerce direção política e ideológica, superando o modo de dominação coercitivo.

Foi muito clara a divergência entre Gramsci, Trotskistas e Bordiguistas presentes no Partido Comunista Italiano - PCI, quanto a concepção de mundo, que passava pela visão de partido, relação com a classe operária e estratégia de luta organizativa. Gramsci reafirmava sempre a necessidade da passagem da guerra de movimento à guerra de posição, ao contrário desses outros.

Na análise da realidade brasileira, Coutinho (1993, p. 103) acrescenta outros elementos, talvez mais complexos do que os da realidade italiana. Por exemplo, não tínhamos tradição de revoluções. A classe dirigente do Brasil historicamente resolveu as crises sem consulta popular, na base da cooptação, com revoluções "pelo alto", conforme analisamos na primeira parte deste capítulo. As práticas que a sociedade civil brasileira acumulou foram insuficientes para materializar uma estratégia capaz de dar hegemonia a um projeto nacional-popular.

Coutinho (1993, p. 104-106) coloca que a esquerda não respondia aos desafios que se apresentavam. Nesta fase, além da perseguição, ela se encontrava dividida internamente, com correntes que apontavam para direções diversas: o PCdoB queria a revolução violenta, junto com as guerrilhas armadas, e o Partido Comunista - PC queria cautela, mas não se articulava numa tentativa mais orgânica. Havia os grupos da ala armada do Partido Comunista - PC, os Maoístas, Foquistas e Castristas e o movimento de Mariguella, que queriam uma revolução anti-feudal e antiimperialista. A convergência entre a política da ditadura e a linha do Partido Comunista Brasileiro - PCB explica que a queda da

ditadura foi *paripasso* à das esquerdas tradicionais e a conseqüente ascensão do pensamento gramsciano.

1.3- Cerceamento da sociedade civil durante o regime militar

Para a compreensão do processo de busca da hegemonia temos que passar pela compreensão do conceito de sociedade civil, que se constitui em matéria essencial da hegemonia. Conforme Coutinho (1984, p. 74), o conceito de sociedade civil não era novo e já havia sido trabalhado pelos clássicos. Marx a colocava junto à base econômica como parte da estrutura onde davam-se as relações econômicas. Mas Marx chega até esse conceito depois de desmistificar a visão de Estado de Hegel, envolto em uma áurea de superioridade sacral e mostra que sua origem está nas contradições sociais. A função do Estado é perpetuar essas contradições, fazendo com que os interesses de alguns sejam assumidos pelo todo. Para isso, o Estado usa da repressão e dos aparelhos repressivos.

O conceito de sociedade civil de Marx enriquece o conceito de Estado de Hegel, sem deixar de evidenciar o materialismo histórico que se expressava na produção e reprodução da vida material, implicando na produção e reprodução das relações sociais. Hegel e Marx compreendiam o Estado, no âmbito da sociedade política, enquanto exercício da coerção, em virtude de viverem a experiência de uma sociedade civil onde as movimentações não eram tão complexas quanto aquela vivida por Gramsci. Quando Gramsci falava dos aparelhos privados de hegemonia fazia referência a associações, como: sindicatos, partidos, organizações profissionais e culturais e imprensa. Essas formas sociais ajudaram a complexificar a sociedade civil, o que implicou numa relação menos coercitiva do Estado, exigindo uma busca maior de consenso (Idem).

A superação da concepção de Marx de Estado para Estado ampliado em Gramsci estava exatamente na compreensão da complexificação da sociedade. De um lado, estava o Estado restrito ou a sociedade política, que por meio de seus aparelhos desempenhava a dominação pela violência e repressão; de outro, estava a sociedade civil e o conjunto das suas organizações, que desempenhava o papel ideológico e portanto a difusão do consenso. Ambos os espaços constituíam-se na afirmação de um determinado modelo econômico no nível estrutural. Outra diferença entre sociedade civil e política estava nas bases de sua materialidade: a sociedade política solidificava-se no aparelho burocrático do Estado repressivo e a sociedade civil nos aparelhos privados de hegemonia, autônomos em relação à sociedade política.

A hegemonia, outro conceito desenvolvido por Gramsci, vai decorrer desta visão de Estado, ou seja, ela engendra-se com as organizações que compõem a Sociedade Civil. Gramsci tomou o cuidado de mostrar que a relação entre as duas dimensões do Estado não eram funcionais, mas dialéticas. A sociedade política tinha um caráter de identidade e de diferença em relação à sociedade civil. No Estado, as duas conviviam, às vezes, com peso maior para a dominação ou ditadura, às vezes, com peso maior no consenso e direção.

A sociedade civil e a sociedade política nas suas autonomias funcionais e materiais levaram Gramsci a uma compreensão mais ampla com a concepção de Estado ampliado e, portanto, do fim do Estado sem ser o fim da política. Com isso, supera os clássicos Marx, Engels e Lênin. O Estado ampliado consiste na diminuição da sociedade política, que vai sendo absorvida pela sociedade civil. A coerção cede espaço ao consenso e à hegemonia.

Para Lênin, segundo Coutinho (1984, p. 85), a extinção do Estado se daria na extinção das classes sociais. Gramsci, no entanto, observa o embate em nível superestrutural, no sentido de acabar com a ideologia que distanciava os governantes dos governados. Num Estado em que a sociedade civil era fraca, o papel do socialismo era fortalecê-la para chegar ao Estado regulado. Nesse ponto, Gramsci recorre a Lênin, que afirmava a vitória do socialismo com a extinção do Estado. Essa extinção não correspondia à visão utópica de Estado

sem governo, mas de um governo regulado. Gramsci não poupou críticas ao Estado Soviético por considerá-lo burocrático, autoritário e centralizado. Discordava do Estado Stalinista que confundia partido com Estado, reforçando o Estado coercitivo, enquanto para ele o partido era um meio de passagem da sociedade política para sociedade civil.

De acordo com Simionatto (1995, p. 62 - 72), é importante observar que a partir de Marx, que possuía a visão de Estado restrito, mais coercitivo, Gramsci deu continuidade ampliando esta concepção, mostrando que o Estado é permeável e entrecortado pelos movimentos da sociedade civil. A sociedade civil é um fenômeno típico do Ocidente vivido por Gramsci, diferentemente da época de Marx e Engels ou Lênin. Esses fatores fizeram Gramsci perceber a complexidade das relações entre Estado e sociedade civil, onde as massas adentravam aos poucos no Estado, tornando-o ampliado. Essa trama de poderes, colocada a partir do capitalismo desenvolvido, foi o que levou Gramsci a elaborar o conceito de Estado ampliado. Para Marx, ele constituía o comitê onde se discutiam as questões da burguesia, sendo um espaço de controle dos interesses de classe. Essa concepção também era difundida por Engels e Lênin. Em Gramsci, havia uma flexibilidade maior na compreensão do Estado, em virtude da crise do Estado liberal e da hegemonia do sistema capitalista. O Estado era compreendido em seu aparato burocrático (político) e também coercitivos (exército, polícia e controle) e na absorção da sociedade como causa influente na formação do próprio Estado. Entraram em cena o voto, os partidos, as associações, os sindicatos, caracterizando uma fluente e crescente participação das massas no âmbito político. A superestrutura foi acrescida de uma esfera: a sociedade civil mais a sociedade política, o que implicou em dois planos de ação: o da hegemonia (sociedade civil), através dos aparelhos privados, e do domínio, ou coerção (sociedade política). O acréscimo de Gramsci à Marx estava na compreensão de que o Estado não é somente formado política e economicamente, ou seja, que o Estado não se reduz à díade classe econômica e classe política.

“Se para Marx a Sociedade civil abarca o conjunto das relações materiais dos indivíduos no interior de um determinado estágio de

desenvolvimento das forças produtivas, isto é, correspondente à estrutura econômica e social de um certo período histórico, em Gramsci a sociedade civil aparece como o conjunto de organismos chamados privados e que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade civil. Compreende o devir concreto da vida cotidiana da vida em sociedade, o emaranhado das instituições e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam” (Simionatto, 1995, p. 151).

Gramsci instaurou assim um novo nexos entre economia e política e entre sociedade civil e sociedade política. Enquanto a sociedade civil construía a hegemonia por meio das instituições, como escola, sindicato e Igreja, a sociedade política praticava a ditadura por meio da coerção. Esta foi uma primeira distinção entre as esferas. A segunda afirmou-se pela materialidade própria de cada esfera: na sociedade civil, os portadores materiais eram os aparelhos privados de hegemonia, enquanto na sociedade política eram os aparatos repressivos (Idem, p. 152). Essa nova concepção implicou em um novo modo de exercer o Governo:

“ao mesmo tempo há duas formas de exercício do governo: pela coerção, pelas armas, onde são controlados os que se opõem ao regime e pelo consenso na reforma intelectual e moral, os aliados” (Gramsci, 1977, p. 2010).

Em síntese, o fundamento ontológico da sociedade civil estava marcado pela independência das suas esferas, isto é, pela capacidade de distanciar-se da sociedade política e ao mesmo tempo, estar ligada a ela como momento da superestrutura. Mas Gramsci também referia-se à sociedade econômica como infraestrutura. Discordava da concepção de Estado liberal que colocava a esfera da sociedade política separada da civil em que ao Estado cabia a guarda das leis, independente da idéia das classes que o impulsionavam no Governo. Gramsci entendia o parlamento ligado à sociedade civil e o judiciário como continuidade entre a sociedade civil e o Governo, na preservação das leis. O Estado Liberal convivia com a hegemonia das classes, na medida em que no parlamento estavam os partidos que as representavam e realizavam o equilíbrio

entre os interesses delas. No Estado totalitário, o parlamento era assumido por um único partido que, além do papel político, exercia o papel da propaganda política, através de um discurso moralizante de domínio das massas, ao modo do Fascismo italiano.

Para Gramsci, havia o entendimento de que o Estado se estruturava de acordo com a organização das classes fundamentais: a burguesa e a proletária. Logo, era no fortalecimento da sociedade civil que estava a possibilidade de um Estado regulado sem o aparato coercitivo e corporativo. Uma sociedade regulada era portanto uma sociedade que participava. Para Gramsci, aí estava a chave da consecução de um Estado de classe ou de uma nova visão de mundo.

Essas formulações possibilitaram ^{entender o} ~~esse entendimento do~~ pensamento de Gramsci sobre as relações da sociedade civil com o Estado. Essa relação ficou estremecida no Brasil, no período do governo militar, na medida em que cresciam os tentáculos do autoritarismo. É importante analisar como acontece esse "jogo" de tensões, especialmente na década de 70, e como a sociedade civil foi reconstruindo seu espaço no cenário nacional em vista da autonomia e liberdade que caracterizavam sua razão de ser.

A década de 70 teve um desenvolvimento da organização da sociedade civil jamais visto na história do país. O sindicalismo, segundo Keck (1986, p. 384), teve, nessa década, a possibilidade de avançar muito no nível político e ideológico, ao concretizar-se como uma força da sociedade em defesa classista. A partir de 1977, como reação às estruturas centralizadas do Estado de Segurança Nacional e depois de muito esforço organizativo, o sindicalismo caminhou das movimentações de massa para o "Novo Sindicalismo". Constituiu-se, então, a coluna vertebral da resistência trabalhadora na afirmação da necessidade de uma reestruturação econômica e social para o país, com a bandeira da abertura democrática.

"Para o operariado, a reivindicação de autonomia tornou-se a palavra de ordem para uma mobilização mais ampla e para o desenvolvimento de novos tipos de reivindicações e de organização

dentro de um movimento operário, que surgiu na década de 70. Para muitos dos sindicatos envolvidos na revitalização do movimento operário, autonomia implicava em muito mais do que a revisão da legislação: significava o direito dos trabalhadores de determinar as suas próprias formas de organização e estratégias. A questão dos direitos do trabalho, portanto, encaminhavam-se para uma discussão mais ampla, de relações políticas em toda a sociedade" (Keck, 1986, p. 384).

Um órgão que exerceu grande influência nas negociações entre trabalhadores e governo, principalmente no período de 1978 em diante, foi o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - DIEESE. Os estudos técnicos eram realizados para que se tivesse uma real situação das empresas.

No âmbito do embate com o Estado, duas mudanças importantes vinham como consequência: a negociação reivindicatória, que tirou a conotação burocrática e assistencial dos sindicatos, e o rompimento com um esquema antigo, que separou as reivindicações econômicas das políticas.

O Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT, reuniu em 1981 cerca de 24% de toda a força sindical nacional, totalizando a soma de 1.126 entidades e 5.247 delegados. Isso expressou a capacidade de mobilização da massa trabalhadora no final da década de 70 e início da década de 80, movida por interesses de mudanças estruturais no mundo do trabalho e do rompimento com o regime militar.

Ocorreu, especialmente no ABC Paulista, de acordo com Alves (1985, p. 259-261), uma explosão de greves nos anos 1978, 1979 e 1980, ocasionadas pelas perdas salariais, altos índices de inflação e pela incapacidade do governo de administrar o país para as classes trabalhadoras. Em 1978, estourou a greve dos metalúrgicos de São Paulo. Após esse acontecimento, uma greve foi deflagrada por todo o ABC paulista, havendo, num período de 09 semanas, duzentos e quarenta e cinco mil e novecentos e trinta e cinco operários em greve.

De São Paulo o movimento estendeu-se a outros Estados e categorias. No ano de 1979, a intensificação da greve foi maior, chegando a mobilizar em todo o país três milhões e duzentos mil operários. O Centro propulsor foi a mobilização dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Em maio de 1978, dois mil e quinhentos trabalhadores da Scânia, liderados por Luiz Inácio da Silva, LULA, fizeram uma "greve branca", isto é, entraram na fábrica e não trabalharam. Não demorou para o exemplo ser imitado. O movimento fazia parte do processo de redemocratização de âmbito nacional e que envolveu outras entidades civis e políticas.

As mobilizações tomaram as ruas e depararam-se com a repressão militar. A Igreja Católica em muitas oportunidades abriu as portas dos templos para proteger os operários da repressão. Em setembro, numa mobilização dos metalúrgicos de São Paulo, a greve sofreu a mais drástica repressão de 1979. Nesse confronto, o líder sindical Santo Dias da Silva foi baleado e morto. Muitas Igrejas foram invadidas pela polícia de choque, para reprimir os manifestantes. A polícia não poupou a multidão, usando gás lacrimogêneo e cacetete, dispersando violentamente as mobilizações.

O Estado de Segurança Nacional deixava claro que a liberalização (1974)²⁴ não era para as classes subalternas. Tanto na zona rural quanto na urbana, os manifestantes foram constantemente vigiados e punidos pelos aparatos repressivos. O "esquadrão da morte" percorria os bairros à caça de comunistas, com alegação de busca a criminosos. As classes subalternas não interessavam ao Governo, porém, com a intensa movimentação de greve, o Governo promulgou a lei 6.708, onde os reajustes anuais de salário tornaram-se semestrais. Também foi aberta a livre negociação entre patrões e empregados.

O ano de 1979 foi importante para testar a força e a unidade dos trabalhadores. Nesse período, o movimento sindical foi fortalecido pelo apoio da Igreja. Esse apoio fez perceber que era possível uma articulação maior, para além

²⁴ A liberalização, também conhecida como "distensão", teve início a partir de 1974 com o governo Geisel. Resumidamente, significava uma abertura, lenta, gradual e controlada pelos militares.

das corporações. O sindicalismo e as demais movimentações de massa da sociedade civil foram mais comuns na década de 70, e tiveram sua importância no reaquecimento das organizações civis, que a partir da década de 80 se estruturaram com novas estratégias.

A partir de 1980, o movimento sindical teve seu quadro de mobilização enfraquecido. Alves (1985, p. 262) constata que esse recrudescimento aconteceu devido à forte repressão sobre as movimentações grevistas de 1978 e 1979. De outro lado, as greves, a partir de então, tornaram-se mais organizadas e planejadas, diferentemente do período entre 1978 e 1979, onde a espontaneidade condicionava a organização. As greves não se detiveram somente na questão salarial, mas em temas como estabilidade de emprego, comissões de fábricas, liberdade de escolha dos chefes de seção, jornada de trabalho semanal, delegados sindicais. Essas questões tornavam-se mais importantes para dar garantias estratégicas à continuidade da organização trabalhadora. Em uma entrevista com Luiz Inácio Lula da Silva, em 05 de outubro de 1980, isso fica claro:

“em 1980, compreendemos que não bastava pedir um reajuste de 10%. Ficou evidente que não se tratava de conseguir 10 ou 20% a mais. Isto não ia resolver o problema dos trabalhadores. De modo que reivindicamos melhorias que não eram econômicas. Por exemplo, estabilidade no emprego, redução na semana de trabalho. Queríamos controlar o processo de escolha dos chefes de seção e garantir aos representantes sindicais o direito de livre acesso às fábricas. Em 1980 a última preocupação dos trabalhadores era aumentar o percentual em seus salários. Aquele que fora o ponto mais importante nas discussões era, em 1980, o de menor importância” (Idem, p. 263).

O movimento sindical direcionou-se, em primeiro lugar, para a organização interna, para as negociações coletivas e, em seguida, para uma maior articulação com as bases, levando à criação de entidades intersindicais nacionais. O ano de

1985, no Brasil, foi marcado por seiscentos e vinte e cinco greves, que ocorreram de maneira isolada, evidenciando a forte crise econômica que o país vivia.

A organização sindical dessa década baseou-se nos seguintes pontos como pauta de lutas: revogação da legislação repressiva; eleições diretas para todos os níveis de representação política; participação de representantes de trabalhadores na gestão dos fundos de programas sociais como PIS - PASEP, FGTS e BNH; revogação das políticas salariais e direito a negociações coletivas; direito de greve; direito de organização sindical sem interferência do Estado.

A estabilidade de emprego, segundo Keck (1986, p. 407), sempre foi uma reivindicação dos trabalhadores, porém mais contundente nessa fase, devido ao aumento nas demissões. Segundo o IBGE, em agosto de 1981, nas regiões metropolitanas do país já havia mais de dois milhões de pessoas dispensadas do trabalho. Só em São Paulo o desemprego girava em torno de 12,8%. A inflação acelerada de 110,2% ao mês em 1980 passa para 211% em 1984, exigindo uma negociação mais intensa para aumentos salariais frequentes. Era importante a legalização das comissões que se formavam, ligadas aos sindicatos, para garantir segurança aos delegados.

“Apesar de ser exagero supor que a organização de base fosse efetiva no Brasil, o crescimento da atividade nas fábricas mostrava a crescente importância das questões específicas para os sindicatos, o aumento do contrato entre lideranças sindicais e um nível intermediário de quadro atuantes nos locais de trabalho capazes de mobilizar as bases. Principalmente nas fábricas, a negociação coletiva pressupunha um conhecimento íntimo das condições locais e a exigência da intensificação desses contratos” (Idem, p. 408).

De acordo com Cardoso (1995, p. 232-233), o crescimento em organização não se restringiu apenas às lutas pelas questões trabalhistas, mas ampliou a percepção política dos trabalhadores, que percebiam o partido como um importante espaço na disputa hegemônica com o Estado capitalista repressivo. A criação do Partido dos Trabalhadores - PT ocorreu em outubro de 1979 e contou

com os sindicalistas chamados "autênticos", liderados por Lula, intelectuais e com a esquerda da Igreja Católica. O surgimento do Partido dos Trabalhadores - PT não foi tranquilo. Alguns líderes da burguesia liberal e trabalhadores acreditavam que essa iniciativa era utópica, e no máximo divisionista, refletindo as divergências quanto à opção partidária que o movimento dos trabalhadores havia tomado. A fundação do partido ocorreu pela necessidade de ampliação das estratégias políticas de luta, frente ao avanço da pressão dos trabalhadores. A idéia era fortalecer a organização das classes subalternas através de um partido que lhe representasse autenticamente. O PT assumiu uma forte tendência orgânica de representação operária que foi se ampliando durante os anos 80 até concorrer à Presidência da República, representando legitimamente a sociedade trabalhadora ou como um representante coletivo das massas.

O PT e a Central Única dos Trabalhadores - CUT foram duas estruturas organizativas de trabalhadores que inovaram, na medida em que romperam com os padrões antigos de organização. O único partido, a partir da década de 50 que nasceu de bases trabalhistas foi o PT, possuindo uma organização interna forte, e uma proposta política clara.

Criou-se uma força independente e autônoma nas classes subalternas, que se colocou como alternativa de poder em contraposição às classes dominantes. Os únicos pontos de ruptura na abertura democrática foram o movimento sindical organizado na CUT e o PT, por buscarem uma alternativa nas bases trabalhistas, populares, de bairros e lideranças das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs.

"É incontestável o esforço da organização do PT a partir dos movimentos sociais e, para avaliar devidamente a importância histórica desta iniciativa, é preciso lembrar o peso da tradição, do elitismo e do autoritarismo que marca a evolução brasileira. No século passado, quase sempre a conciliação entre as elites tomou lugar do confronto político e das posições divergentes. Um outro fenômeno mais típico foi a antecipação que os grupos dominantes brasileiros realizaram periodicamente quando as classes subalternas

tentam participar das discussões sobre o rumo da sociedade. Como ocorreu em 1930, com a aliança liberal, os grupos dominantes advogaram explicitamente : ' façamos a revolução antes que o povo o faça'. A proposta do PT é a grande ruptura com esse esquema do antecipacionismo" (Cardoso, 1995, p. 244).

Skidmore (1989, p. 431), avalia que

"o partido criou um novo pólo de liderança nas relações trabalhistas, especialmente em São Paulo. A curto prazo desviava elementos valiosos que militavam no meio sindical, o que necessariamente o enfraquecia em sua luta para obter o controle dos sindicatos-chaves. Em compensação, oferecia uma solução alternativa para o trabalho de líderes como Lula, que o Governo expurgara da direção do seu sindicato. Além disso, tal situação interessava à estratégia do governo de dividir a oposição. O planalto apressou-se portanto em facilitar não ostensivamente a emergência do PT".

Gramsci (1989a, p. 06) pode nos auxiliar na análise da presença de um partido autenticamente de base, a partir de sua compreensão de partido que é assimilado ao *Príncipe* de Maquiavel, cuja incumbência era exercer a reforma cultural e política e a unidade das massas em uma vontade nacional coletiva.

"O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a tornar-se universais e totais".

Segundo Bollmann (1991, p. 81-87), Gramsci avança sobre a concepção partidária de Lênin (partido como vanguarda) por incluir nele reflexões sobre a

cultura popular e a ideologia orgânica na dialética intelectual - massa, concebidas como momentos fundamentais na estratégia política revolucionária. Gramsci entende o partido na contribuição à formação da consciência de classe, pensando no Ocidente onde a sociedade civil é mais desenvolvida, diferente de Lênin, que o faz na Rússia em que o Estado é forte e a sociedade civil é fraca.

O partido para Gramsci (1978a, p. 14-15) é um organismo político que está para a formação de uma vontade nacional-popular, pela superação do corporativismo "egoístico-passional". Seu conceito também está vinculado aos conceitos de ideologia e hegemonia. A ideologia é historicamente orgânica e necessária a uma determinada estrutura, funciona como cimento que aglutina essa estrutura, onde ocorre a luta de classes econômicas e o domínio das superestruturas complexas. Pela ideologia difundida nas massas como crença é que se garante a unidade do bloco histórico.

As contradições nas relações de classe no Ocidente eram solidificadas pela ideologia burguesa, necessária à manutenção das relações de produção capitalistas. Por isso, a crítica a essa ideologia implica na noção de uma nova ideologia solidificada na vontade coletiva nacional-popular, consolidando a contra-hegemonia. A hegemonia deve não só difundir-se no âmbito econômico, mas também no cultural, onde o mediador da unidade teórica-prática, na passagem de uma concepção fragmentária, para uma visão coerente e unitária de mundo, é o partido, entendido como o Príncipe moderno, o organizador da reforma intelectual e moral, ou aquele que deveria preparar o terreno para o ulterior desenvolvimento da vontade coletiva nacional. Esta reforma também deve ocorrer ao lado de uma reforma econômica, que constituiria a base material para a reforma intelectual e moral.

O PT como expressão da vontade coletiva da sociedade civil, representou um salto qualitativo de grande envergadura na trajetória organizativa da sociedade civil. Não queremos com isso reduzir a capacidade de formação de consciência de classe e busca hegemônica só ao partido e a um partido. Todos os segmentos organizados, incluindo os demais partidos de esquerda no caso do Brasil, tiveram a sua parcela de contribuição, na medida em que foram

consoantes com a transformação social, mesmo aqueles que tiveram o enfoque de ação mais vinculados ao cotidiano.

O surgimento do PT, na década de 80, nos parece a tentativa mais coerente, desde 1945, de ser um partido vinculado às bases. A área industrial das grandes cidades constituía o seu espaço original. A ele se somam movimentos populares que desejavam a abertura democrática, intelectuais e parte da Igreja católica, num sentimento de unidade nacional pela democracia. No nível nacional, podemos também destacar os movimentos populares que, com a influência da esquerda, puderam estabelecer um vínculo mais estreito, constituindo-se motivo de maior pressão junto ao Estado. A esquerda católica foi a que mais contribuiu no processo de politização ideológica²⁵.

Segundo Alves (1985, p. 201), outros movimentos da sociedade civil tiveram sua presença marcada naquela década. Referimo-nos à ala progressista da Igreja católica, representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, à Associação Brasileira de Imprensa - ABI e à Organização dos Advogados do Brasil - OAB. A Igreja Católica foi a instituição que conseguiu resistir e manter-se em pé, apesar da repressão. Ela articulou muito bem a "política formal", através da CNBB, e a "política de base". As "políticas de base" são encaminhadas a partir dos grupos organizados em pastorais que congregavam negros, índios, mulheres e trabalhadores da indústria.

A estruturação eclesial permitiu à ala progressista da Igreja uma penetração capilar para a mobilização de milhares de pessoas no sentido de romper com o regime militar. O importante é que esses trabalhos contavam com a participação da população, facilitando os movimentos de massa. Dom Evaristo Arns, em entrevista à Alves (1985), confirmou que esta organização de base foi decisiva para a proteção dos presos políticos. Qualquer prisão era imediatamente comunicada à Igreja, que atuava no nível nacional e internacional. Na fase mais

²⁵ Em Monlevade (MG), ocorre um evento em 1980, na mesma época em que ocorre o V encontro do Congresso Nacional dos Trabalhadores da Indústria - CNTI, que reuniu sindicalistas, líderes de bairros e pastorais, algo não muito comum, do qual surgiram muitas reivindicações e um forte indicativo para uma articulação ampla entre os trabalhadores rurais, os sindicalistas e os movimentos populares.

repressiva esteve presente na comissão de Justiça e Paz, com instauração de processos para levantar as causas reais da violência e das mortes²⁶.

A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB foi outra instituição que, apesar de sua postura historicamente conservadora, tornou-se a segunda, após a Igreja, a resistir aos atos arbitrários do militarismo. A OAB não prestou seu auxílio ao governo, apesar de no golpe, em 1964, as medidas que centralizaram o Governo e sua arbitrariedade tomadas em consenso com os juristas da União Democrática Nacional - UDN, que posteriormente retiraram o seu apoio. Ao lado da Igreja, a OAB colaborou nas negociações com o Estado na busca dos desaparecidos, apoiou juridicamente os familiares quanto às torturas, exigiu o direito de anistia e *Habeas-corpus* e a revogação de atos anticonstitucionais como o AI5. Sua ação estava vinculada no nível nacional à Associação Brasileira de Imprensa - ABI e conseguiu uma projeção nacional (Idem, p. 204-205).

Os movimentos estudantis também vinham desenvolvendo ostensiva resistência ao militarismo, impulsionados pelas idéias marxistas veiculadas pelas instituições de ensino. O fortalecimento dessas instituições em contraposição ao Estado eram evidentes, enquanto constituíam-se em aparelhos privados de hegemonia. Os militares tentaram algumas mudanças para cercear esse processo e impedir o desenvolvimento do seu potencial de formação de consciência.

No processo de embate permanente, em vista de uma hegemonia da sociedade civil, a abertura foi sendo construída na estratégia de ocupação de espaços e na aglutinação das forças políticas de esquerda, enquanto a classe dominante tentava garantir uma política em função dos interesses do capital, apoiada no embrutecimento do Estado. Ficou evidente, portanto, neste período, o embate entre sociedade civil (OAB, ABI, CNBB, UNE, CUT, PT) e Estado em nome da contraposição ao Estado coercitivo.

²⁶A ala progressista da Igreja comportava nomes como Frei Beto, que defendia, além da superação do regime, um país socialista.

1.4- O Estado em função dos interesses da classe dominante

Na concepção militar, a entrada do Brasil no mundo do capital foi a entrada pelo túnel da história, em detrimento do comunismo anti-histórico²⁷. Não estava em pauta a democracia participativa. A condução do governo deveria rumar para a busca de um escalão de primeiro mundo, mesmo que para isso fosse necessário reprimir as demandas populares.

“A economia [entre 1960 e 1970] se achava estabilizada, o sistema financeiro reorganizado e a dívida externa renegociada. O Brasil podia agora ingressar de novo nas fileiras das democracias”
(Skidmore, 1989, p. 136).

Se a inflação entre 1964 e 1967 de 100% reduziu-se a 25%, isto ocorreu às custas de altos cortes no salário dos trabalhadores, que sofreram um arrocho de 25%. Quanto à balança de exportações, pode-se dizer sinteticamente que o Governo Castelo Branco (1964-1966) entregou o seu governo em melhores condições do que o recebeu de João Goulart. Os empréstimos norte-americanos para investimentos em pequenos projetos e financiamento de dívidas deixou o Brasil, na visão norte americana e do FMI, com boas chances de desenvolvimento, o que implicou em ter que saldar credores internacionais de acordo com seus juros, causando violentos protestos por parte dos críticos brasileiros, o que aumentou o anti-americanismo. De outro lado, a concessão de liberdade às empresas estrangeiras para exploração em território brasileiro irritou os nacionalistas, o que permitiu concluir que mesmo um Governo autoritário não pode governar sem considerar a soberania nacional (Idem, p. 138).

²⁷Gramsci deixou explícito em sua obra que a organização do movimento do operariado constituía-se fundamental na busca do socialismo. Essa construção era a construção da história a partir, e com as bases operárias, ampliada na compreensão do que ele chama de reforma intelectual e moral. A crítica da classe dominante mais comum em relação à oposição foi a de que o movimento pelo socialismo revelava-se retrógrado. Para um bom observador o movimento dos militares unido ao capital internacional, foi o maior retrocesso da história brasileira, com a “poda” da liberdade, autonomia e fortalecimento da concentração de renda, alcançando índices jamais vistos na história do país, em detrimento do desenvolvimento social.

Havia alguns problemas que impediam o franco desenvolvimento do capitalismo no país:

“a) a estabilidade, no lugar da qual é criado o FGTS como forma de melhorar a mobilidade fatorial e assim promover um mercado eficiente; b) a falta de investimento interno, o que motiva a criação de poupança doméstica; c) A tecnologia e Educação; d) Mentalidade empresarial” (Idem, p. 128).

O Estado, de acordo com Germano Willington (1993, p. 71), exerceu três funções básicas: legislar, dominar e servir de suporte à acumulação de capital.

“O desenvolvimento capitalista no processo de reprodução do capital requer uma regulação por vezes contrária às várias 'unidades do capital'. O Estado regula a relação capital trabalho e Estado e 'unidades de Capital' (setores privados)”.

Mas o processo de modernização capitalista não se tornava tarefa fácil, na medida em que a indústria brasileira era incipiente e o poder aquisitivo da população era pequeno, exceto o de uma pequena camada privilegiada.

Junto à redução do *déficit* público e ao controle de crédito, vinham os salários. O controle e sua estipulação foi assumido pelo Governo em seu Ato Institucional nº. 01. O segundo passo foi o convencimento dos credores internacionais para investirem no país. O governo assumiu diante dos organismos internacionais (Organização Mundial do Comércio - OMC e Fundo Monetário Internacional - FMI, entre outros) a postura pela economia de livre mercado e as regras impostas por esta.

Os credores ainda desconfiavam dos rumos que o Brasil pudesse tomar. Porém, entre 1964 e 1965, o Brasil cumpriu rigorosamente as orientações de modo a deixar satisfeita a economia internacional. Muitos empréstimos foram feitos paralelamente à amortização da dívida, que levava mais do que emprestava. Os EUA, através da Agência Internacional para o Desenvolvimento -

USAID, faziam empréstimos com maior flexibilização e traziam os assessores que acompanhavam passo a passo o caminho da economia brasileira (Skidmore, 1989, p. 67).

“A lógica da intervenção do Estado na economia realiza-se, no entanto, em conformidade com a especificidade do desenvolvimento histórico das diversas formações sociais concretas. No Brasil, sobretudo a partir dos anos 30 deste século, o Estado pautou sua atuação por uma acentuada intervenção na esfera econômica. Nessa perspectiva, exerceu um papel decisivo na organização da produção, sendo ao mesmo tempo promotor e ator da industrialização. Tal intervenção, contudo, ocorreu de forma mais espetacular durante o regime militar instaurado em 1964. Ela decorreu não somente de uma exigência posta pelo patamar de acumulação de capital alcançado no país, mas também de uma notável politização dos investimentos estatais. Os militares no poder tinham em mente construir uma 'potência', garantir a segurança nacional e obter a legitimação através da construção de grandes obras” (Willington, 1993, p. 72).

A política de intervenção do Estado na economia aumentou ainda mais o seu poder nacional e conseguiu com isso a regulação do preço da força de trabalho, a disciplina do trabalhador e a insegurança no emprego. A sua intervenção levou a um desenvolvimento das forças produtivas. Foi uma fase de alto desenvolvimento industrial, conhecido como o período do “milagre econômico”, elevando o país à categoria de maior economia do terceiro mundo. O Estado também lançou mão de algumas estratégias para arrecadar fundos de poupanças: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, Programa de Integração Social, e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS-PASEP e as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN.

Além da poupança, o Estado teve uma forte atuação empresarial com a criação de empresas estatais. É curioso notar que o processo de estatização não se contrapôs ao desenvolvimento do capitalismo nem à iniciativa privada. Ele

assumiu, geralmente, demandas que não davam muitos lucros, porém essas, ao terem alta no mercado, são causas de disputa entre o poder privado e o estatal. Quando o discurso contra a estatização foi forte, significava que os recursos estavam escassos e o setor privado queria abocanhar setores estatizados. O Estado serviu até o momento em que gerava lucros à iniciativa privada, do contrário tornava-se incômodo. Com a ascensão do capitalismo de mercado e a queda do Estado do Bem-Estar Social, as estruturas privadas queriam se apropriar de toda a fatia do mercado que poderia ser lucrativa, usando o Estado como espaço de decisão privada.

Quando o empresariado protestava pela participação nas decisões do Estado, não o fazia por desejo de democracia, mas para utilizar-se do Estado como "trampolim" para seus interesses. A briga do empresariado pela ordem e pela democracia resumia-se na verdade no interesse de cercar o Estado ao redor de seus interesses. Otávio Ianni (1989, p. 249) ilustra bem quando fala sobre essa associação:

"na formação do Capitalismo no Brasil, o Estado torna-se um lugar privilegiado do Capital. Ao longo do século XX à medida que se desenvolve a industrialização, o jogo das forças sociais propicia transformações do Estado e um poderoso centro de dinamização das forças produtivas e relações de produção".

Segundo Willington (1993, p. 81), a intervenção do governo militar na economia favoreceu e privilegiou a classe burguesa do capital, que por sua vez criticava o excesso de estatização, o que não passava de uma exigência de que o Estado funcionasse de acordo com os interesses privados. Não foi raro observar a crítica de que o Estado era ineficiente e responsável pelo caos da economia. Isso foi contraditório porque a ineficiência não se devia ao fato de ser ou não uma estatal. O governo militar, ao colocar o Brasil na divisão internacional do trabalho, entra no jogo do sistema financeiro internacional e endivida o país.

Os militares optaram pelo endividamento já que os países do primeiro mundo dispunham de petrodólares²⁸. Foi fácil pagar a dívida com outro empréstimo, criar projetos e concretizá-los com dinheiro estrangeiro, sustentando contraditoriamente o consumismo da classe média, sendo que mais da metade da população não tinha acesso aos direitos básicos de moradia, saúde, educação e alimentação. Essa fatura prolongou-se até 1979, quando os EUA financiam seu *déficit* e empurram para o desfiladeiro os países que lhe deviam. Nessa época, os juros subiram assustadoramente, levando um grande fluxo financeiro para os EUA. As consequências foram: a) descapitalização e mesmo desagregação das empresas públicas; b) redução dos investimentos públicos e dos gastos sociais do Governo; c) degradação dos serviços públicos; d) corrupção; e) inflação galopante; f) erosão dos salários; g) notável grau de rentabilidade para o setor privado.

Concluimos que o Estado militar teve como função absorver a dívida privada e ser credor das empresas, logo o lucro das empresas tornou-se a dívida do Estado. E o contraditório de tudo isso, é que a burguesia, depois de ter absorvido o que podia, virou-se contra o Estado na tentativa da sua diminuição e tornaram-se comuns os discursos do Estado mínimo²⁹.

A sociedade civil, foi tratada às vezes com indiferença, outras com violência pelos militares. As relações resumiram-se em privilégios concedidos aos grupos de estelionatários burgueses constituintes da sociedade civil da classe dominante. Apesar disso, as classes subalternas não paravam de resistir rumo à "abertura", pois tornava-se difícil aos militares conseguirem manter por muito tempo a ditadura sem hegemonia. Aos poucos, os espaços foram sendo ocupados nas dimensões econômica, política e social. O processo da abertura teve início num acordo com o governo Geisel, batizado como a "distensão", que, para todos os efeitos, não passou de um acordo "pelo alto", onde os militares

²⁸ Dólares que entravam no país por meio dos empréstimos internacionais, resultado da acumulação financeira nos países controladores do petróleo, pelo aumento abrupto do preço deste a partir de 1974.

²⁹ Estamos falando da saída do governo militar que foi apoiada por grande parte dos donos do capital, na medida em que estes sentiam o Estado impor limites aos lucros.

reduziram a carga de violência sobre as classes opositoras e em compensação mantinham o domínio sobre o Estado (Alves, 1985 p. 123).

A fase histórica da década de 70, constituiu-se numa página determinante para o desenvolvimento das organizações da sociedade civil em busca da hegemonia, em condições adversas aos interesses das classes dominantes.

No próximo capítulo, abordaremos a "virada democrática" no país. Procuraremos observar, novamente, a força da sociedade civil, que conseguiu avançar politicamente enfrentando sérias barreiras no âmbito econômico, principalmente por não conseguir romper com as estruturas de acumulação de capital. Destacaram-se aqui duas dimensões da sociedade civil que concorreram em ritmo de embate por concepções de mundo divergentes: as classes subalternas pressionando pela abertura, e as classes dominantes, também convencidas desta necessidade, porém atreladas aos militares pelos privilégios econômicos.

"o comunismo não é para nós um estado que deve ser estabelecido, um ideal para o qual a realidade terá que se dirigir. Denominamos comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual".

(Marx e Engels - Manifesto Comunista).

CAPÍTULO II

2.0- O BRASIL NA DÉCADA DE 80: DA "ABERTURA DEMOCRÁTICA" AO NEOLIBERALISMO

2.1 - A sociedade civil na transição: avanços e limites

Do Governo militar à abertura democrática, houve no Brasil um tempo gradual de passagem para a democracia. Conforme Cardoso (1995, p. 178), para essa transição, três elementos tiveram grande importância: os movimentos populares, o sindicalismo e o Partido dos Trabalhadores. Todas essas forças, em especial o sindicalismo, constituíram-se na grande espinha dorsal do movimento pela democratização. Também se destacaram alguns movimentos sociais que, na compreensão de Cardoso (1995, p. 178), são:

"Caracterizados por uma longa diversidade, se constituem em um espaço de discussão política sem minimizar o partido. Não substituem os partidos nem podem cancelar as formas de representação política".

De acordo com Stepan (1986, p. 17):

"Em meados da década de 70 o Brasil testemunhou um aparecimento histórico de novas formas de criatividade social e resistência virtualmente em todos os componentes da sociedade civil, tais como empresários, a imprensa, as associações de advogados, as organizações da Igreja, os sindicatos e os grupos de mulheres... Esses movimentos constituíram-se em intrincadas e

*criativas relações horizontais da sociedade com ela própria, relações que ajudaram a combinar as tramas da sociedade civil e a lhe dar uma estrutura mais diversificada e mais resistente*²⁹.

A conquista da abertura democrática foi desencadeada com o apoio desses movimentos, sobremaneira pelos sindicatos que, através das greves, foram criando uma áurea nacional de abertura. Sucumbir com o Estado autoritário tornava-se questão emergencial para o coroamento do processo democrático. Criou-se uma vontade nacional pela abertura democrática, aspirada pela sociedade civil.

Nos círculos militares, prevalecia a idéia de não entregar o poder aos civis na década de 80. Seus planos previam o domínio até os anos 90. Alguns fatores, como a crise econômica, o descontentamento de parcela da sociedade civil com os militares, os escândalos de corrupção, os ataques da "linha dura" a Herzog e o "episódio Rio-Centro"³⁰ colaboraram para uma conjuntura adequada ao adiantamento do processo de abertura. Ao mesmo tempo, com as políticas da distensão, facilitou-se a organização nos mais amplos setores sociais urbanos e rurais, unindo desde o movimento das donas de casa e associações de bairros até os partidos progressistas, sendo um impulso à formação de um movimento coletivo da sociedade civil.

Os referenciais teóricos que serviram de subsídio às respostas da sociedade civil oscilavam entre uma perspectiva marxista-gramsciana, que

²⁹Os empresários e outros segmentos conservadores da sociedade civil estavam de acordo com a abertura democrática, por isso envolveram-se no movimento pela democratização. Mas na Nova República voltam a agir como sempre, corporativamente e constituindo-se como os primeiros defensores do neoliberalismo. Francisco de Oliveira qualifica bem essa mudança: "era fácil unir-se contra os militares, porém unir-se ao redor de condições democráticas não era tão certo". (*Seminário Internacional sobre Crises e Desafios da América Latina*, UNICAMP 15/18 set. de 1995).

³⁰Em uma atividade da esquerda, no Rio de Janeiro em 1984, para arrecadação de fundos, ocorre um incidente matando um membro do exército e ferindo outro, presumivelmente por uma bomba que estes carregavam para explodi-la na concentração. A bomba detona antes da hora e revela o lado sombrio dos militares, que não concordavam com a organização dos civis pela democracia.

enfocava a contribuição desses movimentos civis na pressão ao Estado pela ampliação dos espaços de decisões, e outra de enfoque do cotidiano, abordando preocupações com a problemática específica de cada movimento e a autonomia diante do Estado e das demais organizações civis. De acordo com Gohn (1997, p. 286), *"Nesta década os movimentos sociais passaram, no plano de atuação concreta e no plano de análises delas feitas, da fase de otimismo para a perplexidade e, depois, para a descrença"*.

O panorama envolvia as lutas pelo acesso à terra e à moradia, movimento pela melhoria dos transportes, articulações dos movimentos de bairros por saneamento, saúde e emprego. As atuações se concentraram em várias dimensões de luta pela redemocratização e pelo acesso a serviços públicos, tais como o movimento pela anistia (77-78), o ciclo de greves generalizadas (78-79), o movimento feminista (75-82), a mobilização nacional contra o regime militar envolvendo partidos políticos, sindicatos, movimentos populares e outros (78-84), os movimentos sociais populares e urbanos com reivindicações referentes à melhoria de vida, dos transportes e a geração de emprego, os movimentos populares rurais envolvendo a luta pela terra (Movimento Sem-Terra - 79) e a criação da Comissão Pastoral da Terra - CPT (74), os movimentos sindicais (CGE, CUT, CONTAG, CONCLAT) e estudantis (UNE e UBES). Entre 1985 e 1989, houve uma fase de maior institucionalização dos movimentos, coincidindo com a transição para a Nova República. No nível nacional, destacavam-se a luta pelas "Diretas Já" e pela Constituinte. Em áreas específicas, havia os movimentos negro, étnicos, de mulheres, de meninos e meninas de rua, pela reforma da educação (1988), ecológicos e homossexuais. No âmbito urbano, avançavam as organizações pela moradia, de favelas, de sem teto, de inquilinos, espaços de discussão democrática com força de lei, como o movimento sindical e a criação do PT enquanto um representante legítimo das classes populares, e o movimento pela democratização.

Esse conjunto de organizações deve ser compreendido na complexa conjuntura em que se desenvolve a abertura democrática, numa perspectiva hegemônica das classes subalternas. Muitos segmentos de classe média, após os momentos mais intensos da abertura, rearticulam-se em práticas reacionárias

de cunho capitalista neoliberal, como foi o caso de muitos empresários que apoiaram a abertura. Mas o conjunto da sociedade civil procurou dar continuidade à busca hegemônica para a superação das contradições sociais e políticas aprofundadas pelos militares. Esses movimentos civis conseguem fortalecer a crise hegemônica das elites brasileiras, que vão tentar com várias estratégias impedir o seu avanço sobre o Estado.

Daremos ênfase à análise da capacidade da sociedade civil, caracterizada como classe subalterna, para criar uma perspectiva de saída democrática através da construção de espaços de práticas para a ampliação da hegemonia:

“Em Gramsci, o termo 'sociedade civil' designa, um momento ou uma esfera da 'superestrutura'. Designa, mas precisamente, o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias” (Coutinho, 1994, p. 53-54).

Essa rearticulação em diversas formas organizativas, citadas acima, foram práticas forjadas numa perspectiva de projetos coletivos, para a superação das contradições de classe. Referem-se às classes trabalhadoras não detentoras dos meios de produção, que historicamente têm sofrido perdas nos conflitos com a classe dominante, especialmente a ligada à indústria. Segundo Cardoso (1995, p. 13), as classes subalternas são as classes trabalhadoras primárias, secundárias e terciárias, desempregados e subempregados, trabalhadores temporários e também a pequena e média burguesia que é subalternizada. Portanto, ao abordar a perspectiva da luta de classes, estamos estudando o movimento da sociedade civil que se constitui na expressão do protagonismo da história (Marx e Engels, 1956, p. 113-114). Conforme Cardoso (Idem, p.15), considera-se o momento da economia e da política como espaços diferenciados, mas com a mesma importância e numa visão dialética, na medida em que na dimensão política ocorre o processo de reconhecimento recíproco da diferenciação das classes pela posição que ocupam na infra-estrutura. Logo, o reconhecimento é a expressão da relação entre a objetividade e a subjetividade das classes como tal.

A sociedade civil a que nos referimos é aquela reconhecida por Gramsci enquanto aparelho organizativo social que exerce pressão sobre o Estado. Como observa Gruppi (1978, p. 65), trata-se do *"Espaço de organização da sociedade onde se travam as lutas pela conquista da hegemonia"*. Há uma distinção que creio necessária para melhor situar esse estudo quanto às formas de sociedade civil enfocadas. Elegemos a parte da sociedade civil que produz práticas coletivas e pressões sobre o Estado no intuito da superação das contradições de classe, isto é, as organizações de feição anticapitalista que desejam suplantar o Estado do capital. Este caráter se dá numa perspectiva dialética, permitindo perceber os avanços e recuos da sociedade civil nesta superação. O palco dessa luta de classe é dado na década de 80 com os vários movimentos da sociedade civil, urbanos e rurais, avançando no sentido de questionar o Estado, representante dos interesses dominantes, na luta pela abertura democrática, pela reestruturação dos aparelhos políticos aliados aos militares e pela busca de melhoria da situação de vida, através da equidade na distribuição de renda.

Logo, para a organização social, imbuída de uma perspectiva política de contra-hegemonia, a teoria gramsciana constituiu-se como uma valiosa contribuição. Nessa fase, no Brasil, as obras de Gramsci ofereceram subsídios aos movimentos da sociedade civil para a compreensão de conceitos como hegemonia, sociedade civil, guerra de posição, partido, ideologia, educação, intelectual orgânico e tradicional e outros³¹. A sua obra já era então conhecida e reconhecida nos meios acadêmicos e sociais³². Usar o referencial marxista na década de 80 já consistia numa questão de opção, pois o mesmo sofria muitos questionamentos, especialmente das teorias que realizavam uma discussão sobre o cotidiano. Mas na perspectiva de Netto (1993, p. 37): *"este referencial parece mais objetivo na apreensão da ordem social contemporânea, é capaz da apreensão dos modos de ser e de reproduzir-se do ser social no modo de produção burguês"*.

O método marxista constituiu-se num instrumento válido para desvelar as

³¹ Uma abordagem sintética sobre o assunto pode ser encontrada em Bollmann (1991).

³² Uma abordagem bastante completa sobre este tema pode ser encontrada em Simionatto, 1995.

contradições existentes no movimento nuclear do capital. Gramsci, de acordo com Coutinho (1989, p. 77), como um herdeiro desta tradição, trouxe contribuições excepcionais na compreensão da dimensão política. Dimensão que constitui o eixo principal do seu pensamento e para o qual indica uma reforma moral e intelectual pela sociedade civil. A concretização da hegemonia não ocorre após a conquista do poder, mas com o coroamento do consenso trilhado pela sociedade civil anterior a essa conquista.

“Um grupo social pode e deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (é essa uma das condições principais para a própria conquista do poder), depois quando exerce o poder e mesmo que o conserve firmemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser dirigente” (Gramsci, 1977, p. 2011).

Quando uma classe controla o Estado, ela pode fazê-lo de dois modos, segundo Gramsci (1977, p. 2012-2013): ou pela sociedade política, por meio da força coercitiva; ou por meio do consenso, quando estabelece relações orgânicas com a sociedade civil. Como já está explícito no primeiro capítulo, esta maneira de controle do Estado é caracterizada pela capacidade de um grupo ser, respectivamente, dominante e dirigente; era essa capacidade que consolidava a unidade histórica de determinada classe:

“As classes subalternas necessitam, de modo geral, dessa unidade histórica porque não dispõem do controle sobre o Estado nem exercem a hegemonia sobre as demais classes, entretanto essa unidade é construída e sua consolidação supõe, inclusive, que as classes se tornem dirigentes antes mesmo de serem dominantes. Há uma tendência à unificação, ainda que em bases provisórias, mas essa tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes, podendo ser demonstrada num ciclo histórico completo, sem este se concluir com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e se insurgem. Somente a vitória permanente e não imediatamente, rompe a subordinação”.

Essa tendência pode ser explicitamente observada a cada momento das reações das classes subalternas no Brasil. Na passagem e durante o processo de organização da Nova República, as tensões foram permanentes, pois o jogo de forças de âmbito conservador se situou nas alianças entre as forças conservadoras. A guerra de posição e a contra-hegemonia foram sempre parâmetros das organizações, entendidas como a capacidade das classes subalternas poderem tomar partido na história como protagonistas, movidas por uma vontade coletiva. A hegemonia, segundo Cardoso (1995, p. 71), expressa-se na capacidade dessas classes em poder catalisar, organizar e dirigir os interesses do conjunto das classes num projeto mais universal, que contemple a organização e a participação política como dimensão pedagógica. Significa a participação na política de forma organizada, para intervir na sociedade, visando a transformação das relações que impõem subalternidade às classes trabalhadoras, construindo assim uma lógica democrática. Quando uma classe consegue passar do momento corporativo para o político, significa que houve avanço qualitativo na consciência histórica (idem)³³.

Sobre esse momento da passagem da compreensão corporativa de classe para o momento ético-político, podemos usar o conceito de *catarsis* que "(...) significa também passagem do 'objetivo ao subjetivo' e da necessidade à liberdade...A fixação do momento 'catártico' torna-se assim, creio, o ponto de partida de toda a filosofia da práxis" (Gramsci, 1978a, p. 53).

Nesse sentido, podemos considerar, na década de 80, o movimento sindical como um dos espaços determinantes na formação da consciência operária brasileira. Sua atuação colabora na quebra da estrutura sindical corporativa e dependente, através do remodelamento do sindicalismo, efetuado a partir da politização das demandas dos trabalhadores assalariados e numa perspectiva de construção histórica. Logo, as organizações sindicais foram uma forte sementeira de formação de consciência de classe e organização social.

Conforme Keck (1986, p. 395), os sindicatos não permaneceram no âmbito puramente econômico, mas uniram-se em favor do processo político junto às

³³ Para uma abordagem, dentro da perspectiva gramsciana, sobre a passagem de uma classe do momento corporativo ao da consciência política, ver Dias (1996a, p. 13-16).

demais organizações:

“no V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria publicaram uma 'carta de princípios' assinada por dirigentes de 37 sindicatos. O documento pedia democratização política, uma prática de desenvolvimento econômico com ênfase na melhoria do padrão de vida da população, autonomia sindical, direito a greves, negociação coletiva, direito de representação sindical nas fábricas e liberdade de associação com organizações trabalhistas internacionais. Uma organização horizontal dos sindicatos começou a se formar em várias cidades e Estados”.

A Nova República é também a expressão do crescimento da sociedade em busca da democracia, que para Gramsci (1989a, p. 183) tem o seguinte sentido:

“Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto é aquele que se pode deduzir em conexão com o conceito de 'hegemonia' no sistema hegemônico, onde existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia, e por conseguinte da legislação que exprime este desenvolvimento, favorece a passagem molecular dos grupos dirigidos ao grupo dirigente”.

Os avanços da sociedade civil foram determinantes para configurar a abertura democrática como a perspectiva de concretizar um Estado ampliado. Contraditoriamente, a Nova República tem seu início com um grupo de elite da classe dominante dirigindo o Estado, resultado da fusão de interesses políticos partidários da classe dominante com os militares. Aparentemente a democracia foi restaurada, porém o modelo de Estado implementado foi decepcionante sob a ótica da contra-hegemonia. A coalizão conservadora resultou de alianças de caráter liberal, dentro de uma concepção de Estado separado da sociedade civil. Esse movimento foi muito tenso, pois resultou do embate constante entre duas formas distintas de visão política, uma de um Estado centralizado, aliado dos segmentos sociais dominantes, e de outro de um Estado democrático, voltado aos interesses da sociedade civil.

Na compreensão de Coutinho (1993, p. 125), nessa fase os rumos da Nova República poderiam tomar duas direções:

"do desenlace dessa luta irá depender, de resto, o destino do atual processo de transição iniciado com a chamada 'Nova República', na medida em que esse processo é fruto da combinação de pressões populares 'de baixo' e de operações transformistas 'pelo alto', seu ponto de chegada pode ser ou a criação de uma real democracia de massas ou a restauração do velho liberalismo elitista e excludente".

Mais uma vez a classe dominante foi mais rápida em decidir "pelo alto". Para uma análise desse período, na perspectiva da construção de uma possibilidade de avanço democrático e socialista, dentro de uma estratégia de revolução permanente, as categorias que mais se adaptam são as de Estado ampliado e sociedade civil.

De acordo com Simionatto (1997, p. 149-151), com o pós-guerra, a Itália foi coordenada por um grupo da burguesia reformista não muito ligado às questões da produção. Este grupo excluía a participação das camadas subalternas, favorecendo a concentração do poder de uma pequena classe dominante. Gramsci, ao observar a distância cada vez maior entre o Estado e a sociedade civil, cria os conceitos de Estado ampliado. Ambos se relacionam com o grau de complexidade na formação, na mediação e na síntese do fenômeno estatal.

Para Gramsci (1989a, p. 149), o Estado ampliado consiste na unidade entre sociedade política e sociedade civil, e quanto mais o Estado se torna consenso, menos coercitivo e mais regulado ele se apresenta.

"Numa doutrina que conceba o Estado como tendencialmente passível de dissolução (...) o elemento Estado coerção pode ser imaginado em processo de desaparecimento, à medida que se afirmam elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético ou sociedade civil)"³⁴.

³⁴Coutinho reafirma que as categorias de Gramsci ajudam a reler o passado do Brasil, em particular, o conceito de Estado Ampliado, que possui elementos que afirmam a nossa sociedade

A Constituinte e as eleições presidenciais de 1989, que resultaram do esforço da sociedade civil pela abertura, foram o palco tenso e intenso das disputas por espaço, por hegemonia em vista do Estado ampliado. Em ambos os movimentos, houve um crescimento permanente do projeto nacional-popular, um reforço da crise representativa da burguesia e o desfecho com o Governo Fernando Collor de Mello.

No nível externo, a conjuntura já não estava muito favorável porque vivia, de um lado, o momento das reestruturações do capitalismo internacional na sua nova versão, intitulada de neoliberalismo e, de outro, a fragilização crescente dos Estados socialistas, resultando em desconfiança quanto à eficiência e à garantia de um modelo ideológico marxista. Logo, no nível mundial também se vivia as tensões de diferentes regimes ideológicos que repercutiam internamente no Brasil, então em momento de transição, favorecendo sobremaneira a rearticulação da ala conservadora em seu processo transformista, inviabilizando as demandas já levantadas pela sociedade.

2.2- O acordo "pelo alto" da Nova República como negação do Estado ampliado

No Brasil, o processo de rompimento com os militares, acentuado no Governo João Battista de Oliveira Figueiredo (1989-1984), foi expressão de um Governo fraco e incapaz de administrar conflitos, tornando-se cada vez mais desacreditado. A demora na passagem leva a uma transição precária, sem nenhum marco significativo ou ruptura. Os espaços foram sendo abertos e a sociedade civil foi ampliando sua presença neles, por intermédio dos partidos de esquerda, pelo avanço nas negociações entre o mundo do trabalho e o do capital, pelos movimentos de massa da sociedade civil, especialmente o movimento pelas "Diretas Já".

como ocidental, bem como fornecem elementos para a construção de uma estratégia para a democracia e para a luta pelo socialismo no Brasil (Cf. Coutinho, 1989, p. 120-1).

Apesar de todas as pressões, o último Governo militar conseguiu impedir que fossem realizadas eleições para Presidente. Tancredo Neves foi eleito pelo Congresso Nacional em 1984, como candidato de consenso, falecendo antes de assumir o Governo. José Sarney assumiu então a tarefa de conduzir o nascimento da Nova República. Esta foi uma experiência de muitos fracassos em matéria de estabilização econômica e de distribuição de renda. No primeiro momento, lança um plano de impacto chamado de Cruzado I (1986), com controle de preços através do congelamento, empreendimento cujo fim foi a sua derrocada pela incapacidade de assegurá-lo por tempo duradouro. Para Cardoso (1995, p. 229), isso é resultado da própria natureza do capitalismo, onde *“o Estado não tem poderes para intervir no processo de produção, porque isso representaria quebrar o princípio básico da propriedade privada numa sociedade capitalista”*.

Com a queda do Ministro da Fazenda Bresser Pereira, pela ineficácia do Plano Cruzado II (1987), assume Mailson da Nóbrega. Entre as políticas recessivas impostas por ele, são lançadas as bases para a privatização das empresas estatais, que serão radicalizadas posteriormente nos Governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Em contrapartida, cresce o acirramento das classes operárias com o Governo, especialmente nos setores públicos. Vale lembrar que o movimento pela educação, representado no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública³⁵, em 1988 apoiou a nova Lei de Diretrizes e Bases - LDB, a qual é posta em votação. A partir daí a LDB tem uma longa trajetória, sofrendo uma série de emendas nas quais a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES, marcou presença intensa, até ser aprovada na Câmara Federal em 13 de maio de 1993, a partir de um acordo suprapartidário (PL. 1258 - C/88), com a participação intensa do então Deputado Federal Florestan Fernandes (PT -SP).

As organizações da sociedade civil pressionavam para a ampliação dos segmentos das classes no processo democrático. Elas conseguem aglutinar um grande número de cidadãos no envolvimento com as questões da “Nova

³⁵ Esse Fórum foi criado em 1986, por ocasião da Constituinte, e teve papel fundamental na luta pela educação.

República”, constituindo-se em espaços forjados para a formação de sujeitos políticos e para o enfrentamento contra a perspectiva do capital, presente de modo disfarçado na democracia burguesa imposta pela Nova República.

Nos estudos de Sader (1993) e Florestan Fernandes (1986), observa-se uma visão crítica a respeito da passagem à Nova República, o que confirma o objeto de análise deste estudo. A Nova República representou continuidades e descontinuidades do antigo regime e a estratégia que determinou o conjunto dos rumos da democracia brasileira foi resultado dos acordos das classes dominantes, subjugando a presença da sociedade civil.

Para Sader (1993, p. 48 - 49), o ponto de partida da transição foi a ditadura militar, que instaurou a ditadura do capital e a força coercitiva que obrigou a uma transição lenta. O ponto de chegada já não era tão claro. O autor chama a transição de híbrida, por trazer algumas reformas sem um cunho de revolução e por não haver a permanência do “fio” condutor que é a proposta liberal de economia. O PMDB queria uma frente ampla, unindo desde as alas conservadoras, com o grande capital financeiro e monopolista, até o operariado, o que se operacionalizou em uma *“democracia identificada ou confundida com o Estado liberal e seu funcionamento conforme os cânones da divisão dos poderes, de certo Estado de direito e da liberdade de ação das leis de mercado”*. A transição foi o mascaramento da continuidade da ditadura do capital, fortalecida pela idéia da frente de oposição de que a democracia seria restabelecida com a remoção dos “entulhos autoritários”. Não demorou muito até que os conflitos da frente ampla³⁶ aparecessem, desembocando na transição conservadora e demonstrando a debilidade da unidade antiautoritária.

Dois fatores determinantes tutelaram a abertura: o econômico e os militares. A economia foi determinante porque, o Brasil, em 1980, estava com uma dívida externa ao redor de setenta bilhões de dólares, agravada pela crise

³⁶ Frente híbrida que continha representações de todas as classes sociais, com o objetivo de sair do autoritarismo militar. Ela escondia em si os interesses das classes dominantes, que se tornarão expressos no decorrer da “abertura”.

internacional do capital e, querendo ou não, a transição ocorreria tendo que considerar este aspecto. Logo, uma boa parcela da produção nacional se destinaria aos bancos estrangeiros. A Nova República estava fadada aos compromissos espúrios ditados por esses acordos. A dívida interna também se constituía em outro agravante, na medida em que se criaram os títulos da dívida pública, vendidos no mercado a altos juros, aumentando o endividamento e a capacidade de investimento público no país. Outro fator foi o militarismo, questão não atacada de frente pela Nova República. Os militares continuaram em cargos importantes nas empresas estatais, imprensa, indústria bélica e nos setores de informação das forças armadas, esferas que continuaram fora do controle da Nova República.

O caráter híbrido da Nova República constitui-se entre o velho e o novo. Novo, no sentido de um regime político de superação do militar, com a remoção dos mais pesados espaços autoritários, e velho, quanto à forma de condução da política do país. Nem a Assembléia Constituinte consegue dar ares de um regime definitivo e de cara totalmente nova. Ao adotar uma postura centralizada no Congresso, impediu a participação ampla da sociedade e conflituou com a sociedade civil que pressionava, insistindo em seu protagonismo quando da abertura.

Diante desse quadro, Florestan Fernandes (1986, p. 26) afirma: *“em nosso país não existe democracia”*. Criticou a Nova República, a qual responsabilizou pelo ônus da transição conservadora e pela manutenção da ordem de lucro que não necessitava de democracia, mas de uma nacionalidade econômica. Foi mais duro ainda ao referir-se à Constituinte como o ato mais autoritário que ocorreu desde 1964, por usar um discurso de democracia social aos pobres e por cooptar organizações e partidos de esquerda para confirmar a ultra centralizadora e despótica política liberal.

À sociedade civil restava o papel de referendar esse pacto, mas não o fez. A ausência do PT na escolha do presidente Tancredo Neves (1984) teve o objetivo de ser o claro protesto contra as eleições indiretas, reconhecida pelos seus membros como um ato que feria os princípios democráticos e ofendia a

moral do povo brasileiro³⁷. Segundo Sader (1998, p. 141), a decisão do PT e da CUT em não participar do consenso arranjado das elites não poderia ser diferente, ao contrário de outros partidos e entidades que, demonstrando oportunismo, concordaram com ele. Florestan Fernandes (1986, p. 27) sustenta que nada foi perdido pelos trabalhadores com essa atitude, pois a idéia do pacto era para salvar o país de uma catástrofe econômica e de uma convulsão social. Participando ou não, aos trabalhadores restou o que sempre lhes foi concedido pelo Estado: arrocho salarial e recessão.

“Deixando de participar os proletários e a massa popular sem querer puseram a nu a natureza da situação política que estamos atravessando. Os de cima não podem oferecer aos de baixo aquilo que eles sequer logram dividir entre si. A regra é, os que podem mais choram menos” (Idem).

Conforme Florestan Fernandes (1986, p. 28), o acordo conservador constituiu-se na tentativa de dizer aos trabalhadores e às massas que eles deveriam seguir o que os de cima decidissem e conclui:

“a história dá saltos, caminha por saltos. Se as forças que a movimentam não são as de cima nem as que poderiam nascer de um entendimento muito amplo, elas terão de ser as de baixo, quando estas passam de bigorna a malho”.

Para o mesmo autor (1986, p.76), a Nova República tem seu nascimento em acordos de conciliação "pelo alto", o que para Gramsci (1977, p. 1823) corresponde às revoluções passivas, conforme já dito anteriormente, onde as classes dominantes adiantam-se às subalternas e decidem sem considerar a diversidade da oposição da sociedade civil, ficando ao lado dos interesses dominantes. Especificamente no Brasil, esse tipo de acordo tem se mostrado eficaz somente para acertos dentro da mesma classe social, especialmente

³⁷Os militares não permitiram que houvesse eleição direta, e o Congresso foi obrigado a concordar com o nome que era posto em acordo com os militares.

quando seus membros se sentem em perigo pela ameaça dos controles, revoltas ou revoluções populares.

"Esse fato é de máxima importância para o conceito de 'Revolução Passiva'; ou seja, que não um grupo social seja o dirigente de outros grupos, mas que um Estado (...) seja o 'dirigente' do grupo que, ele sim, deveria ser dirigente (...)" (Idem).

O importante a ser aprofundado é o significado da revolução passiva enquanto um processo de substituição das classes sociais pelo Estado, no Brasil, em função do domínio burguês.

O processo Constituinte³⁸ correspondeu, talvez, ao momento maior da Nova República, em que a sociedade civil teria as condições para expressar e tornar legal os interesses das classes subalternas. Nela estavam representadas a sociedade civil, através dos aparelhos privados de hegemonia tais como os partidos políticos. A exigência do apoio popular era condição necessária para a consolidação de uma lei que fosse ao encontro dos interesses das classes subalternas. A disputa acontecia com a representação da classe burguesa, que se articulava em defesa do projeto capitalista e em função de interesses meramente corporativos da classe dominante.

Nesse processo, confirmou-se novamente as decisões "pelo alto", abafando os espaço de expressão legal da sociedade civil na formulação da lei máxima. Logo, a usurpação da assembléia Constituinte, que se compreendia como um espaço de discussão pública, foi a usurpação do direito de participação da sociedade civil, o que caracterizou a transição de conservadora, antidemocrática e antidialética³⁹.

³⁸ A Constituinte (1988), enquanto espaço democrático, foi resultado de todo o esforço da sociedade civil em busca de uma Constituição que superasse aquela imposta pelos militares. A revisão constitucional foi a resposta da sociedade brasileira contra o autoritarismo legalizado.

³⁹ Retornaremos a esse tema no próximo item.

A sociedade civil, porém, queria mudanças e as eleições de 1987 e 1988 foram a prova disso. Em 1987, nas eleições estaduais e municipais, houve um expressivo crescimento das esquerdas nas principais capitais do país. Segundo Sader (1998, p. 141),

"a expressiva votação do PT nas eleições de 1988 e 1989 veio da força de massas e ideológica que havia acumulado ao longo da década de 1980. Como partido que acreditava que uma solução para o país viria da composição de um bloco alternativo forjado na luta das massas e na participação crítica nos processos institucionais, o PT tornou-se o grande fator de transformação democrática radical".

Paralelamente, havia o descrédito do Governo José Sarney pelo desgaste econômico e político.

A Nova República foi o palco da desintegração da unidade da burguesia. Acabou a ditadura e permaneceram as vontades corporativas e autoritárias, atingidas pelo controle do Estado que cada vez mais se enrijecia, diferentemente da sociedade civil, que se democratizava e buscava a concretização do Estado ampliado. O seu principal eixo passou dos embates da sociedade à possibilidade de construção de uma vontade nacional, emperrando nas forças de conservação.

2.3- O processo da Constituinte e a disputa entre a concepção de Estado mínimo e Estado ampliado

As mobilizações da sociedade civil, em função da nova Constituição (1988), caracterizaram-se por uma força de massa expressiva no conjunto da abertura democrática, pressionando o Governo José Sarney para a abertura de uma Constituinte que fosse popular. Como a coalizão PFL - PMDB era majoritária e previa acordos com os Governos anteriores, o processo da Constituição ficou a cargo da política congressional, evitando um processo de fora para dentro. O

Congresso foi investido de poderes Constituintes para manter o ordenamento político conservador, em detrimento dos anseios das classes subalternas. Um grupo de intelectuais ficou encarregado de realizar o anteprojeto, como se estes pudessem contemplar os interesses antagônicos, acima das classes. Essa atitude revelou bem o caráter ideológico-político do procedimento da Nova República, tentando encobrir os interesses antagônicos do modo de produção capitalista.

O desenvolvimento dos fatos foi demonstrando os métodos e o rumo conservador da Nova República. Ao mesmo tempo que fugia da política autoritária, fechava-se ao redor de interesses corporativistas, sem comprometimento com a sociedade civil. Até 1988, aglutinaram-se forças reacionárias e retrógradas ao redor do Governo José Sarney, vindas do chamado "centrão", que contemplava parlamentares do PDS, PFL e PMDB. Esse grupo colocou-se no interior do Congresso Constituinte para garantir os direitos da propriedade privada, na defesa do latifúndio, para a manutenção do sistema de controle e repressão do Estado e para assegurar os cinco anos de José Sarney. A bancada da esquerda, unindo Petistas e alas do PDT, PCB, PC do B e PSB, fechava com as ementas coletivas de interesse das classes subalternas. Apesar de todas as pressões, não conseguiram vencer o "centrão" e seu projeto de conservação,

"O processo de transformação da sociedade se desencadeia a partir das classes e não do Estado", concluiu, entre outras coisas, Florestan Fernandes (1989, p. 123). Ao analisar o processo da Constituinte, ele observou que o PMDB e o PFL não tinham nenhum projeto de Constituição. Fernando Henrique Cardoso e Plínio de Arruda Sampaio tentaram um caminho através das comissões e subcomissões até o plenário, desembocando no Projeto Cabral. O Governo e a burguesia nacionalista viam nesse projeto avanços demasiado progressistas, que deveriam ser impedidos. No "centrão" elaboraram uma proposta paralela, de conteúdo reacionário, unindo elementos da Constituição vigente, imposta pelos militares, outros do projeto Cabral e das Constituições de 1946, 1967 e 1969. Esse projeto significou a resistência à mudança, qualificada por Florestan Fernandes de sociopática.

Florestan Fernandes (1986, p. 75) aponta para uma mudança no agir a partir da mudança dos atores sociais, isto é, a partir da participação decisória nos processos de gestão dos rumos do Estado. Por ocasião da Constituinte, como espaço da legislação da democracia, Florestan Fernandes afirmava:

“há uma guerra permanente e aberta em nossa sociedade. É uma guerra sem quartel, os privilegiados não querem ceder a oportunidade para os espaços civis poderem exercer seus direitos básicos, fazem da pátria, família e propriedade sua religião”.

Ao contrário do que se imaginava, o processo de reforço capitalista estava em curso no Brasil. Não havia interesse da burguesia em avanços sociais, porque o modelo do capitalismo era o monopolista.

A sociedade civil teve seu momento incisivo quando as denúncias sobre o caráter da Constituinte tomam as ruas. Ocorreram muitas manifestações de massa e pressões no Congresso para que a Constituição não tivesse um rumo fechado. Por causa dessas pressões, o seu caráter não foi mais conservador, porém a distância entre os parlamentares de esquerda e a população também influenciou na capacidade de força diante da resistência conservadora. Havia a necessidade de uma relação mais orgânica da sociedade civil, numa pressão por inteiro e não em questões apenas pontuais, como acabou por se reduzir em muitas ocasiões.

O processo Constituinte revelava, de acordo com Florestan Fernandes (Idem), a impossibilidade da classe dominante evitar o caminho do país para a democracia. A cada avanço do capital industrial, maior era o esvaziamento do caráter revolucionário. A modernização reduziu-se a um caráter conservador, isto é, incapaz de ser estendida à sociedade. As esquerdas não tinham como proposta um projeto de Constituição capaz de refletir uma leitura real da realidade brasileira ou uma concepção teórico-ideológica capaz de trazer à tona as questões da população. O erro das esquerdas foi centralizar a luta no interior do Congresso, sem oxigenar-se no movimento social. Para Dreifuss (1989, p.109):

“a configuração da Nova República contribuiu para uma feição conservadora e fisiológica da Constituinte, enquanto a representação da sociedade no Congresso contava com um grupo vinculado a interesses particulares e corporativos, fisiológicos e politiquieiros, clientelistas e carreiristas, apoiados pela direita, preocupada em barrar a ala progressista”.

O projeto da sociedade civil consistia em construir uma Constituinte que atendesse às mínimas exigências das classes subalternas, tais como a reforma agrária, a reforma fiscal, a autonomia sindical e a estabilidade de emprego, o salário mínimo, a participação nos lucros por parte dos trabalhadores nas empresas e a redução da jornada de trabalho. A articulação das alianças conservadoras adiantou-se em promover a Constituinte com menos ganhos possíveis à sociedade civil, a iniciar pela emenda parlamentar que suprimia a participação popular⁴⁰. Segundo José Onofre (1996, p. 37):

“Aprovada em outubro de 1985 a emenda do Governo sepultou a idéia da Constituinte originária, exclusiva, convocada para o fim único a elaborar um novo ordenamento fundado na soberania popular...dado que é impossível atingir a segurança total, o Governo pretende instalar uma Constituinte sem povo, 'não cria nada de novo' como tão bem traduziu o Plenário Pró-participação Popular na Constituinte, uma entidade criada em São Paulo com a participação do PT, setores de outros partidos, da Igreja, da OAB, da ABI, da Comissão Justiça e Paz, da CUT; enfim, de centenas de organismos da sociedade civil dispostos a mobilizar a população para influir na Constituinte”.

⁴⁰ O jurista Afonso Arinos recomendou que na elaboração da Constituinte a consulta popular fosse feita com cautela. Esse conselho foi levado à risca e o Governo lançou a emenda que convocava a Constituinte para 1987, delegando ao Congresso os poderes Constituintes, contrariando todo o movimento civil que propunha ao Congresso uma consulta popular sobre que tipo de Constituinte poderia ser efetivado. O início da derrubada da Constituinte soberana e democrática começou aqui.

De acordo com Dreifuss (1989, p. 111-112), para barrar a força dessas propostas que vinham da esquerda no "centrão"

"A tarefa básica era a luta contra a ampliação das faixas de estatização da economia e contra o que via como verdadeira subversão da ordem social vigente. Enfim, procurando delinear uma Constituinte de corte privatista, além de conservadora do ponto de vista político e social".

A Constituinte é o palco de uma ampla disputa em que os partidos políticos estão representados em dois espaços: à direita, a sociedade civil de caráter capitalista, e à esquerda, os social-democratas e socialistas. Esse embate revelava também o duplo caráter da sociedade civil, que, de um lado, abrangia as propostas populares e, de outro, dissolvia-se em representações dos interesses da indústria, oligarquias agrárias e banqueiros, funcionando como elemento de retranca aos projetos populares. Assim este embate apontava para duas formas de Estado: o de caráter privatista e o democrático. As representações de caráter capitalista foram: a União Brasileira de Empresários - UB, a Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CFN, a União Democrática Ruralista - UDR, a Associação Brasileira da Defesa da Democracia - ABDD (remanescente do poder político dos militares), sem contar com as inúmeras representações de federações e frentes estaduais.

O caso da UDR foi o que mais chamou a atenção, quando em junho de 1988 realizou-se uma grande manifestação com mais de dez mil pessoas em frente ao Congresso Nacional, onde percebeu-se o apoio da classe média urbana aos extremistas da direita rural (Dreifuss, 1989, p. 215). Esse foi um dos segmentos mais sectários na defesa dos direitos corporativistas do latifúndio. Seu líder, Ronaldo Caiado, juntou todas as forças possíveis para pressionar os parlamentares e contou com o apoio de líderes como Antonio Carlos Magalhães e Afif Domingos, a bancada quercista do PMDB e Gastone Righi do PTB. Os itens introduzidos sobre a reforma agrária tornaram a Constituição mais conservadora do que a de 1967, cunhada pelos militares. Agora, nem mesmo as terras improdutivas poderiam ser objeto da reforma agrária.

Florestan Fernandes (1986, p. 75) tece sua crítica referindo-se ao projeto de reforma agrária como uma grande piada e que desnudava uma realidade muito dura:

“no país não existe uma república e nunca existirá alguma, que mereça o nome, enquanto as classes dirigentes ficarem tão rentes a essa barbárie que se rotula civilização e toma ares de democracia brasileira”.

A justificativa dos empresários não diferia muito quando argumentavam que a insegurança imperaria se houvesse abertura da reforma agrária e de certas questões trabalhistas.

Para Dreifuss (1989, p. 215), as reivindicações corporativas tiveram prioridade sobre as de cunho social, orquestradas pelos grupos de direita da sociedade civil, unidos aos seus partidos com interesses eleitoreiros. Quanto às questões econômicas e sociais, Dreifuss (Idem, p. 220) sintetiza:

“democracia, soberania e reforma social eram ingredientes de uma mistura explosiva no contexto e na hora brasileira, cuja síntese o grande empresariado procurava brecar num esforço desesperado. E o fazia pela tática do 'salame', cortando item por item e setor por setor em sua ação de convencimento”.

Segundo Dreifuss (1989, p. 250), o empresariado foi outro grupo influente nos rumos da Nova Constituição. Estabeleceram linhas de atuação em várias frentes, como a aproximação empresarial-sindical, com o objetivo de estabelecer os efêmeros “pactos sociais”; a relação com os militares, na tentativa de concatenar esforços para o período preparatório da sucessão presidencial de 1989; e o envolvimento com os partidos conservadores, para explorar e aferir uma candidatura presidencial viável. A classe empresarial visava uma Constituição de comandos unificados, unidos aos setores citados acima, constituindo uma operação sincronizada para manter os objetivos de uma economia de livre

mercado, tornando-se uma grande aliança de convergência das elites empresariais. Estavam em vista também as eleições de empresários para Governadores, Senadores e Deputados em 1990 e o acompanhamento do futuro Governo.

Essa estratégia também almejava atingir as eleições presidenciais, preparando os empresários para compor uma frente ampla de luta consensual e criar ou acionar seus órgãos representativos e capacitá-los politicamente. A estratégia desses grupos inicialmente era a de neutralizar os partidos considerados mais radicais, como o PT e os PCs, atacar o Governo e sua ineficiência escondendo o "pano de fundo" construídos desde a Constituinte, e os grupos civis e políticos interessados na permanência do "status quo". Posteriormente surgem os pactos sociais, como estratégia de alianças entre as classes trabalhadoras e empresariais. Desse pacto, a CUT não participou, porém as entidades ligadas à visão do sindicalismo de resultado estiveram presentes, lideradas por Joaquim de Medeiros, José Rogério Magri e outros, representando as forças trabalhistas mais conservadoras. A idéia também era atingir a esquerda, especialmente o PT, por meio do enfraquecimento da CUT, sua principal base operária.

Foram várias as tentativas com o fim no "pacto social" como meio de evitar a bipolarização direita-esquerda, buscando assim um consenso em vista da crise vivida pelo Governo Sarney. Segundo Cardoso (1995, p. 168):

"esses acordos, se firmados, só iriam legitimar relações de desigualdade em que às classes subalternas cabe a fome, a miséria e a continuidade do sistema de exploração próprio do capitalismo e que se aprofunda com a crise internacional e submissão aos interesses do grande capital".

As greves em 1989 também funcionaram como aliados das forças de direita pois esta as relacionava à CUT e ao PT. Segundo Onofre (1986, p. 37), é conhecido, porém, o esforço de toda a sociedade civil para qualificar a Constituinte de modo a ampliar a participação civil no Governo,

“enquanto o PT no Congresso identifica-se com as lutas do movimento popular sindical, o móvel para a democratização do país e para munir os trabalhadores de direitos sociais e políticos, os ideólogos da “Nova República”, sobretudo o PMDB, na prática transferem este papel ao Estado”.

Para as classes subalternas, era hegemônica a tese de que direitos não são concessões do Estado mas resultado das conquistas, numa visão dialética de relação entre Estado e Sociedade Civil. Estava clara a disputa entre duas visões de Estado: uma vinda da sociedade civil, forjando espaços de decisão e participação, tentando construir um Estado regulado, e outra que considerava o Estado em função dos interesses privados. Mesmo com toda a força civil na década de 80 não foi possível um grande avanço nesse sentido. O Estado continuou a ser ordenado especialmente pelas bancadas representativas dos grupos industriais rurais e urbanos, criando uma barreira difícil de transpor. A Constituinte corresponde a um passo decisivo para a articulação do projeto de condução política do Presidente Fernando Collor de Mello, lançando as bases da implantação do neoliberalismo por meio da legalização do projeto de Estado da classe dominante, que viria a se efetivar com toda energia nos Governos seguintes.

2.4- A lógica econômica do capital e a lógica dos trabalhadores

A conjuntura na qual estava inserida a Nova República possuía um duplo caráter: nela se juntavam as forças em busca da quebra do regime autoritário, acompanhadas de uma grave crise do capitalismo mundial, que impulsionava o movimento de crítica à economia em favor do modelo neoliberal. Era crescente o discurso antiestatizante, pela desregulamentação do Estado e pela abertura ao mercado internacional. Período marcado por profunda crise econômica, denotado pelo descontrole inflacionário, resultado da reordenação do capital mundial na

década de 70, pelos países centrais (principalmente Estados Unidos, Alemanha e Japão) e por frustradas tentativas de estabilização⁴¹. A política de sucessivos choques cambiais fragilizou a economia do setor público e aumentou a desconfiança dos agentes privados.

Segundo Fiori (1993, p. 150 -152), o Brasil entre 1985 e 1990 foi marcado por dois grandes planos: a Constituinte e a gestão da crise econômica, gestão esta que se deu por intermédio de políticas econômicas sintonizadas com as orientações do Consenso de Washington. Quanto à gestão da crise, os Planos Cruzados I (1986), II (1987) e o Plano Verão (1989) foram ineficazes para a estabilização monetária. Nem mesmo a política ortodoxa de Mailson da Nóbrega (1988) surtiu efeito diante do quadro inflacionário e desestabilizador.

De acordo com Tavares (1993, p. 112), apesar do Brasil possuir um setor privado bem inserido internacionalmente, tinha de conviver com um Estado em precárias condições de inserção externa devido aos ajustes econômicos imediatistas, de alcance corporativistas, realizados em função desse mesmo setor privado. Nesse sentido, segundo Diniz (1995, p. 28), o discurso do empresariado tinha interesse em privatizar o Estado e conduzi-lo no processo de modernização capitalista, que se traduzia em uma nova forma de acumulação. Apesar dos empresários ideologicamente apoiarem a idéia do Estado mínimo, não tinham capacidade de viabilizar esse novo modelo, por isso usaram o Estado corporativamente para o desenvolvimento e o apoio da modernização. Teoricamente o Estado era visto como entrave para o desenvolvimento, mas na prática era usado para a afirmação deste. Outro aspecto que contribuiu decisivamente para esse rompimento foi o fato das elites burocráticas possuírem autonomia de decisão, subordinando a classe empresarial.

Para Diniz (Idem, p. 29-30), a lógica do Estado em fundação na Nova República estava baseada no corporativismo, de modo que a decisão de favorecer determinados grupos obstruía as estratégias de crescimento

⁴¹"Vale sublinhar que a economia brasileira na década de 80 nunca deixou de ter uma inflação média anual inferior a 200% (...), mesmo em 1986, o ano do Plano Cruzado, em que a taxa de inflação durante seis meses foi a menor de toda a década, o fim do Plano Cruzado levou

alternativos e enrijecia o modelo econômico de substituição de importações a partir da aliança entre setores privados e o Estado. A classe empresarial, ao perceber a crise do Estado, baseado na substituição de importações, começou a defender o caminho do neoliberalismo, mas, ao mesmo tempo, usava o Estado de modo corporativo. As decisões continuaram passando pelo Executivo, que usava os velhos instrumentos da ditadura, como os decretos-lei e as medidas provisórias. Nesse ritmo, grande parte dos congressistas tornavam-se apenas mediadores dos interesses clientelistas. O modo que se tornou hegemônico na Nova República foi o dos velhos padrões de articulação entre Estado e Sociedade.

“Quanto às classes trabalhadoras foram criadas entidades de cúpula, com forte poder de mobilização que disputam a hegemonia do movimento sindical. Sem dúvida, a Central Única dos Trabalhadores - CUT e a Força Sindical contribuíram para flexibilizar a estrutura corporativa tradicional. Mas esta foi preservada em suas linhas principais, tendo a Constituição de 1988 mantido a unicidade sindical, as contribuições sindicais obrigatórias, a organização por categorias e base municipal, bem como a necessidade do reconhecimento do sindicalismo pelo Estado” (Diniz, 1995, p. 30).

Após a década de 70, a força de mobilização foi demonstrando que a sociedade civil brasileira desejava o crescimento econômico. Ela apontava para uma nova lógica, que privilegiava um sistema de produção que não era o capitalista e tornava os cidadãos partícipes das riquezas da nação. Por isso, a Nova República representava uma grande expectativa no nível de democracia política e econômica, sobretudo na questão agrária, o que deveria culminar com a melhoria da distribuição de renda.

No Plano de Governo de Tancredo Neves, esses pontos foram colocados ao lado da reforma do Estado, tendo em vista a redistribuição da riqueza e o ataque ao empobrecimento. No nível de proposta, não houve problema, até

rapidamente a taxa para um patamar anual superior ao do início do Plano” (Tavares, 1993, p. 97).

porque ocorreu uma unidade de diferentes grupos para a instauração do regime da Nova República. O problema foi posterior, na medida em que as diferenças de interesses vêm à tona. A classe empresarial, por exemplo, teve um comportamento altamente conservador, forçando o Estado a não desregulamentar as leis do Código das Leis Trabalhistas - CLT. Elas constituíam itens básicos da legislação corporativa dos anos 30, garantiam o controle dos sindicatos pelo Estado, impedindo a legalização das greves, os conselhos de fábrica, proibição das centrais sindicais e a manutenção do imposto sindical. No Congresso, prevaleciam as definições e garantias aos trabalhadores da Constituição de 1969, exceto a participação dos operários no lucro das empresas⁴². Essas definições ocorreram depois de muitas disputas no nível das instâncias parlamentares e na base da pressão ocasionada pelas greves em nome da redução da jornada de trabalho, de estabilidade no emprego, de reajuste trimestral e outras reivindicações. Foram 279 paralisações em 1985, concentrando-se na área industrial. De outro lado, os empresários endureciam na defesa dos princípios capitalistas, unindo-se na "frente conservadora", que contava com a participação de mais de 50% do empresariado brasileiro.

"No decorrer do primeiro ano da Nova República, duas questões concentraram os esforços de atuação do empresariado: a regulação das relações capital-trabalho, dada a centralidade alcançada na época pelo movimento grevista, e a necessidade de unificar a classe através da articulação do pacto empresarial, tendo em vista as eleições para a Assembléia Constituinte a serem realizadas em 1986, e a defesa dos princípios de economia de mercado" (Diniz, 1995, p. 54).

Houve um forte movimento para a limitação do papel do Estado na economia e pela privatização das empresas estatais. As propostas atingiam diretamente a espinha dorsal do funcionamento do Estado em campanhas contra os impostos, a favor dos cortes de gastos públicos, em reforço à superioridade da

⁴² Permaneceram garantidas a livre organização sindical, a pluralidade organizativa, a greve, porém proibida no âmbito de serviços públicos e atividades essenciais.

livre iniciativa na esfera produtiva, em contraposição a uma economia estatizada. Justificava-se a implementação de uma ordem social pela economia do livre mercado, baseado na competição. Segundo Fiori (1995, p. XVII), esse conjunto de idéias revelam a crise que atinge o Estado e o esgotamento do modelo desenvolvimentista, sucumbindo diante dos interesses privados.

A economia estatizada era vista como autoritária e antidemocrática. Dois órgãos que funcionavam como instituições civis centrais de desenvolvimento dessas idéias foram o Conselho Nacional da Indústria - CNI e a Federação da Indústria de São Paulo - FIESP. Nas classes subalternas as avaliações eram duras, considerando o falseamento dos interesses populares pelo Governo José Sarney (1985-1989). Demonstravam, através de órgãos como o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE, que o Governo estava dando continuidade a um modelo econômico excludente e estava pagando as dívidas acumuladas nas administrações anteriores às custas de cortes às classes subalternas.

Órgãos representativos da sociedade civil como a CUT expressavam sua oposição ao Plano Cruzado I, do Governo José Sarney, por considerá-lo impróprio à classe trabalhadora a partir de dois motivos: o reajuste salarial do plano não considerava as perdas dos trabalhadores de acordo com o DIEESE e, ainda pior, o plano havia sido feito pela elite técnica constituidora do Estado sem considerar a participação ampla da sociedade, sobretudo dos órgão civis interessados na democratização do país.

No início, o Plano Cruzado I foi muito bem recebido pela classe empresarial, por visualizar a maior obtenção de lucros ao lado da estabilidade através do controle inflacionário. Tiveram início as contraposições quando o Governo implementou o controle de preços, popularmente chamado de "congelamento". As reações por parte dos empresários, principalmente daqueles ligados aos oligopólios, não tardavam em vir. A alegação era de que o Estado não deveria intrometer-se na economia, pois a economia brasileira não era socialista ou planificada. Assim ocorreu com o Plano sucessivo, demonstrando a fragilidade do Governo diante das pressões pela economia neoliberal.

Entre 1985 e 1988, a Nova República propiciou um saldo qualitativo no avanço à economia de mercado, enquanto órgãos como a FIESP assumiam papéis importantes junto às elites parlamentares e agências governamentais, aproximando-se da nova tecnocracia, que passou a exercer papel central no aparelho do Estado no âmbito da política econômico-financeira⁴³. Essa aliança tinha como meta a modernização econômica do país. A atuação empresarial estratégica nos espaços de decisão do Estado foi constante. Sua unidade ficou demonstrada na Constituinte, quando defenderam os interesses corporativos e atacaram as propostas dos trabalhadores, tentando manter leis que assegurassem o controle do Estado sobre os sindicatos, em defesa do livre mercado.

Os empresários pressionaram o Governo e o Congresso para que o Estado fosse mínimo e o mercado pudesse funcionar dentro da livre iniciativa. Os pactos sociais colaboraram para condicionar o país no rumo do Estado mínimo. Outras idéias defendidas eram as seguinte:

“reforço do papel do setor privado, o redirecionamento dos investimentos para os setores com capacidade de absorver e gerar tecnologia ou de expandir suas exportações, a abertura do mercado externo e o fortalecimento dos vínculos com o sistema capitalista internacional. Este seria o conceito de modernidade versus anacronismo, polaridade que seria insistentemente colocada como alternativa à tradicional clivagem esquerda-direita” (Diniz, 1995, p. 104).

Entre 1985 e 1987, viveu-se um período muito difuso, onde a centralização do Estado permaneceu e a organização empresarial foi insuficiente para levar a cabo a economia de mercado. Na Constituinte esteve presente esta contradição,

⁴³ A classe empresarial não se limitou a empreendimentos corporativos, a exemplo da efêmera União Brasileira dos Empresários - UBE, que teve forte atuação na Constituinte, mas organizaram-se em centros de promoção das ideologias neoliberais, através do Instituto Liberal - IL, concentrando sua ação sobre grupos de intelectuais, profissionais liberais e economistas, com a clara pretensão de influírem no modelo ideológico dominante (Cf. Gros, 1993, p. 15).

quando o empresariado defendia a empresa como motor do desenvolvimento. No entanto, prevaleceram as soluções estatais de curto prazo, como foram os Planos Cruzados I e II. As relações político-burocráticas funcionaram como base da fragmentação das propostas das classes subalternas, criando conflitos com partidos e setores da sociedade civil, especialmente com os sindicatos operários.

A busca da autonomia estatal estava baseada na idéia da eficiência técnica, e para isso não era preciso respeitar o movimento da sociedade: bastava conduzi-lo em nível político. Tornou-se pública a ineficiência da Nova República em não ultrapassar a gestão baseada na tecnocracia, persistindo a ênfase no primado da racionalidade técnica das políticas, o que se apresentou em franco descompasso com o alargamento da participação política, a revitalização do movimento sindical e o revigoramento da sociedade civil.

Para Diniz (1995, p. 119), aos poucos, o rumo da equipe governamental foi priorizar o combate à inflação em detrimento das questões sociais. O nacionalismo cedeu espaço à globalização, o discurso de abertura ao mercado internacional procurou tornar obsoleta a permanência numa visão de mercado nacional. Esse embate vai estar nos bastidores da disputa entre Fernando Collor e Luís Inácio da Silva. Foi o embate das posições antagônicas do neoliberalismo e de Estado mínimo contra o Estado democrático e das reformas sociais.

“A frustração da Nova República virá logo, quando as metas não foram atingidas. A idéia de retrocesso e a sensação de fatalismo histórico vêm à tona, corroendo os vínculos de solidariedade social e estimulando o refluxo para o individualismo. Instaura-se um Estado de atomização que projeta no horizonte a imagem da desagregação”
(Diniz, 1995, p. 119).

A crise brasileira traduziu-se em dívidas e *déficit* público em vista do descontrole fiscal. Outros fatores foram decisivos para a corrosão do Estado, tais como as relações Estado/sociedade e capital/trabalho, o padrão de administração do conflito distributivo e a modalidade de relação entre o setor público e privado.

Externamente, a vitória de Governos conservadores em países como a Inglaterra e os EUA fortaleceu a idéia do Estado mínimo.

Segundo Anderson (1996, p. 09 -12), o substrato ideológico que sustentou a marcha rumo ao Estado mínimo foi o neoliberal, cuja origem estava na Inglaterra no Governo dos anos 70, já conhecido de países vizinhos do Brasil como o Chile e a Venezuela, onde teve sua aplicação no início da década de 80. Ora, esse movimento pela redução do Estado estava ligado ao reordenamento da política de concentração capitalista internacional, impondo aos países do Terceiro Mundo, como única saída para a estabilização, a diminuição do Estado, o corte de verbas à assistência social e à seguridade aos trabalhadores e o abandono à economia de livre mercado, considerada a melhor saída para a elevação do Estado aos níveis de primeiro mundo. Essas idéias já têm sua base estabelecida na Constituição de 1988, avançando em direção ao rompimento com o Estado do Bem-Estar Social no Brasil, e serão definitivamente implantadas no Governo Fernando Collor de Mello com o consenso de toda a classe dominante do país.

Para Fiori (1993, p. 153-154), quando se realizaram as eleições de 1989, já havia consenso entre as elites intelectuais e empresariais de que não se tratava de uma crise passageira, mas estrutural, sinal visível da impotência do modelo desenvolvimentista:

"pode-se dizer que, de vários pontos do espectro político e intelectual do país, passando pela quase totalidade dos meios de comunicação com peso na formação da opinião pública, consolidou-se o que se poderia chamar de amplo consenso liberal favorável, em princípio, à implementação de um programa completo de estabilização, ajustes e reformas institucionais (...) apoiados pelos países credores".

O rumo econômico da Nova República, em nome da inflação, abandona os projetos de cunho igualitário e cria favorecimentos a segmentos da classe dominante. Contraditoriamente, no âmbito das mobilizações, o crescimento da sociedade civil foi muito superior. Ao contrário de outras nações, no Brasil, as

atitudes de cima para baixo tomaram-se uma constante, mesmo após a "abertura" política democrática. Na tentativa de evitar o excesso da democracia participativa, centram-se as decisões entre as elites burocráticas. Esse foi um dos fatores que inviabilizaram a contenção da crise econômica. A hegemonia da economia burguesa prevaleceu sobre a tentativa contra-hegemônica das classes subalternas.

2.5- O Estado com Fernando Collor de Mello: abertura ao neoliberalismo e a crise da hegemonia burguesa

Para a classe dominante era fundamental definir um candidato que não fosse relacionado a Sarney nem a Ulysses Guimarães. Surgiu Fernando Collor, com boa aceitação na mídia e que se constituiu no primeiro Governo eleito por voto direto desde o Golpe de 1964. A disputa foi polarizada com Luís Inácio da Silva, representante do PT, com a proposta de um Governo Popular. A eleição de Fernando Collor de Mello confirmou o fato de que a classe burguesa não possuía partido mas utilizava-se dos vários partidos, e até criou outros fictícios (caso do Partido da Renovação Nacional - PRN) para o alcance do poder, utilizando a mídia como uma forte correia de transmissão dos seus interesses. De acordo com Gramsci (1989a, p. 55):

"a unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um partido único, que representa melhor e encarna as necessidades de toda a classe, é um fenômeno orgânico e normal, mesmo se o seu ritmo for muito rápido e fulminante em relação aos tempos tranquilos; representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direção considerada a única capaz de resolver um problema existencial dominante e afastar um perigo mortal".

A opção por Fernando Collor de Mello garantiu a definição da classe dominante pelo neoliberalismo. Como pano de fundo desta escolha estava o interesse da elite brasileira, concretizada sobretudo em dois partidos: o PFL e o PSDB. Este último teve um papel determinante na promoção do projeto neoliberal. Segundo Oliveira (1996, p. 25), Fernando Collor de Mello entrou em cena no momento em que o Estado brasileiro chegava ao máximo de sua dilapidação. O neoliberalismo foi a resposta aos reclamos antiestatais da classe dominante e da população pela ineficácia do Estado do Bem-Estar Social.

"A eleição de Collor deu-se nesse clima, no terreno fértil onde a dilapidação do Estado preparou o terreno para um desespero popular, que via no Estado desperdiçador, que Collor simbolizou com os marajás, o bode expiatório da má distribuição de renda, da situação depredada da saúde, da educação e de todas as políticas sociais. Foi esse voto de desespero que elegeu o Bismark das Alagoas".

Podemos dizer que com Fernando Collor de Mello houve um reforço do processo de abertura da economia ao plano internacional e o desmonte das principais organizações que haviam sustentado o projeto democrático desde 1970. O discurso foi o da "modernidade *versus* atraso", criando um verdadeiro culto à economia de livre mercado e avançando na tentativa de derrubar o modelo social democrático-popular, considerado atrasado. O embate, além de acontecer no plano ideológico, ocorre no domínio dos espaços de poderes internos do país, principalmente os poderes políticos, de onde emanam as decisões de caráter corroborativo a tal projeto. As organizações da sociedade civil realizaram alguns avanços na criação de novos espaços, como os conselhos, mas ainda insuficientes para conter o movimento que foi impulsionado globalmente, remodelando o papel do Estado, desmontando os organismos participativos da sociedade civil, privatizando as funções públicas do Estado e reorganizando o Estado Liberal.

A vitória de Fernando Collor de Mello caracterizou-se pela continuidade da coalizão conservadora, através do qual as classes dominantes viraram as costas

às classes subalternas, verdadeiras protagonistas da Nova República. A partir de então, o Estado repete, em uma nova configuração, a velha coalizão do poder das oligarquias do centro e do nordeste do país.

Segundo Vianna (1991, p. 26), a frustração de uma virada histórica para a democracia está unida ao diagnóstico de que a transição para a democracia se efetivaria, e a história partiria para a disputa pluripartidária nos moldes europeus. O argumento tomava forma final com a consideração de que a eleição em dois turnos, como na Europa, deveria deslocar a política de alianças para o turno decisivo. A esquerda voltou-se para si em seus agrupamentos no intuito de disputar isoladamente e isso favoreceu a polarização entre a esquerda e a direita. Enquanto esta última armou-se com os conceitos do neoliberalismo, o centro, por sua vez, perdeu-se por não conseguir imprimir sua diferença ideológica. A falha da esquerda, precisamente do PT, enquanto partido que possuía maior poder de articulação civil, estava exatamente na ênfase dada ao discurso da identidade e na indiferença às coalizões no intuito de vencer, inviabilizando assim a aproximação com os partidos de centro⁴⁴.

Segundo o mesmo autor (Vianna, 1991, p. 32), nota-se que a burguesia brasileira teve uma maturidade política muito grande ao conclamar ao processo da Constituinte os partidos de centro, dando-lhes o papel principal e com isso oportunizou a dicotomização entre os liberais democráticos e a esquerda. Esse quadro que deveria levar à democratização, desemboca na república reacionária, marcada pela distância entre a opinião democrática e os interesses emergentes das classes subalternas. A nova forma da república não queria a discussão com as classes sociais nem o Estado como ente expressivo da comunhão nacional. Queria sim, o Estado do lucro e dos interesses dominantes, refazer a nação dentro da linha de mercado, tornar o Estado de acordo com os interesses das classes dominantes.

⁴⁴ A questão não passa só pelo discurso da identidade no nosso entender, mas por um conjunto de elementos mais complexos que envolveram as eleições de 1989, entre eles, a dificuldade em articular uma aliança com outros partidos de esquerda ao redor de uma proposta pragmática para as classes subalternas. Só esse argumento pode ser suficiente para entender que um processo de aliança não é uma coisa tão simples.

“A nova ordem privada corta suas raízes Estadonovistas. O que fora seu instrumento não podia consistir no fundamento de sua ordem. Completar o capitalismo demandava uma nova concepção do mundo que partisse dos pressupostos dele, recriando o indivíduo à imagem de suas funções no mercado. Demandava também a estabilização do seu domínio em condições 'normais', implicando a Constituição de uma nova política de hegemonia burguesa que garantisse a reprodução da sua ordem no contexto do sistema da democracia representativa” (Vianna, 1991, p. 33).

A nova identidade criou uma coalizão com as elites dominantes, de raiz autoritária, que tinham a prevalência do privado sobre o público, o que na avaliação de Belluzzo (1993, p. 150), sob o ponto de vista nacional,

“revela uma assustadora aversão pelo exercício de olhar para dentro e enfrentar as questões de uma perspectiva nacional (...), preferem repousar a inteligência em esquemas simplificadores e em analogias insustentáveis com a experiência de outros países [está se referindo ao México e à Argentina, que já viviam sob as orientações neoliberais]. Têm a preocupação de transitar para o primeiro mundo, mas ignoram a realidade que pretendem alcançar. Imaginam adotar soluções modernizantes, mas copiam as versões mais ultrapassadas do ideário liberal”.

A neutralização desse consenso reacionário consistia num desafio acima das forças da sociedade civil. Não significava aceitar uma postura derrotista, mas admitir que as formas de resistência da sociedade sempre tentaram responder a esse avanço. Talvez Vianna tivesse razão quando falava que a percepção política de alianças por parte dos partidos de esquerda poderia criar uma possibilidade maior de vitória na eleição presidencial e neutralizar o consenso neoliberal.

Segundo Fiori (1993, p. 154), Fernando Collor de Mello subiu ao poder de posse de um consenso ativo, com o qual programou sua política econômica.

Dividiu suas metas em dois momentos: o momento "jacobino" (março de 90 a abril de 91), coordenado por Zélia Cardoso de Mello, e o período "gerondino" (abril de 91 a setembro de 92), de caráter mais técnico, com Marcílio Marques Moreira. Iniciou-se o plano da racionalidade neoliberal, com o objetivo de compatibilizar a vida social à eficácia capitalista moderna e, para isso, o governo estabeleceu uma relação direta com as massas desorganizadas, imobilizando o Congresso, os partidos e os sindicatos (período "jacobino") no intuito da extração da vontade política da sociedade em favor do Estado. Fernando Collor de Mello queria com seu Plano de estabilização a consecução de uma hegemonia perfeita do capital, reduzindo a vida social à sua expressão econômica. Desse modo, escondia uma face autoritária, antiliberal e antipopular.

Com a justificativa do controle da inflação, Fernando Collor de Mello se serviu do poder Executivo, realizando um verdadeiro assalto político à sociedade civil. O Estado autonomizou-se, tomando distância e aumentando seu poder intervencionista. A esquerda, por sua vez, investia nos quadros das lutas reivindicatórias, na crença de poder substituir o processo de transição da conciliação de classe por um governo popular. De outro lado, os empresários, encabeçando a outra face da sociedade civil, organizavam-se ao redor dos seus interesses, no ímpeto da reestruturação do Estado para o neoliberalismo. Efetivamente, as duas polarizações resultaram em um governo de Estado com poder fortalecido, obrigando a subordinação da ala empresarial aos interesses do livre mercado, controlados pelo Estado. Logo, as tentativas de coalizão entre sindicatos e empresários tinham um interesse de curto prazo e que não objetivava a derrubada do plano, mas o controle sobre ele de modo menos despótico.

O Plano Collor adiantou-se na busca do equilíbrio e trouxe à tona a velha história brasileira da supremacia do Estado sobre a sociedade civil, na direção da modernização econômica de ordem burguesa, que para Gramsci (1977, p. 2010 - 11) tem o seguinte sentido:

"a supremacia de um grupo se manifesta de dois modos: como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou submeter

também com a força armada. Assim, um grupo social pode ser dirigente antes da conquista do poder (essa é uma condição principal para a conquistar o poder). Depois quando exercita o poder e também se o tem fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente".

Segundo Vianna (1991, p. 69-70), o governo de Fernando Collor de Mello significou a confirmação da história que o antecedeu, em que a intervenção da razão do Estado suplantou a participação da sociedade civil, solapando o interesse das classes subalternas no rompimento das organizações políticas, representativas das mesmas, imprimindo um ritmo técnico sem a participação política da sociedade. Significou uma mudança na natureza do Estado e nas relações com a sociedade civil e nasceu com o sentimento de missão de renovar a ordem burguesa, pela emancipação da economia política. Deu continuidade à construção da ordem burguesa, iniciada na década de 30 através da aplicação dos princípios do fordismo e do taylorismo⁴⁵, onde o privado se sobrepõe ao público. Logo, o americanismo que se pretendia construir deveria ser realizado "pelo alto", pela via política e deveria realizar a conversão para um país produtor. Portanto, o Estado tornou-se o representante dos encaminhamentos da modernização dominante.

Se no âmbito da sociedade civil, havia uma fragilidade em constituir a hegemonia, do outro lado, situava-se a sociedade proposta pelo neoliberalismo, baseada na exclusão social e política, no solapamento dos direitos do cidadão em participar nas decisões do país. Os trabalhadores foram chamados a participar

⁴⁵ O sistema Taylorista-Fordista teve forte hegemonia no capitalismo monopolista, através da expansão das estruturas oligopólicas, na supremacia da produção em massa ou padronizada. Daí decorre toda uma estrutura de disciplina do corpo e do espírito do operário para a produção cada vez mais eficiente. Aproximou-se a idéia do corpo como a extensão da máquina e para isso era necessário o controle sistemático do desejo para evitar a distração do operário do seu trabalho. Essa forma organizativa do trabalho tem seu movimento de crescimento entre as duas guerras, acompanhando a crise dos anos 30 e sua grande expansão após a Segunda Guerra, abrindo caminhos à unificação dos mercados transnacionais, às novas tecnologias, como a microeletrônica e a informática, à biotecnologia, os novos materiais e ao novo modelo de organização de trabalho, o chamado pós-fordismo, no qual se aplica a flexibilização do trabalho, as novas modalidades de controle de fluxo e estoques, o *just in time*, *Kamban* e outros (Cf. Paula, 1997).

somente quando a crise financeira agravou-se, através dos chamados "pactos sociais", como modo de manter a sociedade civil sob controle e permitir uma certa descentralização do poder do Estado. Os pactos sociais funcionaram como uma espécie de união dos descontentes, desde os empresários aos sindicatos.

O modo autoritário da condução do Estado por Fernando Collor de Mello, somado às denúncias de corrupção, criam uma onda de descontentamento que vai da esquerda à direita ortodoxa. Fernando Collor de Mello não conseguia perdurar com as reformas do Estado, na medida em que expropriava a participação das classes subalternas e propiciava um estado de crise, que para Gramsci (1989a, p. 55) é reconhecida como crise orgânica ou crise hegemônica da classe dirigente. Esse fenômeno ocorre quando há um processo de afastamento dos grupos sociais por parte de seus representantes tradicionais, que passam então a não ser mais reconhecidos. A crise hegemônica acontece de maneira própria nos diferentes países, prescindindo de uma análise da realidade de cada um. Mas o "pano de fundo" sempre é o mesmo, isto é, a classe dirigente perde a capacidade de consenso ou de domínio sobre as massas porque as mesmas entram em atividade política, com reivindicações que podem chegar a ser revolucionárias. Para Simionatto (1995, p. 41):

"Nestas situações de crise, pode ocorrer, de um lado, a rearticulação da classe dominante, que através da coerção procura recompor a sua hegemonia (uma vez que possui uma capacidade maior de organização), através de sacrifícios, concessões ou promessas demagógicas. De outro lado, as classes dominadas podem ampliar a sua articulação e, portanto, o seu consenso, e reverter as relações hegemônicas a seu favor, ocupando espaços para se tornar classe dirigente (através do consenso) e dominante (isto é, condutora do poder)".

No caso brasileiro, o sacrifício maior das elites esteve em tirar Fernando Collor de Mello do poder, pois o risco seria menor do que deixá-lo, podendo proporcionar a subida ao poder do bloco social opositor.

Para Gramsci, segundo Coutinho (1994, p. 118), crise de hegemonia é o resultado da falta de legitimidade de quem governa,

"isto é, sem legitimidade, uma sociedade de tipo 'ocidental' não pode funcionar e regular normalmente. Portanto, a partir de sua teoria 'ampliada' do Estado, Gramsci fornece imprescindíveis pistas para pensar de um ângulo totalizante, não puramente descritivo, o tipo específico de crise de legitimidade que tem lugar no capitalismo contemporâneo".

A crise do Governo Fernando Collor de Mello é tornada pública pelos escândalos de corrupção e pela idéia do *impeachment*, logo apoiada pelas classes subalternas. Esse enfrentamento aponta, por um lado, um sentimento ético em não querer alguém corrupto no poder e, do outro, a debilidade dos instrumentos de intervenção classista das classes subalternas na sociedade civil. Para Dias (1996a, p. 115):

"A luta pelo impeachment demonstra isso: ao invés de se enfrentar as questões colocadas pela política neoliberal, assistimos praticamente a todos os aparelhos da sociedade civil trabalharem a questão da corrupção, mas não enfrentarem as questões colocadas pela política neoliberal".

Essa unidade momentânea da sociedade civil ao redor de questões que tangem apenas o terreno da institucionalidade, sem entrar nas questões da racionalidade econômica dominante, resultaram em esforços ineficazes, como foi o *impeachment*, na medida em que se perde de vista a continuidade das políticas liberais. Sob o ponto de vista de Oliveira (1995, p. 25-26), esse movimento representou um esforço, aparentemente epidérmico, em que a sociedade civil tentou responder à evolução das proposições neoliberais, *"que com Collor havia tomado nitidamente a ofensiva, prometendo seu auge e apogeu para muito breve"*. Porém, enquanto reação, ela foi uma resposta válida.

A sociedade civil paga o ônus de sua ineficácia na intervenção junto ao

Estado. Mais uma vez, com a crise do *impeachment*, seria possível o ascenso do bloco opositor, porém a classe dominante foi mais rápida em rearticular-se para não perder o poder. Como dizia Gramsci (1989a, p. 55), a classe dominante *“mantem o poder, reforça-o momentaneamente e serve-se dele para esmagar o adversário e desbaratar os seus dirigentes que não podem ser muitos e adequadamente preparados”*.

Desse modo, a continuidade das diretrizes neoliberais é salvaguardada com a entrada de Itamar Franco (1992-1994) e a permanência das diretrizes gerais do plano de privatização, embora um pouco mais lentos devido a outros debates que aconteciam paralelamente sobre o parlamentarismo, o presidencialismo (1991) e a CPI dos anões do orçamento (1993).

Somente no final do mandato de Itamar Franco estabeleceu-se uma estratégia que haveria de tomar o consenso pelos próximos anos, com a elevação de Fernando Henrique Cardoso ao cargo de Ministro da Fazenda e a elaboração do Plano Econômico desembocando no Real, o baluarte do consenso hegemônico ao redor das teses neoliberais.

Hoje a questão que se coloca, também no conjunto dessas reflexões, diz respeito à incapacidade das esquerdas conquistarem o consenso hegemônico. No ponto de vista de Emir Sader (1998, p. 139-140), a questão das esquerdas não conseguirem se impor enquanto hegemonia deve-se, antes de tudo, à falta de uma concepção que aborde a crise do Estado e do capitalismo brasileiro, circunscrevendo sua visão democrática dentro dos limites do liberalismo e do antiestatismo. A esquerda não absorveu devidamente o conceito de hegemonia, o que foi um referencial marcante na ação da década de 80 e 90. O acento na questão democrática fez-se desconectado de uma análise mais profunda da crise capitalista e do Estado brasileiro. Não discordamos de Emir Sader, porém compreendemos o peso das elites dominantes e sua rápida articulação em períodos de crise, traduzindo-se, às vezes, em consenso ou em domínio político e ideológico para se manterem no poder. Essa agilidade e os meios materiais não estão com a esquerda. A busca de uma contra-hegemonia racional esbarra

sempre na cultura simbólica do capital, que possui um poder de controle mais intenso e quase mitológico⁴⁶.

⁴⁶ O termo mitológico é aqui utilizado como a capacidade do capitalismo criar a ilusão da liberdade da riqueza, na conformação do ser-social competitivo, individual, corporativo, rumo a uma perspectiva diametralmente oposta à cultura coletiva e social.

"Tudo que era sólido desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado (...)"

(Marx e Engels - Manifesto Comunista).

CAPÍTULO III

3.0- O EMBATE ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NOS ANOS 90

3.1- Estado, sociedade e mercado na trilha do consenso neoliberal

A década de 90 no Brasil é o momento de maior ampliação do contágio neoliberal. A mídia, o empresariado e o Governo expressam em consenso a necessidade das reformas, de acordo com o receituário estabelecido pelos países criadores desse plano. A proposta chega só nesta década ao Brasil, devido à grande resistência da sociedade civil no sentido de impedir que os destinos econômicos e sociais do país fossem decididos no nível de Primeiro Mundo. Porém, a classe dominante, com o objetivo de dar continuidade à manutenção dos lucros e garantias privadas, concorda com as mudanças propostas pelo neoliberalismo. Vejamos o que diz Souza sobre esse contágio.

O neoliberalismo é apresentado pelos seus criadores como a única saída no nível mundial, como diz Souza (1997, p. 14), citando Pazeworski : “*Os proponentes dessa ideologia argumentam como se possuíssem uma visão de mundo na perspectiva do juízo final*”. Essa visão está pautada na compreensão da “mão invisível” do mercado funcionando homoganeamente, o que é irreal e a prova está exatamente nos países que impuseram as reformas e estão comprovando a profundidade de sua ineficiência e o sacrifício dos grupos e organizações sociais que são os perdedores desse processo. As taxas de crescimento existente não promoveram um Bem-Estar Social, mas o aprofundamento do lucro das empresas, da pobreza da classe trabalhadora e o

desmantelamento da união sindical, através da redução dos salários para tornar as empresas mais competitivas.

No plano internacional, observamos um protecionismo dos países desenvolvidos, sem minimização de seus poderes, por meio da aplicação de sanções comerciais aos países em desenvolvimento, mostrando que a capacidade de manutenção do Primeiro Mundo ocorre pela espoliação do Terceiro. Outro dado, é que as economias têm sentido o desgaste das reformas e o aumento do mercado financeiro, ampliando sua expansão sem controle, exigindo normas de regulação. De outro lado, segundo Souza (1997, p. 158):

“paradoxal, mas não estranha, é a lógica que define a flexibilidade como individualização e privatização das relações de trabalho, como campo de sadia competitividade, precisando para isso afastar o Estado de 'proteção' trabalhista, anular os direitos sociais e negar a representação sindical, ao mesmo tempo como o melhor campo da competitividade privada”.

A refundação do Estado Liberal, constituindo novas relações entre Estado, sociedade e mercado, resultou de dois movimentos em nível global na década de 80: a supersticiosa exaltação do mercado, sem observação dos efeitos contraditórios que a mesma tinha sobre ele, e a culpabilização do Estado como o responsável pelos infortúnios que atentavam contra a sociedade capitalista.

A prevalência da linha política neoconservadora fez com que o crescimento dos países latino-americanos passasse de 5,7% para apenas 1,3% ao ano. Foi a forma ideológica que fundamentou a hegemonia do primeiro mundo. Essa ideologia tem se manifestado na luta contra o Estado e sua submissão às elites nacionais, onde o discurso incriminatório do Estado o iguala à ineficiência, enquanto a iniciativa privada aparece sublimada como a esfera da eficiência e da austeridade. Essas considerações na relação entre público e privado não resistem à menor análise, porém esse discurso, adicionado à crise estrutural do Estado, diminui a capacidade deste de formular e executar novas políticas.

Para Boron (1996, p. 81-82), as classes dominantes nacionais e internacionais têm garantido uma série de vantagens, como seu predomínio

econômico e o controle dos recursos públicos nacionais, facilitando ao setor privado o pagamento da dívida externa e a garantia de ser partidário das relações de forças entre mercado e Estado. No bojo desse discurso, os Estados sofreram a cruzada privatista no intento de reduzi-los, sob a alegação do mito da eficiência privada.

Na avaliação do mesmo autor (1996, p. 108-112), o legado do sistema liberal não é nem um pouco animador. Ele cria, numa perspectiva de amplitude, um contingente de pobres jamais visto na história deste continente. Segundo dados do Conselho Econômico para a América Latina - CEPAL, mais de 51% da população latino-americana vive abaixo da linha de pobreza, cresceu o trabalho no mercado informal, sem qualquer garantia aos trabalhadores, criam-se iniciativas individualistas na base do "salve-se quem puder", incentivando o aumento do tráfico de drogas e do contrabando de armas e a falsa idéia de democracia sustentada pelo voto. O neoliberalismo não permite uma participação efetiva no âmbito das decisões da sociedade civil, incentiva a quebra das organizações coletivas, dos laços de integração social e de solidariedade. Os sindicatos e partidos de esquerda perdem sua força à medida que avança o neoliberalismo, implicando em perda organizativa e de força de pressão, resultando em esvaziamento da política, reduzindo os partidos a meras siglas de sustentação ideológica pouco substancial.

A década de 80, especificamente no seu final e entrada nos anos 90, no Brasil, teve revelado o caráter de duas crises. Uma correspondente ao socialismo real, demonstrando sua fragilidade a partir da queda do muro de Berlim, pondo em questionamento a possibilidade desse regime. Outra acontece no capitalismo, expressa através da crise do *Welfare State*. Ela tem sido fruto de um processo já visível na década de 70, com o estrangulamento das economias do Terceiro Mundo pelo aumento abrupto no preço do petróleo.

Essa crise demonstra o caráter crítico, não só sob o ponto de vista do arranjo político possível no capital, como também na perspectiva intrínseca da lógica do capital que, para manter o seu ritmo de acumulação, precisa sacrificar

os compromissos sociais. Para a reprodução de sua estrutura, faz-se necessário o rompimento com o Estado do Bem-Estar Social⁴⁷. Para Netto (1993, p. 68):

“Não é freqüente colocar-se de manifesto que a crise do Welfare State explicita o fracasso do único ordenamento sócio-político que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos”.

Segundo Boron (1996, p. 70), a crise do Estado do Bem-Estar Social é mais profunda do que aparenta, é a expressão da curva decrescente da eficácia econômica-social da ordem do capital que inviabiliza uma saída pela democracia popular. As conseqüências desse processo estão sendo notadas no âmbito do ônus humano, do qual o capitalismo tem conseguido exaurir recursos a fim de viabilizar a política de mercado. No Brasil, isso reflete-se nas reformas do Estado, nas privatizações, na retirada dos direitos sociais e trabalhistas, conseqüência direta de um processo de acumulação de riqueza capitalista.

Os anos 90 estão sendo marcados pelo retrocesso do Estado em suas atribuições do bem-estar social. Ora, a idéia de estado mínimo se concretiza, no Brasil, a partir de acordos da classe dominante com o poder político, traçando um plano hegemônico, galopante a partir de 1994, baseado na idéia da crise enquanto um instrumento provocador de consenso.

Mota (1995, p. 79) trabalha com a idéia de crise na compreensão de uma crise societal ou global, que implica no conjunto das transformações econômicas, sociais e políticas que interferem no processo de reprodução social, no sentido de catalisar elementos potencialmente ameaçadores da reprodução ou outros que permitam a reestruturação da reprodução social.

Segundo a mesma autora (Idem, p. 80-86), a crise tem conseqüências de duas naturezas: uma de ordem capitalista, resultando no neoliberalismo, na

⁴⁷ O Estado do Bem-Estar Social nunca existiu no Brasil.

fragmentação das classes subalternas e implicando em barreiras para a consecução do processo alternativo à ordem capitalista, e outra onde qualquer tentativa de mudança prescinde da criação de uma cultura política mediadora da crise, uma reestruturação econômica e hegemônica. A conjuntura dos anos 80 e 90 é o palco da construção de uma hegemonia universal e unificadora do mundo sobre o fim da história e, dentro dessa teoria, os capitalistas pararam de temer a oposição trabalhista, pois faleceu o sistema socialista. O objetivo da burguesia internacional está em construir uma cultura da crise, capaz de reelaborar as bases de sua hegemonia. Esse discurso enuncia alguns eixos de discussão que precisamos levantar e iniciamos pelo Estado.

O Estado é visto pelos liberais como entrave ao franco desenvolvimento do capitalismo, bem como o regime socialista, enquanto o maior defensor da intervenção estatal. Esse debate acontece em vista da centralidade do Estado quanto à organização econômica dos Estados, e também por polarizar o debate entre capitalismo e socialismo, fugindo assim do debate entre capital e trabalho, o que levaria a uma discussão quanto aos projetos de sociedade. Tendo projetado a crise, em seguida o movimento do capital desqualifica toda e qualquer tentativa de superação e enfatiza o livre mercado, auto-regulável, livre de mecanismos democráticos ou de controle social.

Através dos Governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, o projeto para o país tem como eixo essa redução do Estado. Entram como prioridades, nessa perspectiva, a reforma administrativa, a privatização de Estatais para sanear as instituições governamentais, as reformas fiscal e da previdência, no intuito de fortalecer a governança da classe dominante. Esse quadro nacional tem confluído energicamente no fortalecimento da hegemonia da classe dominante, demonstrando a grande unidade e articulação especialmente das classes empresariais e bancárias, entre si e com as classes internacionais gestadoras de projetos políticos de reforma.

Os teóricos das reformas trabalham com os eixos do mercado, com a ineficiência do Estado, repetindo o mesmo discurso do Banco Mundial (1994), na sua orientação aos países do Terceiro Mundo. A ideologia neoliberal torna-se

forte e encontra um respaldo determinante nas elites nacionais, de modo a concentrar todos os esforços na redução do Estado e na liberalização da economia. Vejamos o que diz Bresser Pereira (1997a, p. 7- 8) enquanto um dos defensores da reforma:

"a grande tarefa política dos anos 90 é a reforma ou a reconstrução do Estado. A reforma do Estado envolve quatro problemas que, embora interdependentes, podem ser distinguidos: (a) um problema econômico-político (...) a delimitação do tamanho do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal, através de programas de privatização, terceirização e 'publicização' (este último processo implicando na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta); (b) um outro problema também econômico-político, mas que merece tratamento especial (...) a redefinição do papel regulador do Estado: a redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário através de programas de desregulamentação que aumentem os recursos aos mecanismos de controle via mercado, transformando o Estado em um promotor da capacidade de competição do país a nível internacional ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional; (c) um econômico administrativo (...) a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo Governo: o aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do Governo, através do ajuste fiscal, que devolve autonomia financeira ao Estado, da reforma administrativa rumo a uma administração pública gerencial (ao invés de burocrática), e a separação, dentro do Estado, ao nível das atividades exclusivas de Estado, entre a formulação de políticas públicas e a sua execução; e, finalmente; (d) um político: o aumento da governabilidade ou capacidade política do Governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar (...). Na delimitação do tamanho do Estado

*estão envolvidas as idéias de privatização, 'publicização' e terceirização*⁴⁸.

No Brasil, capitaneando essas reformas de autoria de Bresser Pereira e Fernando Henrique Cardoso, datada de março de 1995, o Plano Diretor do Estado traçou as linhas básicas para a pretendida reforma. Um argumento freqüentemente usado pelos defensores das reformas recai sobre os gastos públicos, colocando o "bode expiatório" nos gastos do Governo. O Brasil não possui tantos gastos públicos quanto é propalado pelos meios de comunicação. Esse é um argumento ideológico utilizado para fugir à verdadeira questão, cuja tangência aponta para o desequilíbrio na concentração e na divisão de rendas. O Brasil, em nível mundial, está entre os que mais concentram renda numa pequena parcela da classe dominante. Segundo Petras (1997, p. 40), o Brasil, desde os primórdios, possui uma classe dominante ferozmente concentradora, pouco propensa à negociação, e que usa da força violenta ao menor movimento das forças populares.

O discurso da eficiência e da equidade conduz à concentração da proposta dos neoliberais, incoerente do ponto de vista de equidade social. O discurso é um, a prática vai em outra direção: as reformas não são realizadas no intuito da regulação dos lucros da classe dominante, nem para aumentar a eficiência da saúde, educação, mas da empresa privada no serviço do capital. Portanto, quando Bresser Pereira fala, dá a impressão de prometer a racionalização da produção e do consumo, de modo democratizante, escondendo que as reformas estão direcionadas para o aumento da competitividade empresarial. Para Bresser Pereira (1997a, p. 34-35), além de delimitar a área de atuação do Estado, a reforma envolve um processo de delimitação de seu papel regulador e dos processos de desregulamentação:

"O problema que se coloca é duplo, o da eficiência e o da equidade... Nesse sentido, o dilema Estado-mercado é falso. O papel do Estado, como regulador, diante, por exemplo, das questões

⁴⁸ Leia-se como delegação dos deveres do Estado às chamadas organizações sociais, ou terceiro setor, que correspondem às fundações públicas de direito privado.

ecológicas, só fez aumentar. Assim, a proposição correta, que devemos estudar, é o papel do Estado no mercado. O problema é como aumentar a competitividade (que leva ao incremento da produtividade e à racionalização das atividades econômicas) e como tornar mais públicas as decisões de investimento e as que afetam o consumo. Isto é, como torná-las transparentes e controláveis pela sociedade... e não somente pelas burocracias (do Estado ou das empresas)".

Para a viabilização das reformas, é necessário estabelecer um leque dos mecanismos de controle, que no entendimento do projeto neoliberal, refere-se ao limite entre Estado, mercado e sociedade civil da concepção liberal. Fica nítido o entendimento de Estado e sociedade civil enquanto dimensões diferentes, de modo a corresponder a cada um sua tarefa, confirmando a visão liberal de que a sociedade civil não faz parte do Estado, mas deve cumprir o seu papel definido por ele. De acordo com Dias (1996a, p. 112 -118), cabe aqui observar a concepção de sociedade civil na perspectiva do Estado neoliberal: ele a reduz a entidades corporativas que devem encontrar no Estado o espaço para a realização dos interesses privados.

Na versão de Bresser Pereira (1997a, p. 36), fica confirmada a visão neoliberal de Estado, sociedade e mercado:

"uma simplificação, a partir de uma perspectiva institucional, é afirmar que temos três mecanismos de controle fundamentais: o Estado, o mercado e a sociedade civil. No Estado está incluído o sistema legal ou jurídico, constituído pelas normas jurídicas e instituições fundamentais da sociedade; o sistema legal é o mecanismo mais geral de controle, praticamente identificando-se com o Estado, na medida em que estabelece os princípios básicos para que os demais mecanismos possam minimamente funcionar. O mercado, por sua vez, é o sistema econômico em que o controle se realiza através da competição. Finalmente, a sociedade civil ou seja

a sociedade estruturada segundo o peso relativo dos diversos grupos sociais constitui-se em um terceiro mecanismo básico de controle; os grupos sociais que a compõem tendem a se organizar, seja para defender interesses particulares, corporativos, seja para agir em nome do interesse público; em qualquer das hipóteses, são um mecanismo essencial de controle".

No entendimento do leque de controles, insere-se, como terceiro elemento fundamental da reforma do Estado nos anos 90, o problema da governança⁴⁹, que, em outras palavras, significa controle. Este seria base material na realização da reforma fiscal. O país tem necessidade dessa reforma, mas não na forma do modelo estabelecido pelos neoliberais. No nossa compreensão o Brasil precisa de uma reforma fiscal de imposto único e progressiva e que possibilite tributar as grandes fortunas. Desse modo, teremos uma reforma fiscal eqüitativa, caso contrário, a tendência será a continuidade da sonegação de impostos e o descompromisso com as atividades públicas essenciais.

Conforme Patú (1998, p. 01), todos os processos de mudanças impostos pelo projeto neoliberal têm sido apresentados à sociedade como resultado da crise. O objetivo é criar um consenso ativo na população e nas entidades representativas da sociedade civil. O que está em jogo não são apenas as reformas neoliberais, mas a intenção da classe dominante é permanecer na direção. Nos discursos de Fernando Henrique Cardoso e de membros do seu Ministério, observamos a ênfase com que se defende as reformas, as privatizações e os cortes de verbas para setores públicos. O sentido de tais discursos está em acordo com a proposição da "cultura da crise"⁵⁰.

A imprensa, como "aparelho privado de hegemonia", desde a posse de Fernando Henrique Cardoso enfatiza a necessidade de colocar o país na modernidade pelas reformas, dando a impressão disso ser inexorável, de não

⁴⁹ Termo utilizado pelo Banco Mundial para expressar o poder de domínio do Estado através da aquisição de fundos provenientes da reforma fiscal.

⁵⁰ Terminologia cunhada por Motta (1995), retornaremos a esta questão à frente.

haver outra alternativa. Há uma ampla estratégia de ocupação de espaços na mídia, no processo de massificação das informações, no reforço ideológico da implantação do modelo neoliberal no país. A esquerda e os críticos do projeto são tratados de forma antidemocrática ao serem considerados antiquados e retrógrados. E o mais grave é serem desconsiderados como parceiros na discussão dos rumos do país. A tentativa é criar, pela fragmentação da vontade coletiva, a vontade corporativa. Afasta-se desse modo a possibilidade de resistência e se enfraquece o trabalhador, através de regras da suposta democratização do capital, subordinando o Estado mínimo ao mercado máximo, constituindo, conforme Mota (1995, p. 115),

"o núcleo mais inflexível do projeto neoliberal no Brasil, dadas as limitações objetivas da base econômica, certamente não seria o do crescimento indeterminado do livre mercado, sem a intermediação do Estado, mas o desmonte dos mecanismos de regulação da produção social e a regressão na esfera dos direitos sociais".

O conjunto das reformas é diretamente proporcional ao avanço do capital no Brasil. O consenso ativo tem sido estratégico, promovendo a fragilização da sociedade civil. Mesmo na classe dos intelectuais considerados de esquerda, muitos têm aderido ao projeto, sem se questionarem sobre as suas conseqüências para as classes subalternas, sendo colaboradores na construção da reforma moral e intelectual burguesa. Do mesmo modo, a terminologia da sociedade civil tem sido usada para fundamentar os discursos que a colocam como elemento participante das novas reformas. Oliveira (1996, p. 27) coloca uma dupla face letal no desenvolvimento do projeto neoliberal no Brasil:

"ataca as bases da esperança que se construiu nos anos mais duros [entre 1970 e 1980] (...) Ataca esse vigoroso movimento popular (...) Metamorfoseia esse movimento de esperança em movimento derrotista (...) Em segundo lugar, o medo da mudança. O medo da reforma. O medo da experimentação".

O mesmo autor (Idem, p. 159-162), ao comentar sobre o Governo Fernando Henrique Cardoso, explica como ocorre o processo da hegemonia política dos grupos mais conservadores do país. Conforme sua interpretação, o Presidente atual é um elemento chave nas relações entre as elites de São Paulo e as elites do nordeste, além de fazer a reprodução do social na política por intermédio do Plano Real. O processo hegemônico está sendo trabalhado sob vários aspectos, como: a queda da inflação, a emenda da reeleição para garantir a permanência do mesmo grupo no poder, as reformas constitucionais, a flexibilização do contrato de trabalho, a desregulamentação, a mudança na previdência, estratégias que constituem o rompimento com os espaços onde a sociedade se sustenta. Para Oliveira, desde Vargas não existia um "Condottiere" do porte de Fernando Henrique Cardoso que conseguisse tal hegemonia no país. A hegemonia, porém, é um processo de consenso ao redor de uma cosmovisão, fato que ocorre com o Plano Real e o controle da inflação, devido à massificação popular enfocando-a como maligna. As elites dominantes percebem (representantes do PFL ao PTB) a aglutinação e a postura de apoio popular a essa estabilização e isso é o que garante sua coesão no Governo. *"Em outras palavras, é a credibilidade do Plano Real que torna concreto o amálgama dos interesses dominantes e o 'partido da ordem', virtualmente colocados pelo longo período da 'revolução passiva'"* (Oliveira, 1998, p. 201).

O consenso trilhado na década de 90 é a expressão conservadora da administração do Estado brasileiro. O Plano Real aos poucos vai conquistando a simpatia do povo brasileiro, e uma parcela significativa do imaginário popular começa a pensar como os donos do Real, o que é um indício contundente da possibilidade de hegemonia. O que entra em jogo já não é mais o possível ou a esperança, mas o imediato sem esforço, na tentativa de superação das contradições que afetam o processo social. Os dados da violência, da fome, da miserabilidade, são encarados com indiferença ou violência. A orientação neoliberal pedia o controle da moeda, a estabilização, as privatizações, e assim está sendo feito. A situação do país em relação ao atendimento social, que sempre foi precária, aprofunda-se ainda mais, com pouca perspectiva de retomada da sua melhoria.

O mesmo autor (Idem, p. 221) levanta uma questão sobre o uso do termo hegemonia para compreender como ele ocorre. De acordo com Gramsci, a hegemonia implica em consenso pela disputa dos interesses entre as classes dominantes e as dominadas. Logo, o uso do termo para a atual situação no Brasil é coerente, porém é impróprio na medida em que o movimento dessa hegemonia não conflui no sentido de criar um campo de significado unificado entre as diversas classes, criando espaços inclusive para sua negação. Ao contrário, cria-se um processo de pura sorraterização de interesses universalizados para o campo do totalitarismo. A expropriação dos direitos civis das classes trabalhadoras constrói o caminho da exclusão social do mercado, do emprego e dos demais direitos sociais. As classes dominantes não criam um campo de significado universalizante de partilha com as classes trabalhadoras, mas um conjunto que leva ao *Apartheid*. Por isso, a terminologia marxista de hegemonia, segundo Oliveira, não está dando conta da totalidade da relação criada pelo neoliberalismo no Brasil, dada a desintegração do sistema. O processo totalitário em formação destrói o campo de significados comuns a dominantes e dominados. O presente autor pensa ser mais coerente utilizar a terminologia do totalitarismo⁵¹ para expressar a forma de domínio do capital sobre o trabalho, enquanto o desejo da classe dominante é manter as classes subalternas na sua diferença, sem integração aos seus significados, ou seja, na exclusão. A função do intelectual, nesse contexto, é de radicalização da crítica para cobrar o significado dos conceitos, no caso as promessas relativas à democracia.

Foram desperdiçadas várias chances de uma articulação entre Estado e Sociedade Civil para resolver problemas mais emergenciais. É o caso da Campanha da Fome levantada por Herbert de Souza (Betinho), e encampada por vários comitês espalhados pelo Brasil, ou o movimento "Viva Rio", que tratou da questão da violência e do tráfico de drogas. A sociedade, antes dos resultados, queria apresentar essas questões para serem inclusas na pauta do Governo. Dos comitês da fome passa-se ao projeto governamental da "comunidade solidária", que refletiu uma prática assistencialista e inexpressiva com os cortes de verbas

⁵¹ Não estamos de acordo com o uso dessa terminologia para expressar a forma de Governo brasileiro, pois há um mínimo de regras democráticas no desenvolvimento da conjuntura. Não é

cada vez mais freqüentes. Em relação à violência, o Governo tem intensificado o uso do exército, tentando criar uma sensação de que se está agindo para diminuir a criminalidade⁵².

Há uma série de demandas nas organizações civis, levando-se em conta as contradições geradas pelo neoliberalismo. A democracia é um fator que favorece às formas de pressão. É necessária a ampliação da participação das organizações civis no âmbito de articulação entre o micro e o macro, reorganizando a contra-hegemonia ativa em direção dos interesses das classes subalternas. A hegemonia da classe dominante não é intransponível, mas é capaz de ser detida através da criação de uma cultura de massa articulada num projeto democrático nacional, tendo-se em vista a construção de um Estado ampliado.

3.1.1- As reformas educacionais e a escola como aparelho privado de hegemonia

No Brasil dos anos 90 as reformas seguem as coordenadas ditadas pelo Banco Mundial, e outros organismos internacionais se constituem em peça chave na reforma do Estado. O embate entre sociedade civil e Estado sobre a questão da educação também tem, então, forte expressão. Este embate por uma escola gratuita e de qualidade, arrasta-se desde a década de 70. Atualmente, o movimento mais expressivo têm sido o do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, pela conjunção da nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB⁵³. Segundo Bollmann (1997, p. 162-163), a disputa entre diferentes concepções de educação estava presente desde a Constituição de 1988. A sociedade civil representada no Fórum, pensando o conjunto do movimento pela educação, elabora um projeto

possível negar o consenso ideológico, que concentra confiança na classe dominante por grande parte da população.

⁵² Qualquer analista terá muita clareza em colocar os problemas sociais como o agravamento do processo de acumulação do capital em versão neoliberal, os "remendos" não passam de tentativas malfadadas do abrandamento das movimentações civis, expressão da denúncia pública do fracasso da classe dominante e de seu plano neoliberal.

de LDB. O início desse projeto ocorreu em 1988 quando foi apresentado à Câmara Federal, sofrendo uma série de emendas pelo Governo até 1991. Em 1992, o Senador Darcy Ribeiro (PDT - RJ) apresentou um Substitutivo da LDB, de sua autoria, que modifica substancialmente os conteúdos da proposta do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, e que tramitava na Câmara Federal desde 1988⁵⁴. Em 1995, no início do mandato de Fernando Henrique Cardoso, Darcy Ribeiro utilizou como subsídio o seu Substitutivo de 92, acrescentando conteúdos que vinham ao encontro das diretrizes dos organismos internacionais para a educação, em especial do Banco Mundial. Apresentou um novo projeto, contrariando mais uma vez a construção democrática da LDB da sociedade civil organizada. As votações, pressões e aprofundamentos se estenderam até 17 de dezembro de 1996, quando foi aprovada, com emendas que a direcionaram para o conjunto de reformas encaminhadas pelo Estado. Para Bollmann (Idem, p. 63), *"a atitude do Governo foi completamente alheia à construção histórica do projeto e negou-se a discutir com a sociedade as emendas"*.

O texto da LDB aprovada reduz os compromissos do Governo com a educação de crianças, jovens, adultos; desautoriza o Conselho Nacional de Educação a tomar decisões, caracterizando-o como "assessor" do Ministério da Educação e retira do âmbito do Fórum Nacional a responsabilidade do Plano Nacional de Educação; reduz os mecanismos de controle sobre a iniciativa privada; não garante a indissociabilidade, no ensino superior, entre ensino, pesquisa e extensão e promove a desarticulação do sistema nacional de educação. Para as entidades participantes da elaboração do primeiro projeto, essas resoluções significaram um duro golpe, o que implica em perdas, seja do ponto de vista da concepção que a norteia, seja porque contraria o processo democrático e legítimo de elaboração do texto do Fórum.

Conforme Martins (1997, p. 108-116), foi imposta à educação uma racionalidade empresarial, que a baliza como produto lucrativo. O projeto

⁵³ Sobre os movimentos sindicais recai um forte refluxo na década de 90, criando dificuldades na articulação dos membros das categorias, ou somente para consensos de cunho corporativo.

⁵⁴ Esse projeto de Darcy Ribeiro só não foi aprovado no Senado, configurando um golpe ao projeto do Fórum Nacional que vinha tramitando na Câmara, devido à intervenção de alguns senadores comprometidos com esse projeto.

pretende conduzir o ensino para uma integração com a empresa, sujeitando-a à racionalidade do lucro. A iniciativa privada não se preocupará com o destino social dos alunos ou com a formação de um contingente profissional ao mercado, mas na criação de um mercado consumidor para o seu produto, pois assim agem as empresas. Logo, não se trata apenas de uma imposição de modelo organizacional extraído das noções e práticas empresariais, mas um conjunto que envolve a abertura da educação enquanto mercado rentável.

Essa nova reestruturação quer implementar junto ao ensino nacional a educação como um espaço privilegiado para o desenvolvimento dos intelectuais e da mão-de-obra para o mercado. A prova dessa intenção se espalha em algumas das principais medidas institucionais implementadas pelo Ministério de Educação e Cultura - MEC. A Lei 9.131/95 cria o Conselho Nacional de Educação - CNE, substituindo o antigo Conselho Federal de Educação - CFE, constituindo-o apêndice do Ministério da Educação e Cultura - MEC, como colaborador e órgão de consulta com algumas funções normativas, sem garantir uma participação ampla da sociedade civil; a lei 9.192/95, regulamenta o processo de escolha dos dirigentes das Unidades de Ensino Superior, estabelecendo uma composição mínima de 70% de docentes nos órgãos colegiados das instituições de ensino superior; a Emenda Constitucional nº 14, impõe a municipalização do ensino fundamental em todo o país; Proposta da Emenda Constitucional nº 370/96, em tramitação, preconiza a desresponsabilização da União com o financiamento do ensino superior, favorecendo assim o financiamento público do ensino privado e a quebra do Regime Jurídico Único do funcionalismo nas instituições públicas de ensino superior; a medida provisória 1.549-28 abre caminho para a privatização do ensino superior federal e estadual, estabelecendo que a criação de novas escolas técnicas só ocorrerá com a participação da "comunidade"⁵⁵ e da "iniciativa privada"; o decreto 2.208/97 que regulamenta o ensino técnico, separa a formação propedêutica da formação profissional, determinando o ensino técnico como um pós-ensino médio; e, por fim, a lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases, originada de uma larga discussão da sociedade civil é mudada nos seus eixos centrais, tomando uma conformação limitadora da inicialmente estabelecida.

⁵⁵ Entenda-se por "comunidade" a contribuição do cidadão com mensalidades, taxas e outros, isto é, como um colaborador ativo do processo de privatização, junto com a iniciativa privada.

O conjunto das mudanças na Educação vinculado às orientações do Banco Mundial (1994), podem ser assim destacadas: priorização da formação de mão-de-obra para o atendimento das demandas flexíveis do mercado, e que nesse caso envolve o ensino primário ou fundamental; a realocação dos investimentos do ensino superior e do ensino médio para o ensino fundamental; a retirada do Estado da função de garantir a universalidade do ensino, enquanto à iniciativa privada cumpre o papel de assumir os espaços deixados pelos gastos públicos em educação; promoção da qualidade e eficiência do estudo por meio da concorrência entre os estabelecimentos de ensino; capacitação do corpo docente mediante programas paliativos em serviços; a idéia da "ineficiência do ensino", em classes com menos de 40 ou 50 alunos.

O Banco Mundial (1994, p. 04-06) iniciou o seu programa de trabalho com o documento sobre política de educação intitulado "*Educação Primária*" de 1992, "*Educação técnica e formação profissional*" e "*O ensino superior*", ambos de 1994. A orientação deste último é dada referindo-se à crise econômica que assola os países do terceiro mundo, justificando a necessidade das reformas nos Estados, incluindo a educacional, como forma de conter os gastos públicos. As estratégias para a atuação neste campo são: fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas; proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados; redefinir a função do Governo no ensino superior; adaptar políticas que estejam destinadas a outorgar prioridade aos objetivos qualidade e equidade.

As questões fundamentais alinhavadas pelo documento do Banco Mundial, refletem-se nas propostas apresentadas pelo MEC para a implementação das reformas na educação brasileira. Entre os pontos mais importantes, ressaltamos: a visão economicista da pesquisa, "*Em muitos países latino-americanos, entre eles Argentina, Brasil e México, onde a maior parte da atividade de pesquisa ocorre nas instituições científicas estatais, a investigação nas universidades tem tido muito poucas repercussões na economia*". Quanto às verbas para o

investimento, as orientações direcionam para o ampliação do número de matrículas sem aumento dos gastos públicos, através do incentivo à maior diferenciação entre as instituições de ensino. Isso abre a possibilidade para instituições privadas, em nome da contribuição "*para satisfazer a demanda cada vez maior de educação superior e fazer com que os sistemas de ensino se adequem melhor às necessidades do mercado*" (Banco Mundial, 1994, p. 24). "*Na América latina, a diferenciação do ensino superior se baseia no aumento das instituições privadas. Este é especialmente o caso do Chile e do Brasil*" (Idem, p. 31). A justificativa para a cobrança de mensalidades e ampliação de universidades privadas está nos dados que demonstram, segundo o Banco Mundial, que os alunos de classes privilegiadas estudam nos colégios secundários privados de melhor qualidade e tomam os espaços públicos, enquanto os pobres têm que pagar por um ensino de menor qualidade nas entidades privadas (Idem, p. 40). A ampliação de instituições privadas ocorre na perspectiva do aumento das matrículas a um custo menor para o poder público (Idem, p. 41).

O Banco Mundial (1994, p. 29; 65; 95), com intenção de preparar os Governos para possíveis resistências internas e externas, sugere algumas saídas, entre as quais, enfrentar com determinação as resistências estudantis e outros grupos de interesses dentro do Estado. E por último, o incentivo a uma reforma que seja baseada no consenso ativo.

O Estado desempenha uma função especial na consolidação de tais reformas para estabelecer patamares racionais para o desenvolvimento. A confirmação do seguimento das normas do Banco Mundial está contida nos cadernos do Ministério da Administração da Reforma do Estado - MARE. Neles Bresser Pereira (1997a, p.29), ao expor a justificativa para tornar alguns setores públicos em públicos de direito privado, o que significa privatizá-los, usa o termo "publicização", como um regime de parceria entre o Estado e a empresa privada, onde as entidades, inclusive educacionais, seriam transformadas em organizações sociais que concorreriam, na relação com o Estado, em busca de verba. Nesse projeto, estão contempladas as universidades e as escolas técnicas federais.

"Na União, os serviços não-exclusivos de Estado mais relevantes são as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. A reforma proposta é a de transformá-los em um tipo especial de entidade não-estatal, as organizações sociais. A idéia é transformá-los, voluntariamente, em 'organizações sociais', ou seja, em entidades que celebrem um contrato de gestão com o Poder Executivo e contem com autorização do Legislativo para participar do orçamento público. A organização social não é, na verdade, um tipo de entidade pública não-estatal, mas uma qualidade dessas entidades, declarada pelo Estado".

Segundo Roberto Bianchetti (1997, p. 94-103) e Frigotto (1995, p.18), o Estado, quanto às reformas na educação, está solidificado em teorias como a do "capital humano", que reduz a função da escola e a formação de recursos humanos à estrutura de produção, e a "teoria das decisões públicas", preocupada com a organização do aparelho de produção dos bens públicos. A escola é considerada um "produto", onde o "cliente" vai buscar o serviço que lhe interessa e paga por ele. Essa é a lógica sustentada por um dos grandes teóricos da desregulamentação da educação pública, Milton Friedman. A descentralização estatal é vista como um benefício, na medida em que distribui responsabilidades federais aos estados e municípios, porque, segundo Frigotto (1997, p. 18), o "ato estatal de subsidiar a educação significa assumir um papel subalterno frente à iniciativa privada, quer dizer, atender à demanda ali onde as escolas privadas não investem". Mas o entendimento de descentralização tem o sentido de subsidiar a transferência de responsabilidade para o nível individual, tendo como base uma filosofia individualista que mascara a problemática da marginalização social.

Em contraposição a esse projeto, o Plano Nacional da Educação - PNE (1997) expressa a proposta da sociedade por educação pública, de qualidade, com valorização da pesquisa. É um projeto de educação discutido a nível nacional, com entidades preocupadas em salvaguardar a educação no âmbito da formação técnica e humana. Esse laborioso esforço, que já foi demonstrado com maestria na constituição da Lei de Diretrizes e Bases na década de 80, é mais

uma vez retomado, na forma do PNE, pelas entidades que integram o Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública, resultado do consenso entre as organizações da sociedade civil, estudantis, sindicais, acadêmicas e populares. Essa iniciativa é inédita na história da educação brasileira⁵⁶. E essa temática nos sugere um aprofundamento do que Gramsci teria a dizer sobre sua percepção de escola e educação no conjunto da nossa reflexão.

Diante das mudanças estruturais em nosso país, principalmente dos projetos que tangem a educação e o rumo para uma "velha - nova" divisão entre ensino profissional e integral, torna-se necessário um retorno a Gramsci para procurar o significado de escola e hegemonia, como instrumentos de análise.

O estudo da escola em Gramsci (1989b, p. 15) não está separado do conjunto de seu pensamento. A escola era entendida como um "aparelho privado de hegemonia". Sua compreensão de escola estava direcionada para a construção de uma nova moral e uma nova cultura da classe subalterna, de modo a assegurar maior hegemonia sobre as demais classes e, conseqüentemente, na perspectiva da conquista do Estado. Por isso, era necessário romper com a subordinação intelectual e ideológica das classes subalternas, que se tornavam aliadas da cultura dominante ao reproduzir sua ideologia. Ora, isso ocorria porque a concepção de mundo era incoerente, fragmentária e desorganizada.

"Isto significa que um grupo social, que tem uma concepção própria do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, descontínua e ocasionalmente, isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico toma emprestada a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha".

⁵⁶ O PNE da sociedade civil foi apresentado à Câmara Federal no dia 10 de janeiro de 1998 pelo Deputado Federal Ivan Valente (PT-SP), que encabeçou uma lista de mais de sessenta deputados de partidos de oposição (PT, PSB, PCdoB, PDT, PV, PSTU). Dois dias depois, em 12 de fevereiro de 1998, o Governo, através do INEPC (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais), órgão do MEC, apresenta o seu PNE elaborado a partir de decisões "pelo alto", excluindo toda e qualquer discussão com a sociedade, reafirmando a concepção de educação para o mercado, a municipalização, a centralização do "gerenciamento" versus a descentralização do financiamento da escola pública.

A superação do senso comum, que para Gramsci (1989b, p. 143) se constituiu numa concepção de mundo absorvida acriticamente, ocasional e desagregada, devia acontecer através da filosofia da práxis (Idem, p. 12). Porém, o senso comum é o ponto de partida sobre o qual devia ser elaborada a nova concepção de mundo, uma vez que ele possuía um núcleo de bom senso, ou seja, um núcleo sadio do senso comum, algo unitário e coerente, merecendo ser desenvolvido e superado (Idem, p. 160). Logo, o senso comum permitia a submissão à ideologia dominante e precisava ser superado pela filosofia da práxis, instrumento que possibilitava elevar a consciênciã a uma maior homogeneidade e coerência. A filosofia da práxis, para Gramsci, era a concepção materialista histórica e dialética de Marx e Engels, cuja substancialidade dava condições para resolver os problemas históricos enfrentados pelo pensador italiano. A filosofia da práxis (Idem, p.18) se movia em dois sentidos: o primeiro, consistia na crítica ao senso comum, resgatando o núcleo de bom senso; o segundo, na crítica à filosofia dos intelectuais que corroboravam a sustentação ideológica dominante. Este trabalho cabe aos intelectuais orgânicos, que eram dirigentes e organizadores das massas, enquanto ajudavam na superação dialética do fragmento para uma visão de totalidade. Para isso, ao intelectual orgânico, Gramsci (Idem, p. 27) sugere:

"repetir constantemente, e didaticamente (de forma variada) os argumentos que concorrerão para a ampliação da visão das massas; e a elevação cada vez maior da cultura da massa, fazendo surgir dela mesma a elite de seus intelectuais, capazes de uma ligação teórica e prática".

Quando esta segunda etapa é atingida, significa que o estágio ideológico para a mudança do panorama de uma época está amadurecido. Ter uma visão unitária do mundo é elemento imprescindível para se chegar à hegemonia, que é definida por Gramsci (1977, p. 22) enquanto exercício de uma classe por meio da direção e consenso. Quanto ao operariado, significava criar consenso ao redor de uma concepção de mundo diferente da dominante e que permitisse a sua superação. Além dessa compreensão, Gramsci se preocupou com a

dicotomização entre ensino humano e profissional, sobre o qual recai o peso da extratificação de classe, reforçando assim o projeto de uma educação burguesa, diferenciada às classes subalternas.

Em "*A organização da escola e da cultura*", Gramsci (1989b, p, 117 - 118) fez uma crítica detalhada do significado social da escola profissionalizante, cuja estrutura básica estava na preparação de mão-de-obra para o mercado e consistia então na nova proposta para o ensino italiano. Gramsci era um dos críticos mais incisivos da escola profissionalizante, por considerá-la elitista e discriminatória, mas sem deixar de considerar a necessidade de modernização técnica da sociedade. Também fixou especial atenção em sua proposta de escola única, de cultura e formação humanística, que englobava as duas dimensões segmentadas na escola. Com relação a isto, comenta:

"a tendência, hoje, é a de abolir qualquer tipo de escola 'desinteressada' (não imediatamente interessada) e 'formativa', ou conservar delas tão-somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento da capacidade de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo".

Gramsci (1989b, p, 136 - 137) também questionava o caráter ilusório que possuía a formação das escolas profissionalizantes ao criar uma idéia de democracia que, ao contrário, solidificava a degenerescência progressiva da escola, na medida em que esta se preocupa em resolver problemas práticos e

imediatos, relegando a questão formativa da escola desinteressada. Logo, esse modelo, longe de ser democrático, reafirmava um posicionamento sectário de perpetuação das classes sociais.

"a multiplicação de tipos de escola profissional, portanto tende a eternizar as diferenças tradicionais; dado que ela tende, nestas diferenças, a criar estratificações internas, faz nascer a impressão de possuir uma tendência democrática. Por exemplo: operário manual e qualificado, camponês e agrimensor ou pequeno agrônomo etc. Mas a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada 'cidadão' possa se tornar 'governante' e que a sociedade coloque ainda que abstratamente, nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de Governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessárias ao fim de governar. Mas o tipo de escola que se desenvolve como escola para o povo não tende mais nem sequer a conservar a ilusão, já que ela cada vez mais se organiza de modo a restringir a base da camada governante tecnicamente preparada, num ambiente social político que restringe ainda mais a 'Iniciativa privada' no sentido de fornecer esta capacidade e preparação técnico-política, de modo que, na realidade, retorna-se às divisões em ordens 'juridicamente' fixadas e cristalizadas ao invés de superar as divisões em grupos: a multiplicação das escolas profissionais, cada vez mais especializadas desde o início da carreira escolar, é uma das mais evidentes manifestações desta tendência".

A escola desinteressada era democrática porque colocava à cada cidadão, pelo menos abstratamente, a condição de ser um governante. Por isso, Gramsci insiste que, pelo menos nos graus básicos, o ensino permanecesse desinteressado. Essa garantia dava a oportunidade de que os filhos das classes subalternas tivessem acesso à cultura, não no sentido enciclopédico, mas de uma

cultura histórica cuja aquisição ajudaria o homem a interpretar a herança histórica e cultural da humanidade e definir-se diante dela.

No texto *"Para a Investigação do Princípio Educativo"*, Gramsci (1989b, p, 129-130) abre a discussão relativa à função da escola unitária quanto à introdução do cidadão na vida estatal e na sociedade civil, falando sobre a necessidade de noções nas áreas de ciências naturais e noções de direitos e deveres. As primeiras tinham o objetivo de introduzir o aluno no mundo das coisas, as segundas, na vida estatal e na sociedade civil. Ambas tinham como objetivo dirimir as visões folclóricas ou individualistas e localistas de mundo, que impediam o indivíduo de se colocar no seio da sociedade numa visão de superação do senso comum. A escola unitária tinha a seu encargo proporcionar às classes subalternas uma visão das leis naturais às quais os homens deviam adequar-se e dominá-las, e das leis estatais e civis, que são construídas por homens e podem sofrer modificações. Essa formação deveria servir exatamente para facilitar a vida do homem dentro do mundo moderno, à medida de sua transformação e socialização. Quanto aos conhecimentos dos direitos e deveres, estes são imprescindíveis para se romper com as visões folclóricas de sociedade de ordem dominante e se introduzir o aluno na sociedade, e com isso a escola estaria cumprindo seu papel de construir a cidadania. No domínio das leis naturais e sociais, efetivaria-se o princípio educativo sobre o qual estava fundada a escola elementar: o conceito de trabalho.

"O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural do trabalho. Logo, o que é possível adquirir da escola elementar são 'os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, que fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo, para a compreensão do movimento e do devenir, para a valorização da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para

a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro” (Idem, p. 130).

A função das universidades, no conjunto do pensamento gramsciano (1989b, p.125), também vai no sentido de reforçar uma consciência homogênea e autônoma, educar os cérebros para pensar de modo claro, libertando-os de uma cosmovisão caótica, corroborada por uma cultura inorgânica, pretensiosa e confusa.

"Em um novo contexto de relações entre vida e cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial, as academias deverão se tornar a organização cultural (de sistematização, expansão e criação intelectual) dos elementos que, após a escola unitária, passarão para o trabalho profissional, bem como um terreno de encontro entre estes e os universitários".

A discussão de Gramsci sobre a universidade, segundo Mário Manacorda (1990, p. 119-122), está claramente relacionada às causas da ausência da influência da universidade na cultura da Itália, e a resposta de Gramsci se voltou para dentro da universidade, reconhecida por ele como burocrática e distante da compreensão orgânica. Ele frisou a necessidade de diferenciar os modos e os instrumentos de difusão da cultura no trabalho educativo-formativo, que não pode se limitar à simples enunciação teórica de princípios claros e de métodos, mas deveria ser um trabalho que articulasse a indução, a dedução, a lógica formal e a dialética. Sua reflexão também vai no sentido da unificação dos vários centros culturais, na busca de fixação de uma média do pensamento nacional como guia da atividade intelectual, de atividades ligadas à vida coletiva e ao mundo da produção e do trabalho. Neste aspecto, as universidades contribuíram sobremaneira quanto à finalidade de Gramsci (1977, p. 1270) de centralização e de um impulso da cultura nacional que fosse superior ao da Igreja católica.

Para nós, do Brasil, a função da universidade enquanto espaço de elevação da cultura é válida pelo menos teoricamente, porque o destino que a classe dominante quer lhe dar, vai num sentido diametralmente oposto, isto é,

que a universidade seja dividida em centros de excelência, onde a produção será considerada de alta qualidade ou não de acordo com a avaliação dos Órgãos do Governo. Decididamente, estamos na iminência de um golpe contra o caráter social e democrático da universidade e o arrebatamento da mesma na nova conjuntura do mercado mundial. Lamentavelmente rumamos assim, e podemos perder produções de alto nível e com diversidade de perspectivas. Em outra direção caminha o pensamento gramsciano, ao apontar a universidade como o espaço de superação do "senso comum" e de formação dos cidadãos para serem futuros governantes.

Vale frisar o que coloca Frigotto (1995, p. 25) sobre a luta hegemônica engendrada no campo social da educação:

"educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais, é, portanto, ela mesma constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo de disputa hegemônica. Esta disputa dá-se na perspectiva de articular as concepções e a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classe".

Num processo contínuo e quase inexorável, temos também o desenvolvimento das mudanças no mundo do trabalho através do novo modelo de flexibilização, que implica em continuidade do processo de revolução passiva. Como o Brasil nunca concretizou uma estrutura econômica eqüitativa, as conseqüências desta reestruturação têm ampliado o processo de desemprego e servido à ampliação dos lucros. Vejamos a seguir.

3.2- O modo de produção flexível e o mundo do trabalho

Para entendermos melhor o que acontece no Brasil quanto ao processo de revolução passiva a nível de reestruturação do mundo do trabalho, é necessário

perceber panoramicamente o movimento do capital e sua natureza intrinsecamente contraditória. Esse movimento encontra o seu período de esgotamento a partir da década de 70, quando tem início um novo embate entre sociedade civil e Estado, que se dá em vista de uma nova cultura de trabalho como modo de sustentação do modelo produtivo exploratório de mais-valia, aliado ao Estado que age como coadjuvante desta revolução passiva, na solidificação da hegemonia do capital sobre o Estado. A reestruturação tem relação com as mudanças internacionais neste setor e, por sua vez, esta questão está ligada à da hegemonia.

Trazemos essa questão à tona porque a hegemonia também se estende como prolongamento desta discussão. Especialmente a partir do surgimento da classe dominante, estabelece-se um conjunto de relações de produção acirradas por duas formas de organização do mundo do trabalho, estudadas por Gramsci: o fordismo e o taylorismo. Esse tema é colado ao movimento de consenso hegemônico do capitalismo mundial, tanto no seu início, com a superação do sistema de produção pré-capitalista, quanto na sua investida contra o sistema socialista.

O sistema de produção fordista era racional, portanto devia ser generalizado, e para isso precisou de mudanças nas condições sociais e nos hábitos individuais. Os métodos para isso não se resumiram à coerção, mas num misto de coerção com persuasão. Conforme Paula (1997, p. 15-20), o sistema Taylorista-Fordista teve forte hegemonia no capital monopolista, através da expansão das estruturas oligopólicas e na supremacia da produção em massa ou padronizada.

Uma questão levantada no decurso da discussão sobre o americanismo e o fordismo é se esse sistema constituía ou não uma nova civilização. Segundo Gramsci (1989a, p. 411-412), o americanismo constitui um prolongamento da civilização européia, uma nova "cara", num processo de continuidade: *"trata-se apenas de um prolongamento orgânico e de uma intensificação da civilização européia, que adquiriu uma nova pele no clima americano"*. Hoje o sistema de

acumulação flexível também busca criar uma civilização com novos métodos de trabalho.

Uma questão atual a ser feita é: como essa reflexão de Gramsci sobre o americanismo e o fordismo ajuda a compreender os fenômenos atuais do trabalho e suas várias mudanças? Começamos por considerar que o conceito de fordismo teve diversos significados entre os autores, mas para os teóricos da escola da regulação, de acordo com os estudo de Ruy Braga (1995, p. 83),

"o fordismo é uma premissa científica que, impregnada no âmbito de seu aparato conceitual geral, permite identificar uma época particular do capitalismo, aquela em que a produção em massa prosperou as rendas, aumentou o consumo em massa e desenvolveu-se em ritmo acelerado".

O fordismo foi entendido por Gramsci (1989a, p, 397) como uma arma política das classes dominantes contra a unidade operária, por meio da construção do trabalhador coletivo, nova classe operária resultante das linhas de montagem fordista, que não passavam de uma fase recente e deveriam ser superadas pelo próprio industrialismo. Segundo Braga (1995, p. 90), *"O fordismo foi uma nova composição de forças produtivas através dos processos de modernização conservadora, que constituía-se antecipação do período fordista-keynesiano"*. A racionalização fordista articulou um ajuste entre a estrutura e a superestrutura, no sentido de recompor as relações sociais de produção e os aparelhos de hegemonia.

O período de expansão fordista, segundo o mesmo autor (1995, p. 94-95), teve sua maturidade no pós-guerra, quando a Europa assumiu este modelo como maneira de desenvolver a indústria nacional e concorrer com os norte-americanos e japoneses, expressão esta ampliada também pela implementação do plano Marshall⁵⁷. Esse movimento teve uma expansão longa e ascendente até 1973. O Estado do Bem-Estar Social desenvolveu-se também nesta fase, com o qual o

⁵⁷ Plano norte americano de ajuda à recuperação da Europa depois dos destroços da Segunda Guerra Mundial.

capitalismo aliou-se para evitar a ascensão do sindicalismo operário radical. Foi uma fase de crescimento econômico expressivo e de garantias legais aos trabalhadores. Ocorre então o estabelecimento de diferenças na força de trabalho, onde parte da mão-de-obra era sindicalizada, centralizada, corporativa e parte constituía o corpo periférico, com baixas remunerações e em condições degradantes de trabalho. Para os países do Terceiro Mundo, o fordismo foi mais exploratório, causando

"destruição de culturas locais, opressões e numerosas formas de domínio capitalista, em troca de ganhos bastante pífios em termos de padrão de vida e serviços públicos, a não ser para a elite nacional muito afluyente que decidira colaborar ativamente com o capital internacional".

Muitas resistências sociais, conforme Braga (1995, p.100), efetuaram-se questionando o caráter exploratório do fordismo, mas até 1973 a sua hegemonia permaneceu intacta. O modo de produção fordista encontra sua crise a partir de 1973, chamada de crise do capitalismo tardio, correspondente a sua crise orgânica e ao rompimento com os compromissos do Estado do Bem-Estar Social. As forças produtivas também sofreram processos de mudança que se estenderam pelas décadas posteriores, o que permite concordar com Braga quando este diz que

"A conjuntura atual caracteriza-se por uma combinação de produção altamente eficiente nuançada pela tecnologia e pelo produto flexíveis, em alguns setores e regiões como os carros nos Estados Unidos, Japão e Coréia do Sul, e de sistemas produtivos mais tradicionais, como em Singapura, Taiwan ou Hong kong, apoiados em relações de trabalhos artesanais, paternalistas ou patriarcais, implicando em mecanismos mais distintos de controle do trabalho".

A década de 80 foi marcada sobretudo pela ofensiva neoliberal que pretendia a reestruturação das forças produtivas como mecanismos chaves para a recomposição das bases da hegemonia burguesa. A internacionalização foi a

forma estratégica de implantação das novas regras de regulação do processo do trabalho, tendo como aliados os Governos, colaboradores do novo modelo. Nesse sentido, a automação flexível foi sendo implantada com êxito, sobretudo na bipolarização capital/trabalho, pela ampliação de um centro cada vez mais técnico de trabalhadores e um grande contingente de excluídos, aliado ao aumento do ritmo da produção com a integração de tarefas e homogeneização de atividades.

Esse novo sistema de produção, por fazer parte da lógica autodestrutiva do capitalismo, espalha sua letalidade pelo mundo operário, significando mais um golpe na sua forma organizativa. Segundo Dias (1996b, p.18), o capitalismo necessita neutralizar os que se lhe contrapõem. Nesse caso, é preciso a destruição dos sindicatos, que representam um salto a nível de consciência de classe. O taylorismo foi o primeiro sistema produtivo que tentou a disciplina dos sindicatos de ofício, atacando a resistência e a luta dos operários por autonomia classista. Já Henri Ford e o sistema fordista de produção implicaram em uma assimilação da vida privada do trabalhador, na tentativa de forjar uma personalidade para o trabalho. Segundo Rui Braga (1996, p.13):

“O esquema é brutal na medida do uso da díade coerção-premiação, controle da sexualidade, convivência, disciplina, tudo passa pelo controle da empresa. “Algumas das idéias caras ao neoliberalismo têm aqui sua origem: entre outras possibilidades do sindicato empresa acoplado com a prática da família Ford”.

Conforme o mesmo autor (Idem, p.14), a forma produtiva taylorista-fordista tornou-se um modo de vida, o chamado “American Way of Life”, associado ao patriotismo e ao fervor religioso, e constituiu uma nova ética profissional. Para o trabalhador, significou mais dominação e menos cidadania, pois entrou em um modo de produção adestrador, dificultando sua forma organizativa.

A reestruturação do sistema flexível atinge o trabalho e o trabalhador, por isso uma das exigências atuais é a desconstrução das entidades coletivas de trabalhadores e o trabalho coletivo. Pela tecnologia busca-se ampliar a produtividade do trabalho. As novas tecnologias resolvem o problema da

disciplina do trabalho vivo, transformando-o em trabalho morto. É necessário fazer com que o operário assuma a "camisa" do capitalismo ao assumir a da empresa, e que o veja na sua naturalidade e positividade, isto é, enquanto incentivo ao trabalho autônomo, criando assim o fetiche de que o trabalhador se torna "associado", sem ter que obedecer as chefias.

Conforme Dias (1996b, p. 20), para efetivar essas condições, faz-se necessária a destruição da identidade anterior de classe e das relações de trabalho vigente. Criam-se justificativas teóricas, aproximando-se o que é diferente do capital à barbárie, eliminando-se os direitos trabalhistas da Constituição, reduzindo-se o emprego de tempo integral, promovendo-se terceirizações, generalizações da crise do taylorismo-fordista, enfatizando-se as novas técnicas de gerenciamento japonesas, e exigindo-se a incorporação passiva do trabalhador à ordem. O resultado é um contingente de desempregados rearticulados numa nova forma de trabalho totalmente subordinado ao mercado. Tudo, absolutamente tudo, deve ser mercantilizado, incluindo os serviços do campo social. Para estabelecer o Estado mínimo, é necessário a redução máxima da cidadania do trabalhador e a refundação da cidadania do capitalista, caracterizada pela restrição dos direitos sociais e a elevação do indivíduo como ponto de partida e ponto de chegada, ao velho modo do ideal renascentista.

As estratégias de acumulação passam pela crescente internacionalização dos mercados e da produção. Como resultado imediato, tem lugar uma nova divisão internacional do trabalho, marcada pela oposição entre as indústrias de ponta e as clássicas e pela implementação de um novo conjunto nas relações capital/trabalho, recompondo as relações entre a gerência e o pessoal da produção e aumentando a complexificação dos postos e das funções entre as diferentes unidades produtivas.

Segundo Braga (1995, p.119), a estratégia da revolução passiva das forças produtivas, no sentido da recomposição das bases hegemônicas, tem atingido as mobilizações trabalhadoras, colocando-as na defensiva.

"Tal ofensiva tende a articular transformações no processo de trabalho (combinação das novas tecnologias com base na micro eletrônica) às inovações de caráter organizacional, como é o caso de kan-ban, grandes alterações no mercado de trabalho e mudanças no modo de intervenção do Estado".

No Brasil, de acordo com Alves (1996, p. 31-32), o empresariado tem buscado implantar as novidades da reestruturação do mundo do trabalho. Reforçam o sistema fordista, a permanência do taylorismo e o *Just in Time* taylorizado, com alta rotatividade do trabalho e como estratégia de enfrentamento da crise. Além disso verifica-se um fraco investimento em treinamento; um baixo nível educacional da mão-de-obra empregada; uma estruturação complexa de cargos e salários, voltada para o estímulo da competição entre os trabalhadores; os mais altos diferenciais em salários do mundo no interior em uma mesma empresa; a preconização do trabalho terceirizado; o uso de estratégias anti-sindicais para a introdução da reestruturação produtiva. Resultante disso, em 1993, o Brasil teve os piores índices de produtividade e qualidade. Isso refletiu a forma equivocada da implantação do modelo flexível. O modelo serviu de justificativa à interdição dos direitos sociais básicos, fortalecendo as velhas práticas autoritárias para desempregar sem se preocupar com uma justa medida entre eficiência, direitos sociais e emprego. A proliferação do trabalho precário, constitui-se noutra consequência drástica da agressão brutal ao trabalho assalariado, comprovando a tese do mesmo autor de que o capitalismo, em período de crise cíclica, exige a super-exploração do trabalho assalariado. Essa lógica é intitulada hoje de "flexibilização do trabalho". São flagrantes os regimes de contratação temporária no Brasil, nas colheitas de algodão, café e demais produções agrícolas com o surgimento do trabalhador chamado "bóia-fria"⁵⁸.

Segundo Alves (1996, p. 28), a superação dessas relações passa muito pela possibilidade do controle da sociedade civil, que contemplaria, de um lado, a discussão de um projeto de desenvolvimento nacional comprometido com a

⁵⁸ O Congresso Nacional em 1998 regulamentou de tal forma o mundo do trabalho, que legaliza esse tipo de exploração do trabalho assalariado.

distribuição de renda, riqueza, poder e informação, e, de outro, os aspectos da racionalidade deste projeto nos âmbitos da viabilidade econômica, eficiência e dinamismo. A questão que o autor levanta, refere-se à implementação das inovações tecnológicas com a efetiva incorporação das classes subalternas à cidadania. Isso implicará em reformas urbana, agrária, fiscal e do Estado, a fim de beneficiar a democratização dos bens e da produção do país.

As reformas neoliberais em curso no Brasil são danosas aos interesses da sociedade, na medida em que corroem os interesses democrático-nacionais. Elas seguem em direção à hegemonia da classe dominante, apesar dos argumentos serem postos para justificar o aumento da produtividade. Para Alves (1996, p. 30), o argumento da produtividade é ingênuo e falso, porque as reformas de cunho democrático-popular possuem como finalidade a produtividade e, ao mesmo tempo, a democratização desta. A reforma que está em andamento é o espelho dos interesses internacionais para a acumulação capitalista.

Para Dias (1996b, p. 4-20), pensar a questão do trabalho, no atual momento de mudanças, é pensar as formas de dominação da sociedade civil, a questão da ciência e da técnica, que podem ser formas dominantes de saber, é pensar até que ponto não se estaria tirando a dimensão da luta de classe e deslocando-a para o campo da racionalidade abstrata, ou colocando em campo um novo sujeito histórico. Aceitar as mudanças da sociedade capitalista pela decorrência da revolução técnico-científica é aceitar a neutralidade da técnica e atribuir-lhe poderes de classe. A discussão que Dias quer resgatar é o enfrentamento hegemônico das racionalidades com enfoque nas classes subalternas, mas sem negar a significação das mudanças decorrentes da terceira revolução industrial e sem concordar com o determinismo tecnológico que alia liberalismo econômico, liberalismo político e cientificismo. O avanço dessa revolução industrial é a demonstração de que qualquer bloco histórico se move através de rupturas, trazendo atualizações permanentes e exigindo uma submissão das classes opostas. Para chegar ao máximo de sua produtividade, o capitalismo tem que reduzir ao mínimo a cidadania da classe antagônica. Nesse movimento, uma das grandes dificuldades das classes subalternas está em poder criar uma visão de mundo própria, emergindo da fragmentariedade do senso

comum. A visão fragmentária de mundo permite o envolvimento com a visão do capitalismo, que toma os espaços e imprime sua força de produção e reprodução de si mesma. Os grupos organizados da sociedade civil, sem as referências classistas, tendem lentamente a integrar-se passivamente à ordem, permanecendo prisioneiros das lutas corporativo-econômicas em detrimento da luta pela intervenção política no Estado e nos grupos organizados. Desse modo a grande porção de energia é gasta na manutenção dos salários.

É essa farsa que está escondida por trás das reformas do Estado brasileiro. A contraposição a esse projeto vai passar pela reorganização da sociedade civil, numa perspectiva de ruptura e recriação de um modo democrático que permita a conquista de um novo parâmetro capaz de superar a barbárie das formas mercantis e fetichizadas da ordem do capital.

Fiori (1998, p. 01), tecendo sua crítica ao modelo atual de reestruturação capitalista, comenta que

"a utopia liberal, baseada nos argumentos da liberdade, competitividade e racionalidade, é o último dos mitos modernos. A maneira como tem sido implantada nos Estados nacionais é indício de uma nova forma de totalitarismo e criação de uma cultura autoritária, imposta através de terminologia simples e abstrata, reflexo de um movimento do capital que destrói e constrói novas relações sociais substantivadas no lucro. Fernando Henrique Cardoso tenta levar o país no rumo que considera inexorável e para isso fecha a possibilidade de diálogo com a sociedade civil e com os partidos que lhe são oposição, entrincheirando-se nas velhas oligarquias partidárias, expressão do exercício da política da conservação".

A partir de 1989, temos um novo movimento de retirada dos direitos trabalhistas, impulsionada por fatores como o apoio internacional do capital, a desmobilização interna dos trabalhadores, a vontade política da burguesia liberal em barrar e esfacelar o avanço trabalhista da década anterior, referendado pelos

Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. A sociedade civil não conseguiu “frear” este intento pelo seu distanciamento das bases sindicais ou pelo seu envolvimento em pactos sociais propostos pela classe dominante, preocupada com os fatores corporativistas através das reformas cumulativas, esquecendo de analisar a nova emergência que a classe burguesa fazia na década de 90, tornando os ganhos trabalhistas da década de 80 alvo predileto de ataque. Essas reformas só não aconteceram com Collor porque ele se envolveu na teia de corrupção, e demonstrou despreparo para lidar com a burguesia, o que ocasiona sua queda, mas as condições nacionais e internacionais já estavam postas desde o final da década de 80.

Para Petras (1993, p. 132), *“O Governo Fernando Henrique Cardoso não é contra a intervenção estatal e nem mesmo a favor do mercado. Ele é consistentemente a favor da concentração de capital e do enfraquecimento da porção do trabalhador na renda nacional”*. O discurso, ou neoliberal, ou estatal, funciona de acordo com o processo de acumulação. Se para concentrar é necessário intervenção do Estado, seu discurso é o do intervencionismo, se há necessidade de privatizar e flexibilizar o mercado, o discurso é neoliberal.

A postura deste Governo é profundamente questionada e contestada pelos grupos subalternos da sociedade civil, que ainda acreditam ser possível ganhos no nível de benefícios sociais. Esse pressuposto tem demonstrado ser falso, tanto que o acúmulo de derrotas tem posto os sindicatos em posição defensiva. Hoje um dos únicos movimentos capaz de fazer frente à essa política tem sido o Movimento Sem-Terra. Ele se torna expressão da resistência à onda privatizadora e, devido a essas pressões, tem conseguido algumas conquistas, porém distantes das necessárias.

As mudanças sociais na década de 90 no mundo do trabalho foram intensas e, com a vitória de Fernando Henrique Cardoso em 1998, tendem a ser aprofundadas. Para Petras (1993, p. 133-136), é importante observar o caráter da linguagem utilizada no período dos anos 90. Ela aparece deformada e não dá a conotação de classe social e, em grande parte, ressignifica termos usados pela esquerda. A terminologia foi adequada para amenizar o impacto das reformas. O

termo "Ajuste Estrutural" era usado pela esquerda no sentido de justificar e mudar as relações de concentração de renda. Na visão neoliberal, estrutura significa as instituições de concentração de renda dos trabalhadores, vistas como obstáculos a serem derrubados. Já o termo ajuste refere-se ao processo de intervenção estatal para reduzir o poder de concentração dos trabalhadores. "Flexibilidade do Trabalho" é usada para se contrapor aos direitos trabalhistas, significando a redução do direito sobre o trabalho ao capital, isto é, a rigidez capitalista sobre os direitos do trabalho. "Reforma Econômica" é usada como oposição aos ganhos trabalhistas e expressa a recondução do Estado em função de uma economia concentradora. O termo "Globalização" é novo e expressa a inter-relação dos países em redes econômicas. Trata-se de um conceito utilizado abstratamente pelos ideólogos da globalização, sem substrato histórico ou sociológico, como se tal movimento fosse inexorável. Ele expressa as relações comerciais definidas pelos países detentores do capital, reflete mais especificamente, os interesses de classes nacionais sobre as subalternas de outras nações. Ele traz imbutida a política de expansão imperialista do capital, que conta com a colaboração das elites nacionais.

"Ao analisar as relações de poder político, nós revelamos as forças e relações sociais específicas que criam alternativas para a pretensão globalista imperial em: transformações socialistas e nacionalistas que redefinem relações inter-estado, a troca de mercadorias e os fluxos de capital" (Idem, 136).

Ao esconder as raízes históricas, os capitalistas evitam contra-ataques alternativos às bases de sua produção, geralmente encampados pela sociedade civil, na tentativa de se submeter ao império da economia restritiva do capital. O termo "estabilização" significa a situação geral da economia e aparece como um mecanismo para segurar o avanço dos trabalhadores, criando uma falsa imagem de estabilidade, o que é ilusório na medida em que gera desemprego e este cria novos tipos de subempregos, como o infantil. No geral, essa nova linguagem carrega uma aparência progressista acoplada a um conteúdo reacionário.

Estamos em um terreno que não é definitivo, mas de transição e que depende da capacidade das classes subalternas em sua contra-reação, pois os avanços sempre resultaram de embates de classes e dos compromissos políticos de mudar os quadros históricos.

No entendimento de Dias (1996b, p. 08), *“se gestou uma burocracia mais ou menos profissional de acordo com a autonomia política do conjunto da cidadania ou mais ou menos prisioneira do poder dos dominantes que se sobrepuseram à esfera pública”*. Com a retórica da igualdade para todos, impediu-se que o processo de desigualdade se expressasse no âmbito do direito. Teoricamente, as desigualdades ficaram obscurecidas, criando-se um mito ao redor da cidadania e da democracia para todos. Esse mito é desmentido constantemente pelos resultados capitalistas.

Na compreensão do neoliberalismo, segundo Bianchetti (1997, p. 79), o Estado é o resultado da luta da burguesia para reproduzir a estrutura de funcionamento do modo de produção do capitalismo. Constitui-se nas práticas e nas teorias de que a classe dominante se utiliza para manter o domínio e a busca do consenso sobre as classes sociais. Para o mesmo autor (1997, p. 82), o Estado intervém à medida da necessidade da conservação das relações sociais históricas da sociedade.

“A única intervenção do Estado, que os neoliberais reconhecem como justificada, é aquela que tem por objetivo impedir a intervenção do Estado na economia ou retirá-lo das atividades que, segundo sua interpretação, não correspondam com a sua natureza”.

Neste sentido, a democracia se constitui num problema, na medida em que ameaça os valores sociais considerados naturais e impede o movimento histórico do "mito do mercado livre". Logo, a idéia de Estado é a do Estado mínimo, dentro da percepção da lógica do mercado para a ampliação da iniciativa privada. Daí a necessidade de cortes nas políticas sociais, que podem aumentar as pressões fiscais sobre o capital e impedem o desenvolvimento da livre iniciativa. No entendimento neoliberal, os indivíduos podem satisfazer suas necessidades sem

precisar do auxílio do Estado. A idéia da equidade social é vista no âmbito individual, e as únicas instituições reconhecidas para a amortização das desigualdades sociais são as fundações e instituições caritativas, ou seja, parece ocorrer o fenômeno da retração da possibilidade do Estado ampliado e o retorno ao Estado restrito.

Em síntese, entendemos que a reestruturação no mundo do trabalho revela-se como um processo de revolução passiva. Essa discussão é pertinente para a realidade brasileira, sobretudo no âmbito da discussão da classe trabalhadora. Os novos modelos estruturam-se em cima da expropriação de mais-valia e, dado o contingente de excluídos, a insegurança gera passividade e conformismo, colaboradores certos do consenso neoliberal. A reestruturação do mundo do trabalho vem a reforçar o projeto global para o Brasil, dentro da perspectiva ampla e irrestrita da hegemonia burguesa.

Partindo da distinção estabelecida por Gramsci entre as duas formas possíveis de uma classe tornar-se hegemônica, o transformismo e a hegemonia, podemos dizer que o capital, nessa nova aparência materializada na revolução passiva das forças produtivas, vem acompanhado da retirada das proteções trabalhistas, tais como saúde, segurança, salários mínimos, isto é, do despojamento dos direitos adquiridos no pós-guerra. Constitui-se um novo processo de acumulação em escala mundial, que envolve o Brasil de forma contagiosa, enfraquecendo as organizações sindicais coletivas, facilitando o surgimento dos sindicatos individuais por empresa e impondo um regime de recessão à classe trabalhadora. Essa revolução passiva é a reestruturação produtiva para a recomposição das bases hegemônicas do capitalismo, expressa no duplo movimento da revolução passiva das forças produtivas e do Estado.

Em um balanço da década de 90, percebe-se que o contingente de ganhos para a classe burguesa é bem maior, pela sua capacidade de tecer o seu projeto sob a ótica do discurso modernizador e pela reestruturação empreendida molecularmente no mundo do trabalho. Hoje temos uma nova pauta de discussão imposta pelas reestruturações neoliberais no mundo do trabalho e do Estado, obrigando a sociedade civil a repensar o seu modo de atuação e de estratégias

de intervenção. Inexoravelmente as reformas do Estado são uma contribuição desastrosa para a ampliação do neoliberalismo no país, para a quebra da espinha dorsal da resistência sindical e para a solidificação da cultura da crise.

3.3- A "cultura da crise" como meio de fortalecimento da hegemonia burguesa

A materialização da reforma cultural da burguesia em relação as classes subalternas tem ocorrido através do discurso sobre o fim das ideologias e do fracasso do socialismo, para proporcionar um consenso ativo dos trabalhadores ao seu projeto. E a crise cria condições de recomposição da hegemonia burguesa, a exemplo das alianças PFL e PSDB no Brasil, na determinação das mudanças nas próprias práticas capitalistas. Para Mota (1995, p. 98):

"Sob este prisma, reafirmamos que, em conjuntura de crise econômica, há um terreno fértil para a formação de uma cultura política de corte classista, que pode ser constituidora de hegemonia, pois a crise contém as bases objetivas sob as quais é erigido um conjunto de mediações políticas que podem viabilizar a reestruturação da hegemonia do capital ou criar as condições para colocar a hegemonia em questão e superá-la".

No caso do Brasil, o discurso da crise tem acumulado vantagens para as classes dominantes, na medida em que tem revertido o discurso em favor da reestruturação do Estado e do mercado. Ao mesmo tempo, tem conseguido consenso ativo de grande parcela da população⁵⁹.

⁵⁹ A década de 90 é também reconhecida como a fase do refluxo das organizações sociais combativas. O movimento neoliberal, ao lado do consenso ativo, reformula o Estado e dificulta a possibilidade de diálogo com as velhas expressões, como o sindicalismo urbano. Neste sentido, podemos falar de refluxo. A indicação é outra quando falamos dos movimentos da terra, que mantêm pressão permanente sobre o Governo, forçando-o a fixar uma agenda sobre a questão da terra. Obviamente, nem o sindicalismo nem o Movimento Sem-Terra esgotam a profundidade da sociedade civil, mas constituem-se expressão de focos de resistência, constantemente barrados pelo poder da força hegemônica burguesa. No âmbito de sociedade civil, há uma tendência

Esse discurso engloba questões de origens diferentes num mesmo patamar, como a função do Estado na economia, a queda do projeto socialista, o emprego, a fome, o aumento do *déficit* público, a corrupção, corroborando a negação dos fatores teóricos, políticos e ideológicos que permitiam, às classes subalternas, identificar a raiz dessas questões. Ora, no bojo do discurso da crise, está englobada a indiferença de classe de modo a motivar o sacrifício de todos, a fim de que poucos possam usufruir dessa cultura. Isso tem motivado, nos anos 90, os movimentos de ordem pluriclassistas, principalmente as ONGs, que privilegiam uma ação baseada no conceito de solidariedade, de corte suprapartidário e supra-ideológico, autônomas, unificando as classes ao redor de questões sociais. Essas práticas colocam em discussão a eficácia pública e privada, somando ganhos ao movimento privatista. A isso soma-se a crescente consciência de conformismo social gerada por essa cultura, que generaliza e universaliza os interesses de uma classe. Essas expressões não podem ser confundidas com a totalidade da sociedade civil, mas uma parte dela que se articula junto às propostas do Estado.

Segundo Dias (1991, p. 5), a cultura da crise tem seu eixo temático na unificação das classes ao totalizá-las na mesma crise:

“A cultura da crise tem um papel na hegemonia do capital e no consentimento das classes subalternas na medida que elabora uma visão de mundo socializadora da crise, conseguindo estruturar campos de luta, formar frentes consensuais de intervenção e construir espaços de alianças”.

O que está em jogo é a gestação do plano neoliberal, ideologizado por um discurso de crise e a formação de uma vontade coletiva conformista por parte da sociedade civil. Ora, o objetivo é criar um conformismo social ao redor dos interesses da classe burguesa. Para Badaloni (1991, p. 109), a cultura da crise

acentuada ao consenso ativo, demonstrado como controle político e ideológico, tendo como assessora a imprensa, a intelectual orgânica das massas, se assim podemos qualificá-la.

procura unir os trabalhadores em uma luta que não é deles para salvar os interesses do capital, utilizando-se de uma identidade construída ao redor da socialização dos prejuízos da crise. Neste aspecto, as classes dominantes procuraram capitalizar as perdas dos trabalhadores para justificar a adesão ao projeto de modernização, ampliando assim a fragmentação das organizações da sociedade civil.

“Trata-se de um movimento molecular, isto é, aqueles que envolvem os indivíduos e os grupos modificando-os insensivelmente, no curso do tempo, de modo tal que o quadro de conjunto se modifica sem a aparente participação consciente dos atores sociais” (Idem).

O instrumento dessa cultura está na gênese do interesse da vontade corporativa, tanto dos grupos de trabalhadores organizados nos grandes sindicatos, como dos empresários. Os exemplos mais nítidos foram as câmaras setoriais do início da década de 90, agrupando os trabalhadores ao redor de temas estritamente corporativos, desqualificando os interesses de organização coletiva nacional.

Isso nos remete a Gramsci, para diferenciar o caráter entre vontade coletiva e corporativa. Vontade corporativa é qualificada por Gramsci, segundo Perry Anderson (1996, p. 18), como a unidade de determinada classe ao redor de interesses imediatos. Já a vontade coletiva é conceituada *“como a consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo (...) no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna”*.

Conforme Mota (1995, p. 112), o ataque feito pelo projeto neoliberal à classe trabalhadora pretende a desestruturação da visão coletiva em função da corporativa, como um primeiro momento das bases da hegemonia burguesa no Brasil, compreendendo-se dentro da perspectiva de uma reforma intelectual e moral, onde os passos são feitos molecularmente. *“A hegemonia do econômico*

sobrepõe-se aos ideários políticos e os massacra. Na verdade, impõe-se no capital recompor o trabalhador coletivo, não apenas no processo técnico, mas também no processo político cultural”.

É necessário reformular o domínio do capital sobre o trabalho, na desvalorização deste último, assim em condição de expropriadora dos direitos trabalhistas, a classe dominante consegue o consenso das classes subalterna. Segundo Marx (1981, p. 75), impõem-se a necessidade de uma resistência estratégica do trabalhador para evitar maior degradação, uma vez que *“o capital se não lhe erguem obstáculos, procura sempre, implacavelmente e sem piedade, reduzir toda a classe operária a esse nível de mais baixa degradação”.*

Gramsci (1989a, p. 90-91) também fala da necessidade da destruição das bases de sustentação da lógica do capitalismo para a construção de uma nova lógica social. Faz parte da nova criação mostrar como a velha cultura é ideologia política, instrumento de construção prática. O ataque à velha ideologia pelos intelectuais pode desembocar no processo de degeneração dessa cultura, na medida em que se chega ao senso comum, resumo popular da cultura, para romper com os laços das superestruturas. Ao romper com a base do consenso, criam-se as condições materiais para um futuro desenvolvimento de um novo modelo cultural.

É na sociedade civil, de acordo com Coutinho (1985, p. 61), que se travam as lutas de classe em função da hegemonia que é constituída pela rede complexa dos elementos ideológicos, em função dos quais a classe dominante exerce a sua direção intelectual e moral sobre a sociedade. *“No âmbito da sociedade civil as classes buscam ganhar aliados para os seus projetos através da direção e do consenso”.* Ora, isso só ocorre através de uma mudança na cosmovisão e da elevação da “cultura das massas”, chamada por Gramsci de reforma intelectual e moral (Gramsci, 1989b, p. 36). Ela tem seu ponto de partida na crítica ao senso comum, criado pela classe dominante, superando-o em função de uma visão de mundo unitária, não como elaboração individual, mas como uma luta cultural para transformar a mentalidade popular, portanto histórica e socialmente universal, e proporcionar a criação de um novo senso comum, uma nova filosofia, que

penetre no ideário popular com a mesma força e solidez que as crenças burguesas que estão em jogo.

A filosofia como cosmovisão, para Gramsci (1989b, p. 43), tem uma função importante quando consegue difundir-se popularmente, trazendo eficiência prática. A filosofia é a expressão de uma sociedade na medida em que cria práticas, enquanto cria consenso ao redor de sua perspectiva, através dos aparelhos privados de hegemonia, numa dimensão dialética, de relação entre intelectuais e massas (Idem, p.18). O movimento filosófico só é histórico enquanto mantém uma relação com os "simples", a fonte dos problemas que deveriam ser resolvidos, depurando-se dos elementos intelectualistas de natureza individual. Portanto, a filosofia da *práxis* é colocada como a filosofia a ser tornada senso comum, rompendo com a visão de folclore e da religião, tornando-se uma visão de massa capaz de elevar culturalmente as classes subalternas. Assim, toda ação histórica organizada será em vão se não construir uma reforma intelectual e moral.

Logo, uma questão que se impõe à sociedade civil refere-se à capacidade de ler o seu processo histórico com um ferramental próprio, no sentido de ir criando uma cultura ao redor do novo referencial. O referencial que consideramos mais estratégico é o gramsciano, pela sua capacidade de análise das classes sociais enquanto elemento de sustentação de uma proposta de "baixo", configurando uma trajetória de esforços na busca de uma representação da vontade coletiva nacional⁶⁰. A linguagem também é um elemento necessário de mudanças a fim de ser instrumento na disseminação da nova cultura, como fala Gramsci (1989b, p. 170):

“na realidade toda corrente cultural cria uma linguagem sua, isto é, participa no desenvolvimento geral de uma determinada língua, introduzindo termos novos, enriquecendo com conteúdos novos termos já usados, criando metáforas, servindo-se de nomes

⁶⁰ Não absolutizamos a leitura gramsciana como a única capaz de dar conta da situação atual, porém tratamos dela como uma leitura fundamental, sem a qual uma análise não será tão abrangente quanto a questão de estratégia revolucionária e na compreensão de Estado Ampliado.

históricos para facilitar a compreensão e o juízo sobre determinadas situações políticas”.

A linguagem mais adequada para a criação de uma cultura contra-hegemônica é aquela que expressa o movimento essencial do capitalismo e desmistifica o seu fetiche. Gramsci inova a linguagem marxista no momento em que amplia o seu estudo da superestrutura e faz perceber que o cidadão é também parte do Estado, enquanto partícipe das classes subalternas. Entender a linguagem gramsciana é compreender o papel histórico das classes sociais na construção do Estado.

4.0- CONSIDERAÇÕES FINAIS: ATUALIDADE DE GRAMSCI NO FINAL DO SÉCULO XX

Fazendo um balanço da década de 90, confirma-se que os ganhos da classe dominante foram superiores aos das classes subalternas, reflexo de sua capacidade de articular-se ao redor do mito liberal. Com a vitória de Fernando Henrique Cardoso no pleito de 1998, consolida-se a ampliação das reformas na Previdência, na Administração e na Educação. Isto significa a continuidade da revolução passiva, em forma de 'renovação', isto é, pelas reformas que depõem contra a ampliação da cidadania, da democracia, da equidade social, da educação e da saúde, ou seja, do pagamento da imensa dívida social para com a maioria da população brasileira.

O quadro hegemônico colocado hoje a nível nacional como reflexo da conjuntura internacional, faz nos voltar novamente a Gramsci. Compreender este momento não é uma tarefa fácil, e mais complicado ainda é estabelecer soluções. A ênfase de Gramsci na superestrutura como estratégia de busca da hegemonia, constitui-se a análise mais atual e a saída viável para a sociedade civil.

De acordo com Ricardo Antunes⁶⁰ (1995. p. 141-142), vive-se em uma época de muitas mistificações. As consciências de milhões de pessoas são diariamente atingidas por valores, concepções, ideários moldados com o objetivo de se mascarar o real. Duas mistificações são mais agudas: a primeira, refere-se à morte do socialismo, a partir da queda do leste europeu e da dissolução da URSS; a segunda, coloca a crença da vitória do capitalismo como possibilidade eterna, devido à queda do socialismo.

Essas duas crenças, associadas à da "inexorabilidade" da globalização, precisam de uma análise crítica que possibilite perceber com clareza os

⁶⁰ Vamos usar a reflexão de Antunes no presente por considerá-la capaz de expressar uma análise atual.

equivocos envolvidos em cada uma delas. O caso da revolução Russa é a expressão do fim de um tipo de tentativa que nasceu em 1917 e aos poucos foi tomando um caráter histórico capitalista ao sucumbir lentamente às pressões do sistema opositor. Apesar dos traços internos anticapitalistas, como a ausência da propriedade privada, do lucro e de mais-valia, acumulados privadamente, a lógica da mundialização do capital tornou-se hegemônica a partir de 1989, constituindo-se campo de expansão do capital. O leste europeu também não contava com uma alta tecnologia, sua divisão de trabalho era apenas parcial, e, por último, havia dependência financeira do capital internacional. Apesar do rompimento interno com a lógica do capital, não conseguiram fazê-lo externamente. De modo que as forças produtivas fracas e o tempo foram aliados na queda desses países, que constituíram-se híbridos, por não chegarem a ser totalmente socialistas, confirmando a máxima de Marx sobre a necessidade da expansão socialista no nível universal e a impossibilidade do comunismo local.

O que houve foi a falência de um tipo de transição socialista que infelizmente teve incorporada a si o stalinismo radicalizado, um socialismo ditatorial. Além disso, a revolução Russa ocorreu em desacordo com as previsões de Marx. Segundo ele, o socialismo deveria ocorrer em países que houvessem desenvolvido plenamente o capitalismo, o que permitiria melhores condições para esta passagem. Ao contrário, ocorreu na Rússia, onde o estágio de desenvolvimento era pré-capitalista. Esse fato também vai motivar Gramsci a referir-se a ela como a contra-revolução. De outro lado, a impossibilidade dela ocorrer para o ocidente fez com que seu desenvolvimento ocorresse no leste europeu.

De outro lado, apregoar a vitória do capitalismo implica em manipulação ideológica, porque não revela o real conjunto de relações do capitalismo internacional. Hoje temos os países do Terceiro Mundo e os países do leste europeu, considerados perdedores no sistema econômico internacional, e a Europa, os EUA e o Japão como observadores. Porém, de acordo com Antunes, o movimento do capitalismo tem mostrado sua "face" autodestrutiva através das conseqüências nefastas na criação do contingente de excluídos, tanto nos países do Terceiro Mundo quanto nos do primeiro. O desmonte de parques produtivos,

devido ao grande desenvolvimento tecnológico do Japão e da Alemanha, é o exemplo lúcido da competição destrutiva e das milionárias contas envolvidas para imporem seus produtos no mercado internacional. Para Antunes (1995, p. 143):

"Desse modo, alguns países capitalistas avançados tendem a impor à humanidade o mais perverso tipo de existência imediatista, totalmente destituída de qualquer justificativa em relação com as limitações das forças produtivas e das potencialidades da humanidade, acumuladas no curso da história. O capitalismo e sua lógica de expansão não coadunam com os princípios do limite e controle, conflituando para o extremo da auto-reprodução destrutiva, onde o valor de uso é subordinado ao valor de troca. Ora, essa lógica até agora tem marginalizado regiões inteiras do sistema de produção como é o caso de determinadas regiões africanas, e ameaça chegar ao centro do capital. Os indícios são evidentes na Europa e EUA, o que pode indicar um período de crise nestes países devido à intransigência interna do próprio capital em ver o valor se tornando mais valor".

O Japão e a Alemanha, ao lado da própria Inglaterra, já sentem os custos sociais e financeiros neste final de século. As cifras de desempregados aumentam assustadoramente e as indústrias reforçam o seu lucro com a extirpação dos direitos trabalhistas adquiridos.

A tendência, de acordo com Antunes, parece ser a deterioração da economia do centro do capital, que apesar disso continua apregoando a vitória do capitalismo, o que é, sem dúvida, manipulação da realidade.

Este final de século se encerrará sob crises, especialmente a crise do capitalismo tardio, o que nos remete a profundas reflexões sobre a teoria marxista, e especialmente sobre a gramsciana, que podem ajudar na percepção de saídas mais coletivas, numa perspectiva de classes sociais, com valores superiores aos do capitalismo, do mercado e do lucro.

O socialismo permanece como um objetivo que aponta para uma saída, ao lado da contribuição da tradição marxista deste século e do século passado. E Gramsci, como parte desta tradição, consegue com sua teoria apresentar várias possibilidades de análise e de caminhos. Conforme Simionatto (1995, p.253),

"sua idéia de revolução tomou uma forte conformação por todos os continentes, sua reflexão radical sobre o capitalismo, o poder político, a opressão. Ao elaborar sua estratégia revolucionária para o ocidente, estava preocupado na preparação da classe trabalhadora para enfrentar as novas exigências históricas e encaminhar uma nova estratégia política. Para ele, a classe trabalhadora precisava distanciar-se dos horizontes ideológicos do capitalismo e, enquanto classe, construir um projeto diferenciado daquele inscrito pela ordem burguesa, desenvolvendo suas potencialidades para encaminhar uma nova forma de civilização".

A realidade atual é diferente daquela vivida por Gramsci, o que implica em sua utilização como um método de análise, bem como a tradição marxista, com os 'olhos' atentos à realidade atual e sua organicidade. Gramsci (1977, p. 1292) fez isso muito bem, e deixou seus escritos como prova dessa determinação: *"é preciso voltar brutalmente para o presente tal como é, se se quer transformá-lo"*. Um voltar-se em profundidade ao real, sem se perder nas crises conjunturais, mas centrar-se no conjunto orgânico que move o real.

A questão está em não se perder a perspectiva da totalidade, o que garante uma visão mais segura e com menor probabilidade de lacunas. Ler Gramsci numa perspectiva fragmentária significa empobrecer sua obra, além de correr o risco de colocar na sua "boca" o que ele não disse.

Por ocasião da comemoração dos 150 anos do *"Manifesto Comunista"* (1848)⁶¹, tivemos várias escritos que retrabalharam a sua importância, significado atual e limites. Entre eles está o artigo de Coutinho (1997) em *"Grandezas e*

⁶¹ Cf. Coutinho, 1997 e 1998.

Limites do Manifesto , que se adapta perfeitamente à reflexão que procedemos. Ele inicia apresentando o bloco do materialismo histórico na *"Ideologia Alemã"* (1845); *"Teses contra Feurbach"* e *"Miséria da Filosofia"* (1847) e a sua teoria política, que contém a teoria do Estado e da revolução. Entre outros elementos, traz as percepções profundas do marxismo na captação da essência do movimento capitalista e as projeções sobre a modernidade, como é o caso da globalização na interação dos países por interdependência econômica e cultural. Mostra a atualidade do Manifesto quanto a esses aspectos, que só viriam a ser concretizados hoje, e também na indicação dos sujeitos capazes de efetuar essa superação: o proletariado, enquanto detentores do trabalho, a única força capaz de produzir riqueza, e também os possíveis concretizadores da superação capitalista.

Com a mesma justeza, Coutinho fez apontamentos lúcidos dos limites da percepção do Manifesto. Eles se dão em sua concepção de Estado, luta de classes e revolução. O Estado foi visto como o comitê da organização burguesa, a luta de classes numa percepção bipolar, e a revolução como guerra permanente, com o desfecho numa virada violenta para o poder dos proletários. Essas concepções, para Coutinho, não podem ser lidas "ao pé da letra", mas dentro do contexto histórico em que elas se situam. Em outros textos, como no *"18 Brumário"* (1851) e nos prefácios das novas edições, Engels e Marx modificam a visão de Estado, compreendendo melhor as novas circunstâncias e o aparecimento de organizações entre a dimensão política e a econômica. Mas é somente com os *"Quaderni"* de Gramsci que há a emergência de uma nova teoria do Estado. Obviamente, Gramsci havia experienciado o conjunto das formações sindicais e outras instituições que qualificam a sociedade civil, permitindo que ele inaugure essa nova visão sem romper com o caráter essencial do método marxista. Neste ponto residia sua atualidade, na sua capacidade de ser metodologicamente dialético ou de fazer o "Aufhebung" de Hegel, num processo de conservação-superção. A um *aufhebung* no âmbito da relação entre Gramsci e Lênin, apesar da tendência de se enclausurar Gramsci na realidade italiana, atrelando-o à perspectiva do marxismo-leninista. Na relação dialética entre Gramsci e Lênin, privilegiava-se unilateralmente o momento da conservação, em detrimento aos acréscimos que Gramsci trouxe ao pensamento de Lênin. Dias

(1996a, p. 105), ao levantar o problema das leituras lineares das obras de Marx, Lênin e Gramsci, líquida com a historicidade e as contradições pertinentes a cada situação histórica vivida pelos autores e seu caráter dialético, cristalizando as verdades como dogmas religiosos. *"Lê-lo hoje, significa tomá-lo como fonte de problematização sem preocupar-se com os estatutos de verdade"* (Idem, p.12).

A leitura de Gramsci pode ser feita para impulsionar novos processos teóricos e abordar novas conjunturas. Seus conceitos servem como impulsionadores da democracia e do socialismo em tempos de negação da possibilidade de superação do liberalismo.

Enfim, o corpo teórico gramsciano constitui-se num baluarte imprescindível como instrumento de análise na elaboração de uma nova moral e de uma nova cultura. Assim, afirma Lossurdo (1998, p. 01):

"Gramsci mostra claramente ter recolhido o tesouro da lição de Hegel e de Marx: filosofar significa pensar conceitualmente o próprio tempo, elaborar um pensamento e um projeto de emancipação, significa traçar um balanço histórico dos movimentos de emancipação que apareceram e se desenvolveram contritamente".

E Atilio Boron (1996, p, 185-196) procura lançar algumas questões na tentativa de refletir o tempo atual, marcado pela hegemonia neoliberal, a partir da perspectiva crítica do marxismo. Em primeiro plano, desmistifica a idéia de que o capitalismo tem potencial ao triunfo definitivo, mas considera o seu irracionalismo insuperável, por isso a realização da democracia tem impossibilidade momentânea. A democracia é questionada dentro de uma razão profundamente histórica: teoricamente, ela pode impossibilitar a expropriação indefinida de mais-valia. No processo da construção da democracia, Boron aponta o valor privilegiado da análise gramsciana, como a primeira na linha marxista que estabelece estratégias políticas de 'longa duração', através do conjunto de suas categorias.

Reafirmar Gramsci significa fortalecer os projetos sociais que negam a ideologia dominante, construindo a liberdade e a autonomia dentro da lógica democrática. Essa lógica, segundo Anderson (1996, p. 197-198), implica em três atitudes, que deverão estar como conteúdo programático do projeto contra-hegemônico.

"Não ter nenhum medo de estar absolutamente contra a corrente política do nosso tempo (...) Não transgredir em idéias, não aceitar nenhuma diluição de princípios (...) Não aceitar nenhuma instituição estabelecida como imutável".

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Maria Helena Moreira (1985). *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes.
- ALVES, Giovanni (1996). Ofensiva neoliberal, toyotismo e fragmentação da classe. In: *Universidade e Sociedade*, São Paulo: Editora da ANDES, nº 10, janeiro, pp. 25-33.
- ANDERSON, Pierry (1996). "Balanço do neoliberalismo". In: *Pós-neoliberalismo - as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 09-38.
- _____. "Além do neoliberalismo". In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 197-202.
- ANTUNES, Ricardo (1995). *Adeus ao trabalho?*. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP.
- ARRUDA, Antonio de (1983). *A Escola Superior de Guerra*. São Paulo: GRD.
- ARRUDA, Edmundo Lima (Org.) et al. (1995). *Gramsci: Estado Direito e Sociedade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas/CPGE/UFSC.
- AZEREDO, Eduardo (1998). "União pelas reformas". *Folha de São Paulo*, Cadernos tendência e debates, 27 de abril, p. 01
- BADALONI, Nicola (1987). "Gramsci: a filosofia da práxis como previsão". In: *História do Marxismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol. 10, pp. 13-121.
- _____. (1991). "Liberdade individual e homem coletivo em Antônio Gramsci". In: *Política e história em Gramsci*. Tradução Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 11-69.
- BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO Y FOMENTO - BANCO MUNDIAL (1994). *La enseñanza superior*. Washington: IST.

BATISTA, Paulo Nogueira (1996). "O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina". *Estudos Avançados*, São Paulo, nº 28, set./dez, pp. 129-200.

_____ (1994). *O Consenso de Washington*. São Paulo: Paz e Terra.

BAVA, Silvio Caccia e PONTES Lúcia (1996). "As ONGs e as políticas públicas na construção do Estado democrático". *Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, nº4, pp. 133-143.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga (1993). "Prefácio". In: *Desajuste Global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 13-20.

BIANCHETTI, Roberto (1997). *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez.

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega (1991). *Do Movimento Social à Escola Sindical: A Trajetória da Educação de Classe dos Trabalhadores Rurais do Rio Tijuca e Itajaí-açú - Santa Catarina*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1991.

_____ (1997). "LDB: do processo de construção democrática à aprovação antidemocrática". In: *Universidade e Sociedade*. São Paulo: Editora da ANDES, nº 12, fevereiro, pp.162-164.

BORON, Atílio (1996). "A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal". In: *Pós-neoliberalismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 81-88.

_____. "A trama do neoliberalismo". In: *Pós-neoliberalismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 139-180.

_____. "O Pós-neoliberalismo é uma etapa em construção". In: *Pós-neoliberalismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 185 -196.

BRAGA, Ruy (1995). "As lutas de classes, reestruturação produtiva e hegemonia". In: *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. 1ª ed. São Paulo: Xamã.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine (1977). *Política e História em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Vol. I.

_____. (1980). *Gramsci e o Estado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra. Vol. 39.

BULHÕES, Maria da Graça (1992). "Sindicalismo e democracia no Brasil". In: *Tendência e Debate*. São Paulo: Instituto Astrogildo Pereira. nº 24, pp. 46-50.

- CALADO, Alder Júlio Ferreira (1997). "Desafios dos movimentos sociais populares e sindical frente à atual conjuntura. In: *Universidade e Sociedade*. São Paulo: Editora da ANDES, nº 12, fevereiro, pp. 74-79.
- CARDOSO, Franci Gomes (1995). *Organização das Classes Subalternas: um desafio para o serviço social*. São Paulo: Cortez.
- COUTINHO, Carlos Nelson (1984). *Democracia como Valor Universal e outros ensaios*. 2ª ed. ampliada. Rio de Janeiro: Salamandra.
- _____ (1984). *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez.
- _____ (1985). *A dualidade de poderes: introdução a teoria marxista de estado e revolução*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1989). *Gramsci: Um Estudo Sobre o seu Pensamento*. Rio de Janeiro: Campus.
- _____ (org.) (1993). "As Categorias de Gramsci no Brasil". In: *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Campus, pp. 103-128.
- _____ (1994). *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez.
- _____ (1997). Grandezas e limites do manifesto comunista. In: *Teoria e Debate*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, nº 36, out/nov/dez, pp. 38-41.
- _____ (1998). "O Lugar do Manifesto na evolução da teoria política marxista". In: *O Manifesto Comunista: 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto, pp. 43-66.
- DEL PINO, Mauro A. B. (1996). "Neoliberalismo, crise e educação". In: *Universidade e Sociedade*. São Paulo: Editora da ANDES, nº 8, Janeiro, pp. 75-89.
- "FHC reconhece 'poder invisível'". *Diário Catarinense*. Seção Política, Florianópolis, 01 de fevereiro de 1998.
- DIAS, Edmundo Fernandes (1987). *Democracia operária*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- _____ (1991). *Conselhos, Sindicatos, Democracia*. In: *Universidade e Sociedade*. São Paulo: Editora da ANDES, nº 7, set/nov, pp. 18-36.

- _____ (1995). "Projeto democrático-popular". In: *Universidade e Sociedade*. São Paulo: Editora da ANDES, nº8, Fevereiro, pp. 5-10.
- _____ (1996a). *O Outro Gramsci*. São Paulo: Xamã.
- _____ (1996b). "Capital e trabalho: a nova dominação". In: *Universidade e Sociedade*. São Paulo: Editora da ANDES, nº 10, pp. 4-24.
- DINIZ, Eli (1995). *Crise, Reforma do Estado e Governabilidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- _____ (1996). "Em Busca de um novo paradigma à reforma do Estado no Brasil dos anos 90". In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez. nº 50, abril, pp. 13-43
- DREIFUSS, René (1989). *O jogo da direita*. Petrópolis: Vozes.
- FELICE, Franco de. "Revolução Passiva, Fascismo, Americanismo em Gramsci". In: *Política e História em Gramsci*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 117-148.
- FERNANDES, Florestan (1975). *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____ (1986). *Nova República?*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____ (1989). *A constituição inacabada: vias históricas e significado político*. São Paulo: Estação Liberdade.
- FINELLI, Roberto (1992). "Gramsci, Marx e o pós-moderno". In: *Tendência e Debate*. São Paulo: Instituto Astrogildo Pereira, nº 24, pp. 37-42.
- FIORI, José Luís (1995). "O papel é decorativo". *Veja*, Caderno tendência e debate. São Paulo, 06 de setembro, pp. 7-10.
- _____ (1998). Utopia liberal chega a sua fase totalitária, diz Fiori. *Folha de São Paulo*, Cadernos tendência e debate, 15 de abril, pp. 01.
- _____ e TAVARES, Maria da Conceição (1993). *Desajuste Global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREITAG, Bárbara (1979). *Escola, Estado e Sociedade*. 3ª ed. São Paulo: Cortez & Moraes.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (1984). *A Produtividade da Escola Improdutiva*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.

- _____ (1991). "O Contexto Sócio-econômico brasileiro e a Educação nas décadas de 70/90". In: *Contexto e Educação*. Universidade de Ijuí-Rs. Nº24, out/dez. pp. 43-57.
- _____ (1995). *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez.
- GENRO, Tarso (1998). "Três políticas". *Folha de São Paulo*. Seção opinião, 01 de março, pp. 03.
- GOHN, Maria da Glória (1997). *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.
- GORENDER, Jacob (1995). "Estratégias dos Estados Nacionais diante do processo de globalização". *Estudos Avançados*, São Paulo, nº25, set/dez pp. 93-120.
- GRAMSCI, Antonio (1977). *Os Quaderni do Cárcere*. 2ª ed. Roma: Einaudi.
- _____ (1978a). *Concepção Dialética da História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1978b). *Obras escolhidas*. Tradução de Manuel Cruz, revisão de Nei da Rocha Cunha. São Paulo: Martins Fontes.
- _____ (1978c). *Política e História em Gramsci*. Edição revisada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1989a). *Maquiavel a Política e o Estado Moderno*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1989b). *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1986). *Literatura e Vida Nacional*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1990). *Gramsci: sobre poder política e partido*. Revisão e Tradução de Emir Sader e Gilberto D'Angelo Braz. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1987). *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GROS, Denise Barbosa (1993). "Liberalismo, Empresariado e Ação Política na Nova República". In: *Empresários & Modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis: Editora da UFSC, pp. 135-153.
- GRUPPI, Luciano (1978). *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal.

- HELD, David (1995). "Democracia e Globalização". In: *Novos Rumos*. São Paulo: Instituto Astrogildo Pereira, nº 23, pp. 5-8.
- IANNI, Otávio (1981). *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1989). *Estado e Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1994). *O ciclo da revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1995). *A sociedade global*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1996). *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LOSSURDO, Domênico (1998). "Com Gramsci, para além de Marx e de Gramsci". Artigo proferido . Florianópolis. Outubro, 10 ps.
- KECK, Margaret (1986). "O 'Novo Sindicalismo' na transição brasileira". In: *Democratizando o Brasil*. São Paulo: Ática, pp. 384-400.
- _____ (1991). *PT, a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática.
- KUCINSKI, Bernardo (1982). "Abertura , a história de uma crise". In: *Tendência e Debates*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, abr/maio, pp. 34-42.
- LOUREIRO, Isabel Maria (1996). "Marxismo, Democracia e Revolução". In: *Novos Rumos*. São Paulo: Instituto Astrogildo Pereira. nº 23, set/out/nov, pp. 32-35.
- MACIEL, Osvaldo de Oliveira (1981). "Trabalhando a luta, construindo a história". In: *Universidade e sociedade*. São Paulo: Editora da ANDES, nº 1, fev, p. 05-17.
- MANACORDA, Mário (1990). *O Princípio Educativo em Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- MAQUIAVEL, Nicola (1973). *O Príncipe e escritos políticos*. São Paulo: abril cultural.
- MARTINS, Sérgio (1997). "Notas e reflexões sobre a universidade de privatizações". In: *Universidade e Sociedade*. São Paulo: Editora da ANDES, nº 10, 13 de julho, p. 108-116.
- MARX, Karl (1981). *O Capital*. São Paulo: Abril cultural. Vol. 1.
- _____, ENGELS Frederich (1996). *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória. Vol 1.

- _____ (1956). *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória. Vol 1.
- MELLO, Alex Fiúza de Mello (1996). *Mundialização e Política em Gramsci*. São Paulo: Cortez.
- MOISÉS Álvaro *et al.* (1995). *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: CEDEC.
- MOTA, Ana Elizabete (1995). *Cultura da Crise e Seguridade Social*. São Paulo: Cortez.
- NAVARRO, Ignez Pinto e NADER, Alexandre Antonio Gili (1997). "Movimentos universitários: dilemas e perspectivas". *Universidade e Sociedade*. São Paulo: Editora da ANDES, nº 11, 13 de julho, pp. 65-74.
- NETTO, José Paulo (1991). "Crise do marxismo e a atualidade da teoria marxista". *Teoria e Debate*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 17.
- _____ (1993). *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. São Paulo: Cortez.
- _____ (1996). "Transformações societárias e Serviço Social". In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº50, p. 97-107.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (1995). "Democracia, política, governabilidade e representação". *Revista Liberalismo e Socialismo*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, pp. 163-182.
- _____ (1997). "Gramsci a questão democrática e a esquerda no Brasil". In: *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993, pp. 129-152.
- NOVOS RUMOS (1994). São Paulo: Instituto Astrogildo Pereira, nº 22.
- OLIVEIRA, Betty Antunes (1980). *O Estado Autoritário brasileiro e o ensino superior*. São Paulo: Cortez.
- OLIVEIRA, Eliezer (1978). *As forças armadas : políticas e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes.
- _____ (1986). *Os Militares e Abertura à Nova República*. São Paulo: Paz e Terra.
- OLIVEIRA, Francisco (1996). "Neoliberalismo à brasileira". In: *Pós-neoliberalismo*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra. pp. 24-34.
- _____ (1998). *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes.

- ONOFRE, José.(1996). "Política e pacote I". In: *Nova República: um balanço*. São Paulo: I&LM.
- PATÚ, Gustavo (1998). "Estado cresce, apesar do 'neoliberalismo'". *Folha de São Paulo*, Seção economia, p. 01, 13 de abril.
- PAULA, João Antonio de (1997). "Do taylorismo-fordista à reestruturação produtiva, qualificações e relações de trabalho". In: *Práxis*. Belo Horizonte: Ed. Projeto Joaquim de Oliveira. pp. 5-30.
- PEREIRA, Luiz C. Bresser (1997a). *Plano da reforma do Estado*. Brasília: MARE.
- _____ (1997b). *Exposição no senado sobre a reforma da administração pública*. Brasília: MARE.
- PETRAS, James (1993). *Ensaio contra a ordem*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo e Claudia Schillin. São Paulo: Página Aberta.
- _____ (1996). "Brasil: a retirada dos direitos sociais e trabalhistas. In: *Ciências Humanas*. Florianópolis: Editora da UFSC, nº14, Outubro, pp. 126-136.
- _____ (1997). "Os Fundamentos do neoliberalismo". In: *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã.
- PINTO, Ricardo Guedes Ferreira (1992). "As eleições de 1994 e a polêmica sobre o novo governo". In: *Novos Rumos*. São Paulo: Instituto Astrogildo Pereira, nº 24, pp. 43-45.
- PORTELA, Fernando (1986). *A Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global.
- PORTELLI, Hugues (1977). *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PRÁXIS (1998). Belo Horizonte-MG: Ed. Projeto Joaquim de Oliveira, nº 10, out97-fev98.
- PRESENÇA (1991). *Revista de Política e Cultura*, nº17, nov.
- RAMPINELLI Waldir José e OURIQUES, Nildo Domingos (1997)(orgs.). *No Fio da Navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã.
- REIS, Fábio Wanderley (1998). "As Reformas e Mandato". *Folha de São Paulo*. Teoria e Debate, 29 de março pp. 01.
- REVISTA VEJA (1993). *A onda contra a fome*. 15 de setembro, pp. 18-21
- REVISTA VEJA (1995). *Derrotados e quebrados*. 07 de junho, pp. 38-40.
- REVISTA VEJA (1997). *Leilão da Pesada*. *Economia e Negócios*. Nº 17, 30 de abril, pp. 100-114.

- ROUQUIÉ, Alain (1984). *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-omega.
- SADER Emir (1992). "Fernando Collor: un caso de neoliberalismo frustrado". In: *América Libre*, nº 2, pp. 75-78.
- _____ (1993) *A Transição no Brasil: da ditadura à democracia?*. 4ª ed. São Paulo: Atual.
- _____ (1995). *O anjo torto: esquerda e direita no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ e GENTILLI, Pablo (orgs.) (1996). *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1997) *O poder, cadê o poder? Ensaio para uma nova esquerda*. São Paulo: Boitempo.
- _____ (1998). "A esquerda brasileira frente ao Estado". In: *Desorganizando o consenso*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo Petrópolis: Vozes, pp. 131-148
- SCHLESENER, Anita Helena. *Hegemonia e Cultura: Gramsci*. Curitiba: Ed. UFPR. [s. d.].
- SILVA, Tomaz Tadeu (1996). "O projeto educacional da 'nova' direita e a retórica da qualidade total". In: *Universidade e Sociedade*. São Paulo: Editora da ANDES, nº 10, Janeiro, pp. 82-89,.
- SIMIONATTO, Ivete (1995). *Gramsci e sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. Florianópolis: Cortez.
- _____ (1997). "Do oriente ao ocidente: a teoria do Estado ampliado". In: *Gramsci, Estado direito e sociedade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- SKIDMORE, Thomas (1989). *Brasil de Castelo a Tancredo - 1964-1985*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SOUZA, Fernando Pontes de (1997). "Relações de trabalho sob a 'aliança do real'". In: *No fio da navalha*. Florianópolis: Xamã, pp.137-163.
- TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis (1993). *Desajuste Global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- STEPAN, Alfred (1975). *Os militares na política*. São Paulo: Arte Nova.
- _____ (1986). *Os militares da abertura à Nova República*. São Paulo: Paz e Terra.

- TEORIA E DEBATE (1997). São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Out/nov/dez. 80 ps.
- TOLEDO, Roberto Pompeu (1997). "Gênese da exclusão". *Veja*. São Paulo, 11 de março. pp. 9-11
- TUMOLO, Paulo Sérgio (1997). "Gramsci, a Educação e o Brasil, notas para uma reflexão crítica". *Universidade e sociedade*. São Paulo: Editora da ANDES, nº 12, Fevereiro, pp. 91-98.
- VIANNA, Luiz Werneck (1991) . *De um plano Collor a outro*. Rio de Janeiro: Revan.
- WEFFORT, Francisco (1986). *Por que Democracia?*. São Paulo: Brasiliense.
- WILLINGTON, Germano José (1989). *Estado Militar e Sociedade no Brasil: o golpe de 1964*. São Paulo: Cortez.
- WILLINGTON, Germano José (1993). *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.